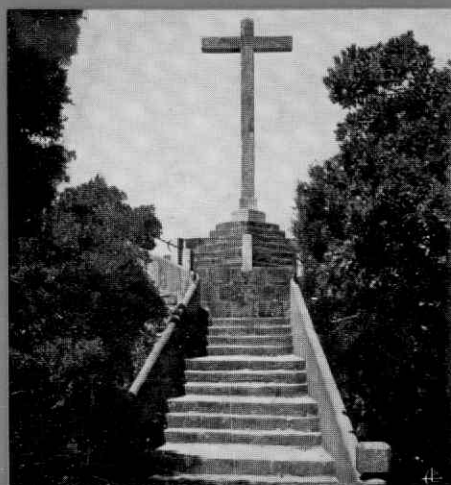
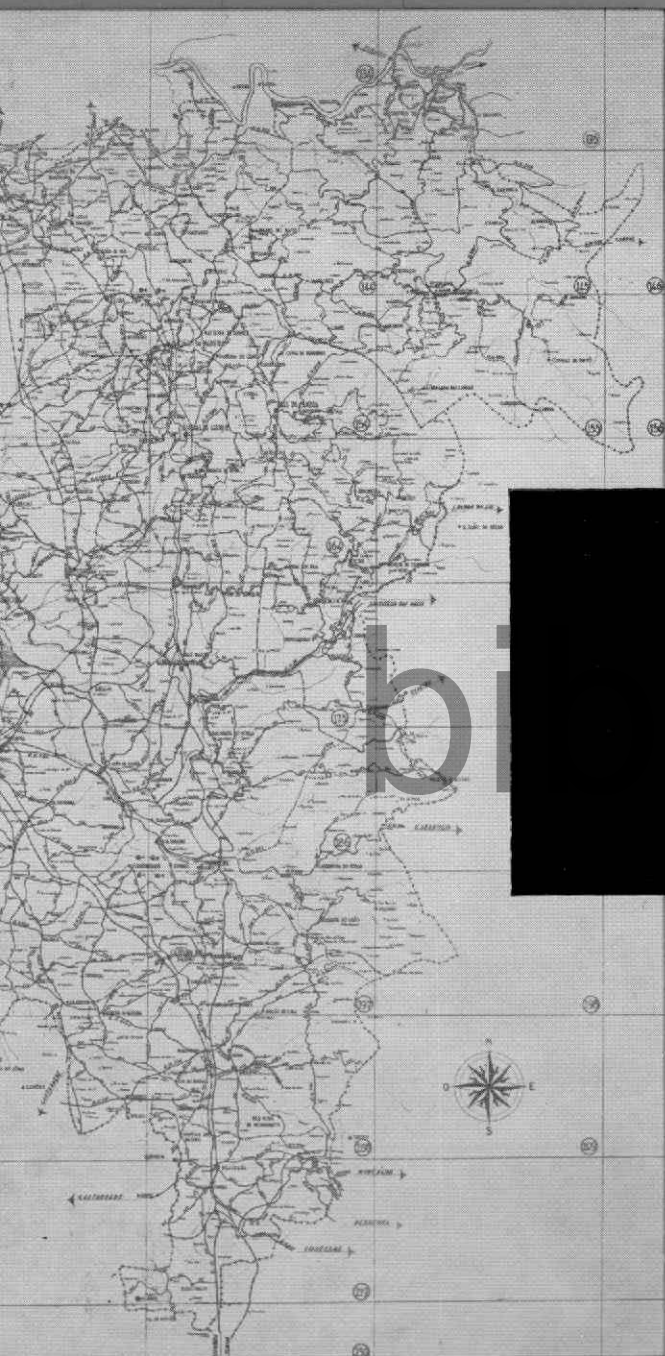




AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



NÚMERO

11

1971

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

DIRECÇÃO
EDICÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO
bibRIA



Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

bibRIA



**PORTARIA PUBLICADA NO DIÁRIO DO GOVERNO, II SÉRIE,
DE 25 DE ABRIL DE 1956**

Atendendo ao que representou a Câmara Municipal do concelho da Mealhada e tendo em vista o parecer emitido pela antiga secção de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, aprovar, de harmonia com o disposto no artigo 14.º do Código Administrativo, a constituição heráldica das armas, selo e bandeira daquele concelho, nos termos seguintes:

ARMAS — *De prata, com um carvalho de sua cor sobre um terrado, acompanhado de dois cachos de uvas de púrpura, folhados de verde. Coroa mural de quatro torres, de prata.*

SELO — *Circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal da Mealhada».*

BANDEIRA — *De verde, com as armas ao centro e por baixo um listel com a inscrição «Mealhada», de negro.*

101

101

bibRIA

O Marco Miliário da Mealhada

Por Artur Navega Corrêa

Ao escrever sobre o Marco Miliário da Mealhada sòmente me move o intuito de contribuir para a propaganda e divulgação da peça de maior valor arqueológico existente na Mealhada pelo interesse histórico para o Distrito de Aveiro, por ter pertencido a uma região onde muito se fez sentir a influência romana.

De AEMINIUM (Coimbra) saía para CALE (Gaia), o troço da estrada romana OLISSIPO - BRACARA (Lisboa - Braga), cujo traçado correspondia de perto ao da Estrada Nacional N.º 1. Depois de ter passado por Pedrulha, Adémia, Fornos, chegava a alturas de **Viminária** (Vimieira) onde se bifurcava em duas, seguindo o ramo principal, a estrada militar ou consular, em direcção a **Cale** e o outro — o comercial ou de penetração — mais por ocidente, pela borda do mar.

A estrada, era sinalizada por marcos que assinalavam distâncias em milhas, marcando o da Mealhada XII, que seria a distância de Aeminium a essa bifurcação, que localizamos na Vimieira ou proximidades, por 12 milhas corresponderem a 17,778 km. (sendo a milha igual a 1 481,5 metros segundo Ságlio e Daremberg).

O aparecimento do marco em um local mais distante poderá atribuir-se a ter sido para aí deslocado por qualquer motivo ocorrido no decorrer de tantos séculos. Acresce, que a Vimieira devia ter sido terra importante pela sua posição na confluência dessas duas grandes estradas e, também, o atestam inúmeros vestígios da presença romana constituídos por objectos de metal e cerâmicos, moedas, sepulturas, etc. que nela têm aparecido assim como nas cercanias, designadamente nos sítios das Areias e Abitureira.

Nas duas presumíveis localizações atribuídas à descoberta do marco não foram encontrados quaisquer vestígios romanos.

O marco, foi encontrado em 1856 a Sul da Mealhada e à distância de 630 metros da vila (A. M. Simões de Castro «Guia Histórico do Viajante em Coimbra e Arredores», e Pinho Leal «P. Antigo e Moderno»).

No entanto Hübner, no Corpus Inscriptionum Latinarum, na inscrição n.º 4640, diz que foi encontrado em 1857, a 1 508 metros da vila.

Recolhido pelo Dr. João Nobre Araújo, que o ofereceu à Câmara Municipal, foi colocado no átrio junto à escadaria, onde hoje se encontra. É um bloco de



pedra de calcáreo rijo, em forma de coluna cilíndrica, medindo de altura máxima 1,81 m. e de perímetro 1,39 m., apresentando no seu terço superior letras gravadas com altura média de 5,5 cm., bastante gastas.

No bloco faltam letras e as existentes constituem a seguinte inscrição aliás bastante mutilada:

SAR. DIVI
RON. AVC
COS. DESI
P. P.
XII

O Professor D. Fernando de Almeida, comparando esta inscrição com as dos marcos miliários de Coimbra e de UL (Oliveira de Azeméis) deu-lhe a seguinte decifração:

[C. Cae] sar, Divi/ [Aug(usti) p] ron(epos), /Aug(ustus),/
[Pont(ificem)] max(imus), tri(unica) / [p(otestate) III],
co(n)sul) desi(gnatus), / P(ater) P(atriæ), / (milia pas-
sum) XII.

O Sr. Padre Nogueira Gonçalves, a nosso pedido, traduziu:

Caio Cezar Augusto bisneto de Augusto, Pontífice máximo, no ano 3.º do poder tribunicio, Consul eleito, Pai da Pátria. Milha XII.

Parece que as letras COS se devem ler CON. O ano, poderá ser III ou IV, pois o ano III é uma correspondência com o de UL, mas nada nos poderá garantir que os dois marcos tenham sido colocados no mesmo ano.

É, pois, do Imperador Calígula do ano 39 A.D. embora Hüber lhe dê o ano 40.

Esta peça arqueológica confirma a passagem pelo concelho de Mealhada da estrada militar romana no

ano 39 depois de Cristo, e é mais um elemento de valor a juntar a outros para o estudo da romanização deste Concelho.



bibRIA

Júlio Dinis — O médico das almas simples

Pelo Dr. António Tavares Simões Capão

Professor do Liceu de Nampula

I

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Na sociedade em que vivemos, encontramos sempre pessoas de carácter que nos desconcerta; umas de temperamento indolente, olhando tudo à sua volta sem interesse ou preocupações; para esses tudo está bem na vida; outras são exaltadas, nervosas, sempre agitadas, para quem o tempo não chega, sempre ocupadas no trabalho diário, em actividade constante, desdobreando-se incansável e febrilmente na luta pela vida, enquanto a saúde lhes é favorável, e não aceitando os inactivos e os desinteressados; algumas, de complexão doentia, por vezes sentimentais, emocionam-se com facilidade perante as situações dolorosas próprias e alheias, deixam-se socumbir por seus estados depressivos, não suportando nem os seus momentos angustiosos nem os dos outros e permitindo deixarem-se dominar absolutamente pelas contrariedades da existência; outras ainda constituem uma parte da colectividade que não agrada a ninguém — são as de acções desonestas, as que se vangloriam com o mal dos outros e não se importam de usar de artimanhas para avançar, aproveitando-se das boas vontades e das boas intenções sem que qualquer remorso lhes fique a morder na consciência; há também o grupo daqueles que se julgam superiores ao conjunto, quer pelo saber quer pelo poder que quase sempre lhes vem de atitudes menos altruístas, espécie de tiranetes aproveitados para a subordinação da massa; são os **pavões** da sociedade que acabam por atrair sobre si a desconfiança, a antipatia do conjunto e até o próprio ódio; são as que, jogando com atitudes dúbias ou equívocas, não geram amizades e acabam por viver isoladas. Finalmente, algumas são uma espécie de anjos protectores da sociedade, principalmente dos infelizes, e formam uma minoria, porque ser bom e rectamente cristão não é tão fácil como parece.

Ora estes tipos humanos, que fazem parte da galeria literária de figuras criticadas através da sátira social de todos os tempos, são tão reais hoje como foram ontem e como serão amanhã.

Há certas palavras que traduzem conceitos sociais e políticos que não podem de maneira alguma dar-nos o significado de uma realidade em toda a sua extensão; aceitar com toda a amplitude a significação do termo **democracia**, por exemplo, é estultícia tão grande quanto já o fizera crer o próprio Platão a propósito do conceito de **república**, uma vez que ele concluiu que esta forma de governo só seria possível, realmente, para uma sociedade ideal, que, em boa verdade, não existe. Efectivamente, para qualquer dos casos há sempre um grupo que domina e que tenta orientar os outros, nem sempre seguindo directrizes de acordo com a totalidade. Dentro dessas concepções da vida política, temos de



Desenho à pena de Júlio Dinis
por Vítor Mendonça

colocar o homem agindo sob as possibilidades e capacidade da sua inteligência e do seu coração, concordando ou discordando, mas vivendo.

Se isto foi assim e continua a ser, não há dúvida nenhuma de que o espírito dominador e tirano se foi



Foto n.º 1 — Reprodução da fotografia pouco conhecida do escritor com lunetas, que pertence à família Duarte Silva

modificando através dos séculos e o indivíduo, a pouco e pouco, embora por vezes com muitos sacrifícios, foi conquistando a liberdade a que tinha jus, ao mesmo tempo que foi desarticulando e destruindo os vínculos da ideologia absolutista e dominadora, que, justificando-se em certas alturas históricas, não deixava de constituir um vexame à liberdade individual que assiste ao homem como um privilégio que advém da sua origem divina, como criatura provinda da vontade e da bondade de Deus.

Eis, pois, porque o homem, conhecendo direitos inalienáveis, foi lutando e conquistando o seu próprio lugar; mas é a revolução ideológica e filosófica do século XVIII que definitivamente o lança no caminho que deve seguir, colocando-o no lugar mais conveniente, pois que o século seguinte não apresenta mais do que uma prova real de contas postas em equação anteriormente, tendendo para o desenvolvimento da técnica que havia de dar à humanidade possibilidades de progresso até então imprevisíveis.

Vencer o espaço e o tempo, isto é, percorrer o espaço num mínimo de tempo, é preocupação que absorveu o homem desde a invenção da roda; com esta e com o aproveitamento das forças da natureza, estava ele a entrar no domínio da máquina, procurando atingir um maior rendimento com um mínimo de esforço.

Foi, pois, o homem, ao longo dos tempos, reagindo a estruturas sociais e de pensamento empeder-nidas; e destronadas ideias e atitudes medievais, já sem razão de ser, o espírito crítico põe em dúvida um conjunto de axiomas e de juízos de valor considerados imutáveis; a dúvida começa a pairar sobre a verdade e a solidez de um edifício que, dentro em pouco, ameaçaria desmoronar-se, porque as bases, apodrecidas pela velhice, principiavam a ruir em toda a sua extensão.

Descartes, com a dúvida metódica, isto é, com uma dúvida que serviria para atingir a verdade, magistralmente exposta nesse prodigioso livro que culminou a grande revolução das ideias e que se chama o «Discours de la Méthode» (1636), abria como um portento, a porta à ciência, ao mesmo tempo que dava a cutilada final nos princípios aristotélicos tradicionalistas, durante

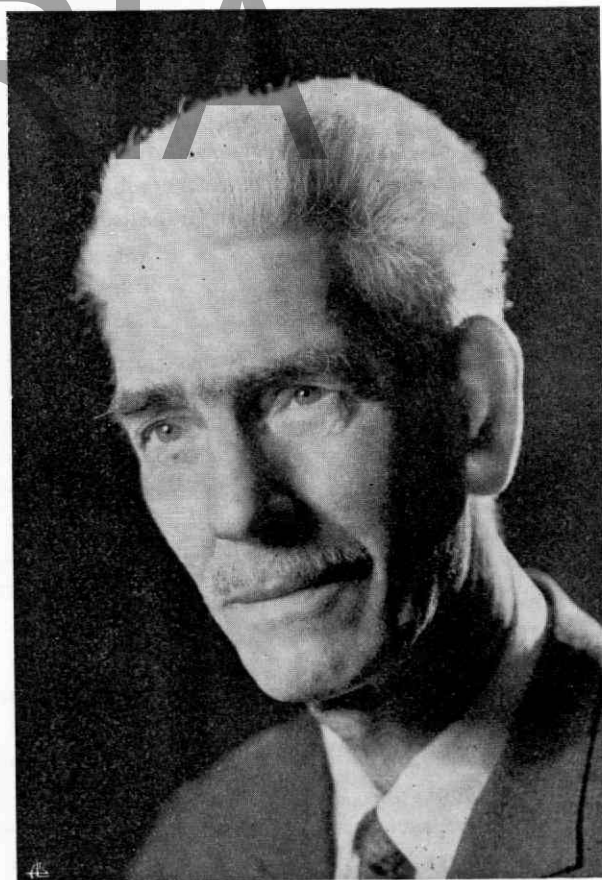


Foto n.º 2 — Fotografia de Arnaldo Zagallo Gomes Coelho Duarte Silva, actual possuidor das obras da biblioteca de Júlio Dinis de que falamos, residente em Nampula

tantos anos em plano superior, acèrrimamente defendidos e considerados inultrapassáveis; ora este notável autor coloca em lugar à parte a **moral** prática que é assegurada pela tradição consuetudinária e a **religião** que escapa ao seu método, visto que está baseada na autoridade, logo que ele empreende a análise que há-de arruinar os princípios filosóficos tradicionais. E como se manifestou, durante toda a vida, um crente sincero, muitos escritores e outros vultos intelectuais aceitaram as suas teorias como um meio moderno de defender a religião; com efeito, no século XVIII, a razão apoiou-se na análise e na evidência para fazer a apologia da fé contra os espíritos fortes. Mas a razão individualista, que escapa a qualquer limitação, tanto serve para construir como para destruir; daí o facto de Bossuet se aperceber do perigo em questão, que o século XVIII viria a confirmar plenamente.

Se este século, em França, foi considerado o século da filosofia, e esta não é tida então como um mero exercício especulativo, mas uma força em acção; se passou a ser considerado o século da ciência, que nesse tempo também não era especulativa, mas uma força que queria conquistar as almas, pondo-se ao seu alcance para a vulgarização; se é o século da revolução, isto é, tendente a destruir em todos os aspectos da sociedade os princípios da autoridade; se os escritores já não pensam em trabalhar para um público aristocrata, que até então constituía uma elite, mas anveredam pela filosofia prática para conquistarem a opinião pública; se o século XVIII foi tudo isso, também é verdade que foi o século do cosmopolitismo: a França, olhando para a sociedade universal, lançava

para fora das suas fronteiras os seus ideais, ao mesmo tempo que recebia de toda a Europa novas ideias, adesão às suas e uma mais forte excitação intelectual.

Portugal, por mercê de circunstâncias históricas, políticas, económicas e sociais, não pôde ficar alheio, nem sequer indiferente, à profunda convulsão em que a Europa se debatia, mantendo-se, como foco alimentador da combustão, esse país extraordinário.

Com tudo isso, o dealbar do século XIX é, do ponto de vista técnico e científico, vincadamente promissor; os nossos escritores e intelectuais, obrigados a andanças pelo estrangeiro, verificam a necessidade de reformas dentro do país, propícias ao avanço das ciências em todos os campos, nomeadamente no das comunicações internas e externas e na remodelação dos processos agrícolas, já que a terra era considerada o grande manancial da riqueza de qualquer país, e, particularmente do nosso; daí adviria, como consequência imediata, a remodelação das estruturas industriais e das transacções comerciais.

Ora a vida de Joaquim Guilherme Gomes Coelho decorre, não longa, em pleno século XIX, desde 14 de Novembro de 1839 até 12 do mês de Setembro de 1871; nasceu e morreu no Porto que era, como é ainda hoje, o grande centro comercial desse vinho espirituoso dos socacos do Douro que tem o seu nome, filho de D. Ana Constança Potter, mas órfão muito cedo; trazia nas veias sangue inglês ligado aos burgueses comerciais da cidade, tendo conhecido, na intimidade, famílias inglesas e observado aspectos da sua formação, seus usos e costumes; por outro lado, viveu em época tranquila e assistiu às reformas do Partido Progressista e



Foto n.º 3

do. Regenerador que se alternavam no poder; Júlio Dinis observava e anotava; assistiu também ao período agonizante do Romantismo piegas e ao nascer do Realismo com a «Questão Coimbrã», mantendo-se, todavia, à margem das lutas literárias e filosóficas, trilhando, com equilíbrio e bom senso, um caminho que aproveitava as pedras positivas de uns e de outros. E marchou seguro de si próprio.

II

A FEIÇÃO TEMPERAMENTAL DO ESCRITOR E O AMBIENTE DO SEU ROMANCE

O povo português tem características especialíssimas que o individualizam e especificam entre todos os povos da velha Europa; latino, distingue-se profundamente dos seus irmãos de origem; no conjunto europeu, embora mais aparentado com os latinos, difere destes, mas muito mais substancialmente dos outros, nomeadamente dos germânicos. E no grupo de particularidades que o caracterizam, tornando-o um povo **sui generis**, está a razão por que, através dos tempos e em momentos oportunos da história, nunca o colosso da Espanha conseguiu dominar este cantinho da Península Ibérica, nem as poderosas águas napoleónicas o submeteram inteiramente; em qualquer dos casos históricos que se invoque teve necessidade do auxílio externo e alheio; mas este só foi evidente na quantidade e na técnica, porque o fortalecimento interior próprio da raça sempre foi chama viva no peito de cada pessoa nele nascida, vincadamente identificada com a terra numa amálgama indómita de sangue a polarizar esforços e a fazer reverdecer e a produzir os campos.

O Português não é uma raça pura, como não creio existir alguma; a ideologia da raça pura ou a purificar só podia nascer na cabeça de um louco como o tão tristemente célebre Hitler, cujas ideias foram alimentadas pelas teorias filosóficas de Nietzsche; era a utopia idealista num campo da sociedade a querer vencer a razão dos factos consumados pela história dos povos europeus.

O povo português é semelhante a um tapete tecido e cerzido por vários sangues, por várias raças, das cores mais diversas; aí anda misturado o sangue ibérico, celta, fenício, godo, franco, saxão, árabe, romano, negro, hindu — tapete tão matizado que faz ressaltar à vista uma característica primeira e fundamental: a facilidade de cruzamento com os povos mais díspares a dar a ideia de plurirraciedade muito particularmente sua e dispondo-se a integrar todos esses indivíduos no tablado político e territorial da nação. Mas isto, que é verdade para o português actual, já o fora

de certo modo antes da avalanche dos descobrimentos; simplesmente depois deles se veio a alargar e a concretizar longe do solo pátrio. Evidentemente que, à volta desta, outras se agrupam, brotando da insuflação telúrica, como o entusiasmo, o espírito de aventura e a impulsividade ao lado do carácter amoroso e lírico, da brandura e da generosidade. Lembramos com emoção o conteúdo ideológico daquela dúzia de páginas de Albino Forjaz Sampaio. «Porque me orgulho de ser português», que são uma resposta válida e dada muito a tempo ao orgulho do Conde Afonso Celso, brasileiro.

Foi, pois, assim o povo português através dos séculos; e ainda hoje o é; sem a menor repulsa e com o maior à vontade deste mundo, qualquer homem português funda o seu lar em comunhão íntima de etnias; o que, digamos de passagem, não se observa, com esta liberalidade peculiar, nos outros povos europeus, e, muito em particular, no inglês.

De qualquer modo, o nosso Júlio Dinis, português do Porto, trazia nas veias, por parte da mãe, sangue inglês; e como se cruzara o sangue, o escritor seria também o produto de um cruzamento temperamental, embora já muito diluído na terra portuguesa; assim como Bocage herdara da sua ascendência francesa o tique da inconformidade e da rebelião a preconceitos, o espírito aguçado para a resposta sempre pronta e acutilante, dons que ele esbanjou pròdigamente, assim o nosso Gomes Coelho deixou desabrochar em si o toque fleumático da alma inglesa, a ponderação e o acalmia propícias ao julgamento dos homens e das coisas sem estados de excitação; é figura que, sem grande esforço, podemos imaginar nas ruas tortuosas e nevoentas dos parques de Inglaterra.

Desde muito cedo que Júlio Dinis ficou marcado pela tísica; e, tendo-se dedicado ao curso de medicina em que se formou, alcançando boas classificações, inclinou-se posteriormente para o magistério, vindo a ser professor da Escola Médico-Cirúrgica em 1865, por nomeação precedida de dois concursos de provas públicas. Estava, quanto a nós, bem escolhido o seu ramo de vida que não lhe pedia grande agitação, mas que o lançava no estudo e na reflexão; de temperamento ponderado e atreito à bonomia, o nosso Autor não terá tido «uma predisposição inata para a alegria, para a esperança e para o amor à vida», como quer ver a maior parte dos críticos; sabia muito bem, como médico, que a doença de que era vítima não poupava ninguém e que ele não podia ser uma excepção à regra; a tuberculose era então um dos maiores flagelos da humanidade e ele tinha plena consciência disso; o que nos parece é que, mercê de condições temperamentais, terá sido capaz de sublimar um estado desesperado e de transformá-lo num exemplo sadio de

resignação que faz transparecer uma lição de optimismo e de alegria que não podem corresponder à sua realidade pessoal. As situações de vida jubilosa que transparecem da sua obra em geral regulam uma série de situações de altruísmo que não deixam de nos impressionar; era um consumado artista; tinha que aproveitar a vida de maneira positiva; não lhe interessava a seguir as pisadas dos ultra-românticos, acrescentando mais situações e descrições lúgubres; e, ao mesmo tempo que mantinha o equilíbrio literário entre duas posições que se apresentavam antagónicas, ele procurava uma válvula de escape para o seu mundo interior que tinha os dias contados; e já que não podia gozar, na realidade, de uma vida verdadeiramente alegre e sã, procurava transmitir aos outros, por uma força antinómica invulgar, tudo aquilo que pode levar à

homem que, sendo médico, tinha consciência do seu mal e sentia que a vida se lhe escapava a cada instante.

Desta combinação de situações coincidentes na sua existência — a vida de professor no Porto, as suas estadias em vários lugares no campo, mas relativamente perto dessa cidade nortenha — deram-lhe possibilidades de criação de uma ambiência própria para os seus aliciantes romances.

III

DO BUCOLISMO AO ROMANCE CAMPESINO

Pensarmos que o movimento romântico foi o rompimento absoluto com os ideais clássicos, é mostrarmos

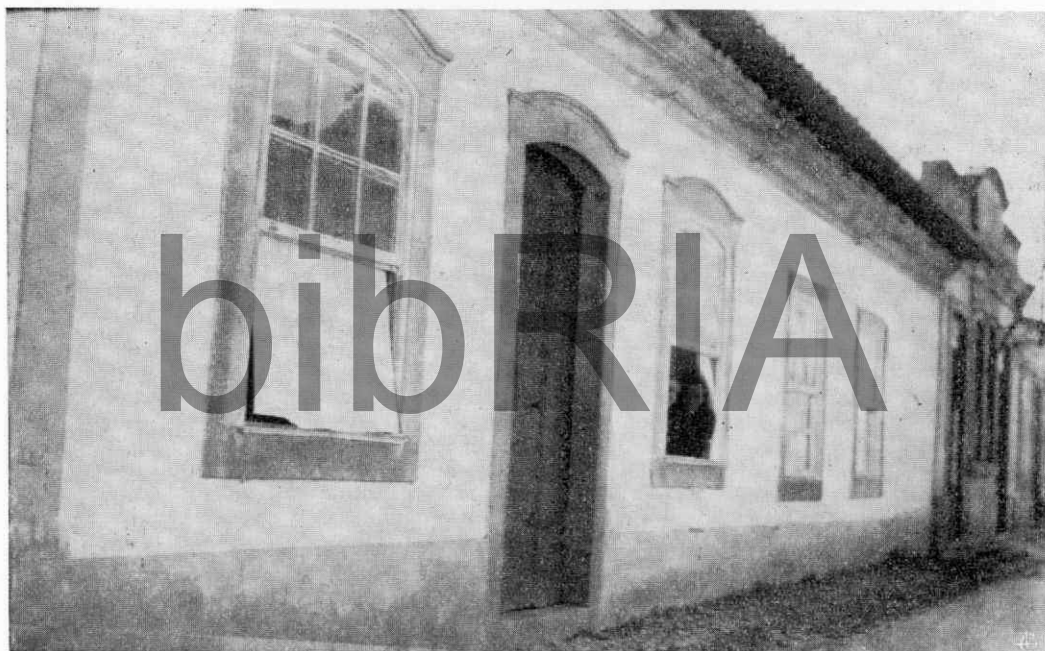


Foto n.º 4

felicidade terrena; e esta resignação comprovada vai ele constantemente buscá-la à pureza do Evangelho, do que nos dá tantas provas através das suas obras. Por outro lado, pouco se tem olhado para as fotografias do nosso primoroso escritor; em nenhuma delas o Autor se deixa transparecer em felicidade e alegria que fez brotar de todos os corações; pelo contrário, podem ser interpretadas como o indicativo de um homem abatido e vencido pelas circunstâncias dolorosas da doença que o minava; e Augusto é, com certeza, a alma mais gémea da sua.

Sabemos também quanto ele procurou alívio para os seus males; o sossego do campo, as estadias na Ilha da Madeira, provam também as preocupações do

ignorância sobre o espólio literário da época em todas as suas fases. Na verdade, o retorno à Idade Média e aos valores nacionais implica um debruçar constante sobre temas e ideias do passado, incluindo a cultura clássica; foi-o, sim, nos aspectos particulares da arte e nas estafadas regras formais; mas há valores clássicos que são eternos, e desses a cada passo os topamos em escritores românticos, realistas, simbolistas, etc. A ruptura deu-se, efectivamente, em oposição a tudo o que cristalizara: ideias, conceitos e situações; pugnavam-se pela eclosão de novas directivas capazes de orientar o homem no sentido do progresso e de opôr a uma ideologia estática, uma ideologia toda dinâmica e individualista.

Aliás, o conhecimento das literaturas antigas e as suas relações com as sociedades coevas fazem parte de uma cultura que todos os vultos intelectuais posteriores têm obrigação de ter assimilado como substracto-base, sobre o qual tem de assentar todo o edifício cultural moderno. Por isso mesmo nós encontramos um Eça de Queirós a deliciar-se com algumas odes de Horácio, até porque o tema do **Carpe diem** apresenta enormes possibilidades para ser explorado pelos realistas.

Dos muitos exemplos que poderíamos citar na obra de Júlio Dinis, lembramos aquele passo em que Daniel, acabado de formar, se sente entediado e, num desabafo, relembra, com intenção inversa, o **locus amenus** da vida virgiliana:

«O sonho dourado dos poetas de geórgicas e idílios, como eu me estou deliciando em til Eis a **secura**

quer se apresente como mero cenário, quer como fonte de emoções, perpassa, vigorosa, através das composições trovadorescas, espraia-se em rajadas precocemente românticas na «Menina e Moça» e estilizada e deliciosamente envolvente nos quadros clássicos das élogas de Bernardim, Sá de Miranda, António Ferreira, Camões, Diogo Bernardes, etc., religiosamente renascentista nas descrições naturalistas da «Consolação às tribulações de Israel» de Usque; e se alguns pastores são popular e rudemente caracterizados em certas peças de teatro vicentino, que quase chegam a tocar a écloga, não são menos realistas pela sua rudeza os pastores de Manuel de Melo; em contrapartida, Rodrigues Lobo continua as descrições lírico-sentimentais ao lado de facetas moralistas que seguem a directriz mirandina.

Mas é fundamentalmente no século XVII com as «Pastorais e os «Romances» de Rodrigues Lobo que vai



Foto n.º 5

quies, os **otia in latis fundis** e os **molles somni**, de que fala o poeta. É isto! Ora eu sempre queria que aquele bom Virgílio me dissesse o que se há-de fazer no campo a estas horas do dia?»⁽¹⁾.

Pela boca da sua personagem, que, após o curso, se sente atirada para o começo da vida prática e à espera dos primeiros momentos em que possa mostrar a utilidade do que andara a fazer, ironiza a paz virgiliana, embora venha a aceitá-la com toda a força da sua alma nos sucessos posteriores da sua encantadora novela.

O romance campesino, aliás, e muito particularmente entre nós, não pode ser tido como uma criação espontânea e original do século XIX; a natureza idílica,

surgir a base do futuro romance campesino; eram descrições da natureza em prosa, alternando com composições poéticas clássico-líricas, como aconteceu com a «Diana» de Jorge de Montemor, com a «Menina e Moça», mas seguindo sobretudo o modelo da «Arcádia» de Sanazzaro.

De feição diferente, tentando um retorno aos ideais clássicos puros e em luta aberta com o estilo barroco, com a atitude arcádica de influência francesa, alterna a nossa literatura do século XVIII com a crítica marcadamente filosófica e iluminista.

(1) — «As Pupilas do Senhor Reitor», Lello & Irmão, Porto, 1968, pp. 175-176.

E, dentro do racionalismo reformador, chegamos ao século XIX; é aqui que, de mistura com lendas medievais e narrativas históricas nacionais, surge a primeira criação de novela campesina; Herculano tem o grande mérito de, no seu tempo, estabelecer um tema a que só Júlio Dinis, posteriormente, daria forma definitiva, mas de tal modo que nenhum dos seus continuadores foi capaz de igualar; ele foi entre nós a grande organização de artista do romance campesino. E temos a confirmação de que, desde muito cedo, lia com entusiasmo «O pároco da aldeia», novela por que sentia grande estima.

Depois da exploração do ambiente burguês e comercial do Porto, que o autor conhecia de perto e muito bem, depois das descrições da vida aperaltada dos meios portuenses, Júlio Dinis lançou-se no estudo activo dos ambientes burgueses campesinos, porque só estes poderiam trazer à sua alma angustiada a serenidade e a paz por que ele tanto se esforçava. Conheceu profundamente esses meios rústicos e bebeu sôfregamente a docilidade dos campos na sua alegria primitiva e sã. E a doença terá sido um factor considerável na descoberta desse mundo tantas vezes desprezado.

IV

AS FIGURAS DA OBRA DE JÚLIO DINIS: ASPECTOS REALISTAS A PAR DO IDEALISMO ROMÂNTICO

É simpático e convidativo o mundo humano das obras de Júlio Dinis; as figuras femininas, rodeadas de uma auréola de pureza e de simplicidade, convidam-nos a penetrar no mais íntimo das suas almas e a travar com elas um diálogo indefinido; mergulhadas num ambiente de burguesia, quer se integrem na vida da cidade ou na vida rústica de proprietários mais ou menos abastados da aldeia, trazem às obrigações dos trabalhos a nota suave e poética da felicidade patriarcal; se elas não fazem parte integrante da família a que estão unidas pelos laços do sangue, como acontece com Madalena e Cristina, estão ligadas a ela por uma espécie de generosidade universalizada que é fruto do amor emanado do Evangelho que se espelha no rosto e nos corações das personagens: é este o caso das órfãs Margarida e Clara em relação ao Reiitor e à casa de José das Dornas ou de Cecília em relação à família de Mr. Richard Whitestone. Jenny constitui o fulcro da família inglesa, à volta da qual gravitam os sucessos familiares nas suas relações íntimas com a família Quintino; é o anjo do lar a coordenar todos os movimentos com tendência a desvio. Beatriz é o símbolo feminino da família aristocrata em decadência, a pairar como anjo tutelar sobre a Casa

Mourisca e a alimentar os últimos dias da vida de seu pai já impotente para reagir à derrocada, mas orgulhoso demais para aceitar novas soluções que podiam ser a salvação económica; por isso, a figura de Beatriz só nos aparece em comparação com a de Berta, e, sobretudo, como uma recordação saudosa; corresponde de certo modo, e em plano social diferente, à Ermelinda da «Morgadinha», uma outra flor que estiola entre um pequeno conflito familiar e religioso, entre um laivo de razão e o fanatismo. A Chiquinha trigueira do João da Esquina é o tipo leviano de rapariga saída de uma família que vive do negócio e que não tem propriamente um modo de vida, o que lhe permite alimentar o espírito com devaneios e dar origem ao curiosíssimo episódio em que o novo médico se vê envolvido; o bellissimo quadro onde entram João da Esquina e José das Dornas, em que este, perante um esforço inaudito, lê, por imposição do tendeiro, os versos feitos por Daniel a Francisca, e responde, completamente alheio às intenções tendenciosas daquele, aos seus comentários—tudo perpassando em naturalíssimo diálogo—é uma das páginas mais felizes do nosso Autor.

As donas de casa, como a mulher de Tomé da Póvoa, as tias do Mosteiro e a criada Maria de Jesus, etc., enchem completamente o ambiente de família com os seus insistentes conselhos, com os seus cuidados e avisos, com os seus aborrecidos ralhetes aos criados. Mas, dentre estas, há uma que ressalta substancialmente do conjunto pela sua vivacidade e dinamismo; a descrição da casa da Ana do Vedor, ama de Maurício e de Jorge, feita na altura da visita daquele, é um primor de pintura carregada de elementos realistas tanto na apresentação do ambiente de trabalho na cozinha de trânsito rural, como no diálogo entre as duas figuras, sempre interrompido pelos avisos de Ana às preparadoras da fornada. Pormenores precisos e vivos fixados com êxito surpreendente por quem conhecia de perto estas labutas do campo. Mas Júlio Dinis tem muitas páginas como estas, em que se revela um artista consumado e onde mostra o que sabe e o que quer.

Mas a galeria de tipos masculinos não é menos rica; diferenciada pelo sexo, apresenta, naturalmente, características próprias. A uma sociedade aristocrata, depauperada e decadente, ligada a pergaminhos de morgadio a caminho da extinção, opõe-se o nascimento de uma burguesia laboriosa e concretizadora, apoiando a sua actividade no trabalho intenso e calculado; é possível descobrir o tesouro da fábula escondido na terra abandonada; e é esta a lição que o fazendeiro Tomé da Póvoa quer dar aos fidalgos da Casa Mourisca, através do seu filho Jorge que se enquadra perfeitamente na revolução agrícola. E esta tese do enriquecimento por meio do cultivo da propriedade

já vem das «Pupilas», demonstrada pelo labor constante e alegre da família de José das Dornas, bem como a da decadência dos morgadios surge simbolizada no Morgado das Perdizes da «Morgadinha dos Canaviais» e na ruína completa dos Primos do Cruzeiro.

As figuras masculinas principais aparecem-nos emparelhadas por oposição de carácter a que normalmente correspondem outras tantas femininas; este aspecto curioso já o notou o Dr. Fidelino de Figueiredo na sua «História da Literatura Romântica»; é o que acontece de facto com Henrique de Souselas - Cristina, Augusto - Madalena, Daniel - Margarida, Pedro - Clara, Jorge - Berta, Maurício - Gabriela, Carlos - Cecília, etc., grupos que se unem por amor, completando-se cada casal perfeitamente. Os outros tipos deslocam-se à volta destes, animam a acção e dão colorido e vida ao enredo; obrigam a caminhar a sucessão dos factos para a sua finalidade primacial, que, em Júlio Dinis, é o casamento.

Ora, para nós, esta solução sistemática apresenta-se como um dos defeitos do Autor, pois não é, na maior parte dos casos, com o casamento que acabam as dificuldades e os reveses da vida autêntica; pelo contrário começam aí; sentimos esta obcecção do Autor na ânsia de se apoderar de uma felicidade, que, de antemão, sabia ser-lhe impossível atingir; quereria, portanto transmitir aos outros aquilo de que ele próprio não poderia gozar, pois é tradição familiar que a sua correspondência com Aninhas, mormente as cartas enviadas da Ilha da Madeira, não constituíam um mero passatempo de comunicação familiar; haveria mais alguma coisa, pois, dentro dessa tradição;

ele gostava dela, simplesmente tinha consciência do seu estado patológico e da sua condenação. Mas este desfecho da sua obra, pela frequência com que é apresentado, constitui a parte mais convencional na elaboração dos seus planos literários. Citamos, pois algumas dessas figuras mais ricas que caminham ao lado da acção principal: João Semana é uma criação portentosa do génio dinisiano, cujo estudo só pode ficar completo com o do vulto do Reitor cuja vida se desenrola paralelamente à sua na atitude brincalhona, na generosidade sem medida, na tolerância que é timbre das almas boas, na abertura para o mundo dos infelizes que a todo o momento esperam as suas decisões de entrega e de abnegação. O tio Vicente, o Ervânrio, representando um obstáculo ao progresso desenvolvido pelo Engenheiro, pai de Ângelo e de Madalena, coração limpo e capaz de atitudes nobres, incapaz de uma vilania, mas que vive sentimentalmente agarrado ao passado; a conversa íntima entre ele e Lena, a propósito da construção da estrada e do desaparecimento imposto das suas árvores e da sua casa, é um mimo de suavidade psicológica entre dois temperamentos, que, para além do amor, se entendiam e conheciam tão bem. E deixámos para o fim uma outra figura que nos seduz porque a sentimos palpável, autêntica, entre a massa aldeã; Júlio Dinis conhecia-a concretamente tão bem como nós; com certeza a viu algumas vezes avolumar-se nessas tão saborosas representações populares que são os autos dos Reis Magos, maravilhosas e ingénuas peças sem autor que pululam nas aldeias do norte do país; Júlio Dinis soube enquadrar no romance «A Morgadinha dos Canaviais» um desses



Foto n.º 6

BREVES ASPECTOS DA CRÍTICA DINISIANA

autos populares com muita mestria, facto que já assinalámos em estudo nosso (1); daí a criação espantosa de João Cancela, o Herodes, que senhor absoluto do seu papel, não transige perante os anacronismos históricos, geográficos, cronológicos e consuetudinários; o Autor soube como ninguém ir ao povo beber aí os seus costumes e as suas tradições, amá-lo nas suas manifestações espontâneas e acarinhá-lo com as suas reproduções.

Não podíamos, todavia, deixar passar em falta os tipos religiosos que nos dão a ideia absoluta da interpretação do Evangelho à luz do Autor que procurava o Cristianismo puro e o opunha, partindo do ultramontanismo, em franca discrepância perante as congregações religiosas e as suas regras intransigentes. O padre idealizado por Júlio Dinis está nas «Pupilas» — é o Reitor; mas esta concepção divina e humana do padre que vive exclusivamente para os outros, que sofre profundamente com as suas misérias, que tudo dá, conselhos e bens, para melhorar situações e resolver problemas, é a mesma de Herculano no «Pároco da aldeia», da introdução aos «Contos e lendas» de Rebelo da Silva e virá a ser a mesma de Eça de Queirós na «Ilustre casa de Ramires». Em contrapartida, e como os escritores racionalistas, Júlio Dinis vergasta acerbamente o frade egresso na pessoa de Frei Januário nos «Fidalgos», e na do missionário na «Morgadinha» que vem a ser violentamente zurrado pelo próprio João Cancela quando ele levou a mulher a cortar o belo cabelo de Ermelinda.

Estas atitudes, tão severamente criticadas então e posteriormente, não deixavam de revelar uma posição certa ou quando muito equilibrada; hoje, mediante as profundas reformas da Igreja, todos temos que lhe dar razão.

Perante algumas situações evocadas da obra deste autor de transição, bem como das personagens mais importantes, verificamos que conhecia bem os princípios realistas literários; se o realismo consiste na reprodução fiel da natureza em todos os seus aspectos — por menores das gentes e do meio envolvente em que se agitam — Júlio Dinis soube dar-nos com originalidade quadros dignos do pincel de Courbert; mas as personagens, para além das características precisas com que são vincadas, estão aureoladas por um idealismo romântico que as torna verdadeiras; assim, conseguiu dar-nos homens e mulheres reais que encontramos a cada passo na nossa vida, e não as chamadas figuras-tipo; deste modo, se tentássemos transportá-las para a tela, teríamos de cair na célebre questão entre os apologistas da cor e os do desenho, de que são representantes e intervenientes os pintores franceses Ingres e Delacroix.

Habitúamo-nos, desde a meninice, a considerar Júlio Dinis um companheiro na nossa casa da aldeia; certas personagens dos seus romances, como a tia Doroteia do Mosteiro e as suas constantes admoestações aos criados, João Semana, Frei Januário, Tomé da Póvoa, o Herodes e o Reitor, andavam na boca do pai como se fossem figuras da família há pouco desaparecidas, sempre invocadas em ambiente de alegria e com um sorriso nos lábios. Por outro lado, por meio

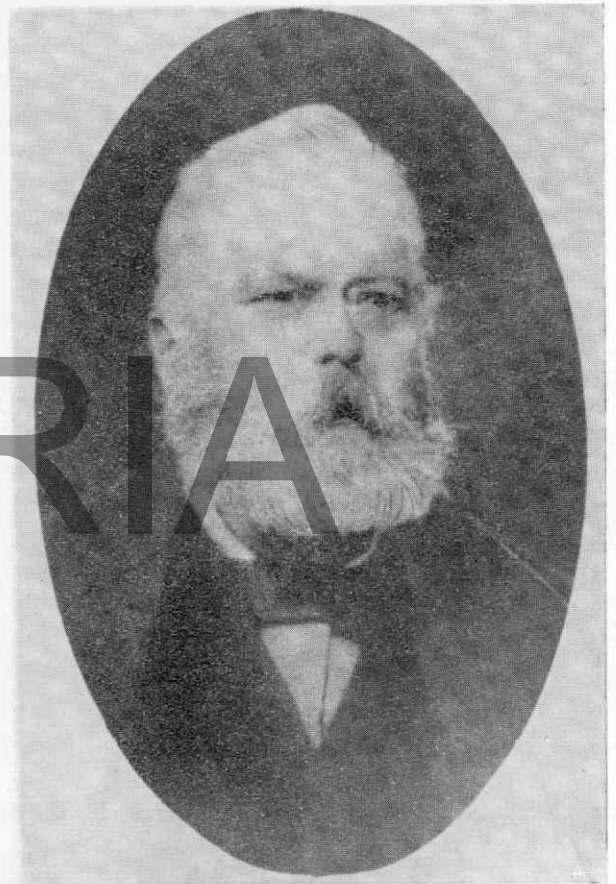


Foto n.º 7 — O Dr. João José da Silveira, que foi o João Semana das «Pupilas»

de um breve inquérito que fizemos em algumas aldeias do norte da Bairrada, chegámos à conclusão de que as obras mais lidas pelo povo dessa região e presentes num número considerável de casas de lavradores, eram, a par do «Amor de Perdição» de Camilo e da «Rosa do Adro» de Manuel Maria Rodrigues, «As pupilas do

(1) — «As Janeiras», «As Pastoras» e «Os Reis» — in «Aveiro e o seu distrito», n.º 2 e 3, 1967, pp. 59-65 e 29-44. Cf. «Aspectos de folclore em Júlio Dinis», in «Jornal da Bairrada», n.º 274.

senhor Reitor»; isto quer dizer que Gomes Coelho não foi um escritor vulgar, pois da obra se deduz que comungava ideias, sentimentos e factos entre a massa popular, que admirava a sua obra em leituras colectivas de feição patriarcal e familiar.

Posteriormente, vem a crítica; e esta, tentando por vezes desvendar mistérios impenetráveis sobre alguns aspectos da biografia do Autor, que, aliás, não nos merece grandes complicações e segredos, e sobre os modelos das suas figuras tiradas da vida real, tem vindo a ensarilhar posições e a desvirtuar a simplicidade de que se rodeava o homem e com que envolvia a sua produção literária; às vezes, porque somos complicados, acabamos por enredar as coisas alheias e até as nossas.

O grande biógrafo e crítico de Joaquim Guilherme Gomes Coelho foi o Doutor Egas Moniz, autor da obra notável e de consulta inevitável para quem quiser debruçar-se sobre o assunto. «Júlio Dinis e a sua obra» é estudo fundamental que ainda não foi superado e duvidamos muito que o seja; o seu autor, aliás, amante da investigação e da verdade, é intelectual de alto coturno e de renome universal; médico, cientista e sábio, natural de Avanca, professor universitário, teve à mão

tudo quanto lhe era preciso para escrever obra de verdade: documentos manuscritos já publicados, documentos escritos inéditos (todo o espólio de trabalhos não publicados, incluindo rascunhos e peças de teatro, apareceu nas «Obras Completas» da Livraria Civilização), relações estreitas com a família do escritor e com outras pessoas a ela ligadas, sendo, além disso, conhecedor profundo de pormenores tradicionais decorrentes da própria família de Júlio Dinis; estava, pois, à altura de fazer obra de vulto e não claudicou.

Não nos admiramos de que, posteriormente, surtissem outros a especularem sobre afirmações feitas; é até louvável esta atitude e prova que o Autor continua a manter interesse. Neste caso, e para nós, a tradição familiar tem valor relevante; se aceitamos as ideias dos outros, é porque nos merecem toda a consideração, não querendo isto dizer que concordemos com elas em absoluto. Efectivamente, qual é o interesse de uma solução definitiva quanto ao modelo de João Semana? Que mais nos traz de autenticamente positivo e válido, que seja o Dr. José da Silveira (fotos n.º 5 e 7) de Ovar, para quem nos inclinamos, de acordo com a maior parte dos críticos, ou o Cirurgião do Coteiro, Joaquim Silvestre, como quer M. J. Oliveira Monteiro?

Que acrescenta do ponto de vista artístico, que a paisagem enquadrante campesina seja a da região de Ovar ou das proximidades do Porto? Não há dúvida de que Júlio Dinis conheceu muito bem esses ambientes e pessoas; estamos, portanto no campo das certezas; mas que cada paisagem seja esta ou aquela ou que cada personagem apresentada se identifique com esta ou com outra pessoa, isso é que já nos diz pouco, porque estamos a querer roubar ao Autor a sua capacidade de criação e de abstracção. Parece-nos que cada paisagem tem elementos daqui e de além, bem como qualquer personagem pode apresentar uma espécie de simbiose em que Gomes Coelho reuniu um conjunto de características físicas e morais que teriam pertencido a várias pessoas suas conhecidas. Teve a rara habilidade de observar a realidade com olhos de investigador e de partir daí para as suas criações a que atribuía qualidades e defeitos que eram o produto de uma selecção cuidada, purificada pelo cadinho burilador da sua própria alma; a qualificação das suas personagens é coerente com a feição temperamental do Autor, sempre optimista, para quem as violências instintivas, que vêm da falta de formação e de educação, não apresentam interesse de maior. A alma do Autor, sedenta de vida, não pode gerar outra coisa que não seja amor; e este amor não pode enraizar-se senão no Evangelho; por isso, o convencionalismo dinisiano é pessoal e coincidente com as próprias criações. Aqui é que está a arte de Júlio Dinis, e disto se salienta o desvendar das causas por que a sua obra entrou inti-

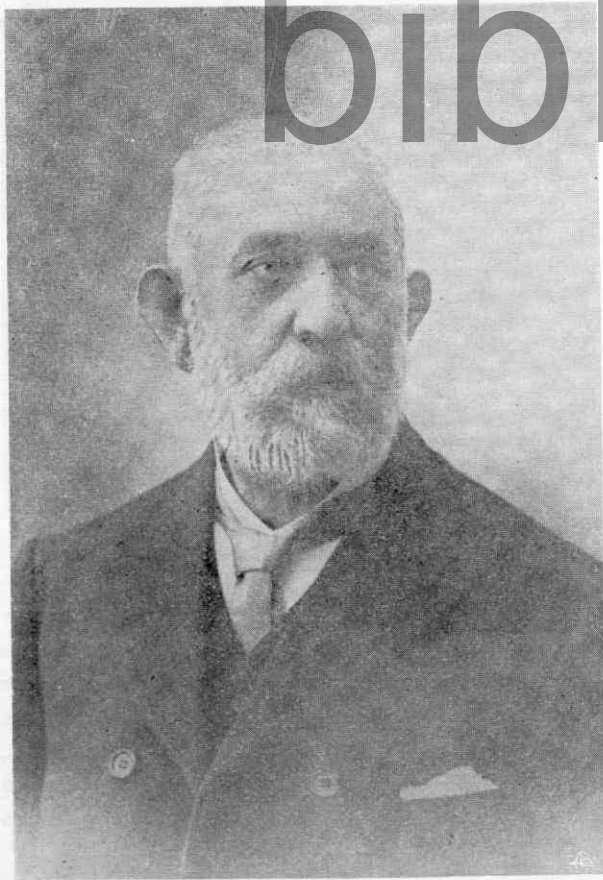


Foto n.º 8 — Fotografia do avô de Arnaldo Duarte da Silva, Dr. António Zagallo Gomes Coelho, primo direito de Júlio Dinis e filho de D. Rosa Zagallo Gomes Coelho, de Ovar (reprodução).

mamente no seio da Família Portuguesa onde ainda continua a ser tão apreciada.

Para qualquer estudo que venha a fazer-se sobre o nosso Autor, consideramos indispensável a consulta dos trabalhos que foram elaborados e proferidos no «Centenário do nascimento do romancista Júlio Dinis», cuja comemoração foi promovida pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal do Porto, de colaboração com a Faculdade de Medicina dessa cidade nortenha. De importância capital foi então a Exposição Bio-biblio-iconográfica, onde estiveram patentes ao público documentos como o registo de nascimento e o de óbito do Autor que podem desfazer certos enganos espalhados por alguns livros de carácter literário. Do mesmo modo, embora discordemos de alguns pontos de teses expostas, as palestras reunidas no «Boletim Cultural» (1) não podem ser desconhecidas pelos actuais estudiosos da Literatura Pátria. Aí estão incluídos nomes célebres não só da Medicina, mas também da Filosofia, da Poesia, da Etnografia, da Pintura e da Literatura. O conjunto dos trabalhos e dos seus autores merece ser lembrado, o que fazemos de acordo com a ordem de publicação no citado «Boletim»:

- Joaquim Costa (Dr.) — «Júlio Dinis — Valor moral da sua obra»;
António Correia d'Oliveira — «Júlio Dinis — Versos lidos junto do seu túmulo»;
Antero de Figueiredo (Dr.) — «Últimos dias de Júlio Dinis»;
Fernando Magano (Prof. Dr.) — «A lição do **Senhor João Semana**»;
Luís de Pina (Prof. Dr.) — «A Medicina na obra de Júlio Dinis»;
Hernâni Monteiro (Prof. Dr.) — «Júlio Dinis e a tradição literária da Escola Médica do Porto»;
Almeida Garrett (Prof. Doutor) — «Júlio Dinis, Médico e Professor»;
Eugénio Aresta (Dr.) — «Uma lição de Psicologia a propósito da obra de Júlio Dinis»;
Luís Chaves — «Júlio Dinis no campo da Etnografia» (Notas);
José António de Almeida (Dr.) — «Ainda as **Pupilas do Senhor Reitor**»;
A. de M. B. — «Ensaio duma biografia iconográfica júlio-dinisiana».

Entrarmos em linha de conta com outros críticos, se exceptuarmos António José Saraiva, na sua «História da Cultura em Portugal», é cairmos em lugares-comuns que deixam de ter interesse; mas há uma edição ilustrada de «As Pupilas do Senhor Reitor», prefaciada por Albino Forjaz Sampaio, em que este escritor declara que Júlio Dinis não foi um médico no sentido corrente

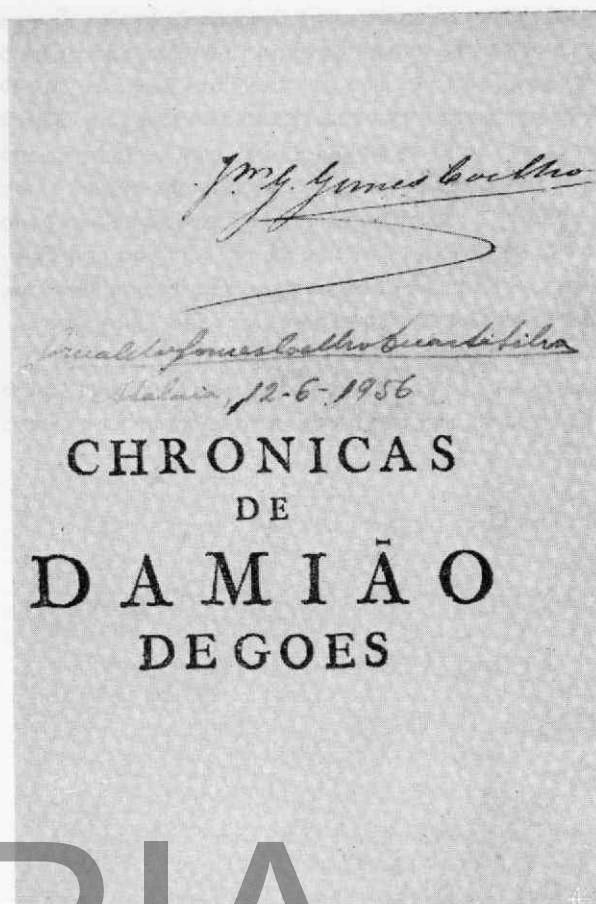


Foto n.º 9 — Lê-se perfeitamente a assinatura de Júlio Dinis e, mais abaixo, a do actual possuidor da obra.

do termo, mas sim um grande médico de almas; é isto que todos aqueles que lêem a sua obra podem de facto confirmar.

VI

ENCONTRO COM JÚLIO DINIS EM NAMPULA

O nosso interesse e amor pela obra de Júlio Dinis já estão documentados em ligeiros estudos nossos, um publicado num jornal (2) e outro numa revista (3) da metrópole; jamais tínhamos pensado, ao virmos para Nampula, que surgisse nesta cidade algum motivo que nos levasse a debruçar sobre este escritor do norte de Portugal. O que é certo é que o facto surgiu e há muito acalentávamos a ideia de a ele nos podermos dedicar outra vez. É que, nesta cidade de Moçambique,

(1) — «Boletim Cultural da Câmara da cidade do Porto», Vol. II, pp. 393-562, Porto, 1939.

(2) — «Aspectos de folclore em Júlio Dinis», in «Jornal da Bairrada», n.º 274.

(3) — «As Janeiras, as Pastoras e os Reis», in «Aveiro e o seu distrito», publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro, n.º 2 e 3, 1967, pp. 59-65 e 29-44.

vivem pessoas ligadas pelo sangue à família Gomes Coelho; foi da conversação e do convívio com Arnaldo Zagallo Gomes Coelho Duarte Silva que nos nasceu a ideia de, mais uma vez, nos deleitarmos com a obra deste primoroso e malogrado escritor, visto que está na posse de algumas obras que pertenceram à sua biblioteca, e uma delas até está assinada pelo próprio punho de Júlio Dinis: trata-se da «Chronica do Sereníssimo Príncipe D. João», escrita por Damião de Goes, uma edição feita «na real officina da Universidade», Coimbra, Anno de MDCCLXXX (fotos n.º 9 e 10).

O outro livro **pertenceu ao Convento do Pereiro em Santarém**, segundo uma nota manuscrita no topo

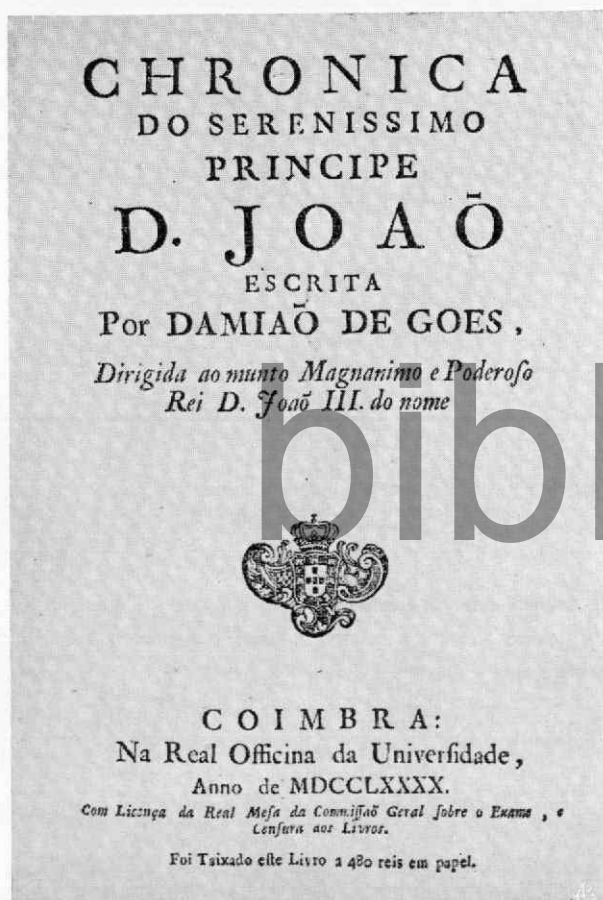


Foto n.º 10 — Uma das páginas iniciais da obra a que no texto se faz referência

da primeira página, tem por título «Ceremonial moderno da Província da Arrábida, segundo o rito Romano», **composto pelo Padre Fr. João de S. José do Prado e oferecido a Sua Magestade Fidelíssima de Elrey D. José I**; saiu da **officina de Francisco da Silva, Lisboa, MDCCLII** (foto n.º 11).

Nessa troca de impressões entre o Snr. Duarte Silva e nós, ressaltou a força da tradição familiar a propósito de alguns pontos de vista do nosso escritor: o facto das cartas trocadas entre o tio e a sobrinha Aninhas

não ser uma simples troca de correspondência ou mera simpatia, havendo por detrás disso alguma coisa de carácter sentimental; a família personalizava Aninhas como algumas das suas heroínas. É de salientar que, posteriormente à morte do escritor, Aninhas promoveu uma edição das suas obras que levaram impresso o nome de cada pessoa de família a quem foram oferecidos os vários volumes: Alberto; Rosa (mãe do Sr. Duarte Silva que ainda possui os referidos volumes, e cujo avô, Dr. António Zagallo Gomes Coelho, veio a ficar com a biblioteca do Autor, se formou ao mesmo tempo que ele e era seu primo direito); Laura; Beatriz; Eduardo; Matilde. Por outro lado, o caso da conversa entre o filho (Júlio Dinis) e o pai (Dr. José Joaquim Gomes Coelho) que, vendo-o sempre a escrever, lhe dissera que, se ao menos escrevesse coisa de jeito como esse Júlio Dinis, autor das crónicas da aldeia, «As Pupilas», que saíram no «Jornal do Porto» em folhetins, em 1866, ainda valeria a pena todo esse esforço. Mal sabia ele que esse elogio era dirigido ao seu próprio filho.

Estes acontecimentos familiares, perpetuando-se entre as pessoas do mesmo sangue, passam a ter valor documental; nós sabemos que em todas as famílias há factos que se continuam de geração em geração, que existiram na realidade, mas que não podem ser confirmados pela tradição escrita; e estes estão nesse caso.

A nossa felicidade, contudo, não se limitou a este encontro, ocasionalmente aparecido e ligado à nossa vida profissional; tivemos a sorte também de encontrar um outro Amigo, verdadeiramente apaixonado pela cidade do Porto e por tudo quanto se possa ligar a ela; livreiro de profissão, amante da boa leitura, é conhecedor de Júlio Dinis de longa data, possuindo em sua mão citações e fotografias que pôs à nossa disposição para as utilizarmos à vontade; o Snr. João Villares da Silva foi um destes homens raros que, com dificuldade, encontramos na vida; são as fotografias que vão neste trabalho, indicando as casas e a fonte de Ovar, o Dr. José da Silveira, bem como o n.º 29 do «boletim da Casa do Concelho de Ovar», de Junho de 1957, onde vêm dois artigos que defendem a reivindicação desta vila e as suas estreitas relações com a vida e a obra do escritor em causa. Além disso, proporcionou-nos também umas anotações para esclarecimento dessas fotografias que lhe foram enviadas da Beira pelo Snr. Manuel Rodrigues de Pinho, em Abril de 1964, e que reproduziremos em nota.

Tudo isto patenteia o mundo lusitano tão espalhado no globo mas sempre interessado nos problemas de raiz profundamente nacionais; é o forte amplexo rático que nos faz vibrar a alma nas recordações das nossas coisas, das nossas gentes, e das nossas terras. Descobrir Júlio Dinis em Nampula, a tantos anos da sua

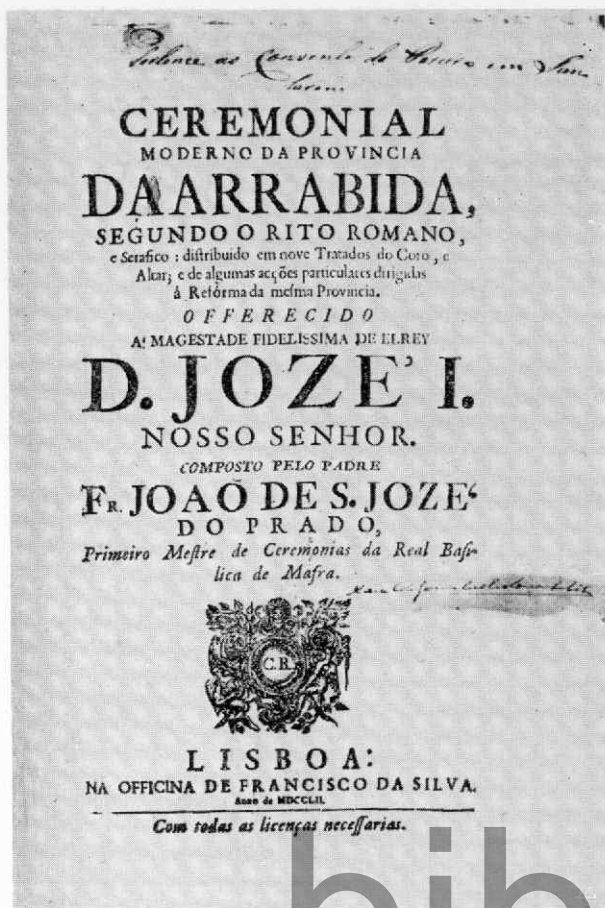


Foto n.º 11 — Reprodução de uma das primeiras páginas do «Ceremonial» com a nota ao cimo a que nos referimos no contexto.

morte e a tão longa distância no espaço, foi para nós motivo de reflexão deliciosa e algo de surpreendente e singular.

A 12 de Setembro de 1971, celebrar-se-á o centenário da morte do grande escritor, do **médico das almas**, como lhe chamou Albino Forjaz Sampaio; estas nossas considerações foram pensadas e escritas com um ano de antecedência dessa celebração; que elas constituam uma pequena contribuição, para que o autor da sua vida e da vida pacífica na Literatura Portuguesa, continue a ser conhecido entre as novas gerações como de facto merece, através de todos os recantos de Portugal espalhados pelo mundo.

Nampula, 13 de Junho de 1970.

TRANSCRIÇÃO DAS ANOTAÇÕES ÀS FOTOGRAFIAS
DE MANUEL RODRIGUES DE PINHO

JÚLIO DINIS EM OVAR

FOTOGRAFIAS

N.º 3—Casa em Ovar—Largo dos Campos—
onde Júlio Dinis viveu durante alguns meses, nela come-

çando a escrever as «Pupilas», nos meses de Julho e Agosto de 1863. Da parte de dentro da janela que se vê à direita (sem vidros) teve Júlio Dinis ocasião de ouvir sua prima «puxar pela língua» a uma beata que todos os dias ali passava da Capela dos Campos que fica no extremo do Largo para onde faz frente a casa.

Esta beata aparece-nos nas «Pupilas» e na «Morgadinha».

Sobre esta casa escreveu Antero de Figueiredo em «Os Serões»: «Oh! Casa amiga e insinuante que tiveste a caridade da ilusão para com um meigo doente, e estimulaste um espírito abatido a criar livros que a tantas almas levou o deleite subtil duma arte amena!»

N.º 4—Antiga recebedoria de Ovar, para onde Júlio Dinis ia passar as noites, conversando com as pessoas que mais tarde havia de imortalizar sob os nomes de Margarida, Clara, Reitor e Daniel (que outro não seria senão ele próprio).

A esta casa se refere o escrito numa carta publicada nos «Inéditos e Esparsos», dizendo: «...ou a conversar no escriptório do recebedor de décimas, grande original que vim encontrar aqui, um verdadeiro typo de romance. Chama-se o Sr. Thomé Simões».

À janela da casa vêem-se a filha da que foi a «Margarida das Pupilas» e uma neta (esta vestida de preto).

N.º 5—A casa onde vivia o Dr. João Semana, das «Pupilas», e que era o médico João José da Silveira, que Júlio Dinis retratou fielmente, no dizer dos que com ele conviveram.

Esta fotografia foi tirada em 1944, e à janela ainda se vê uma das filhas do Dr. Silveira.

Esta casa, que ficava no Largo do Calvário, foi demolida há uns três ou quatro anos, para no seu lugar se construir um edifício novo ⁽¹⁾.

N.º 6—A Fonte do Casal, reconstruída.

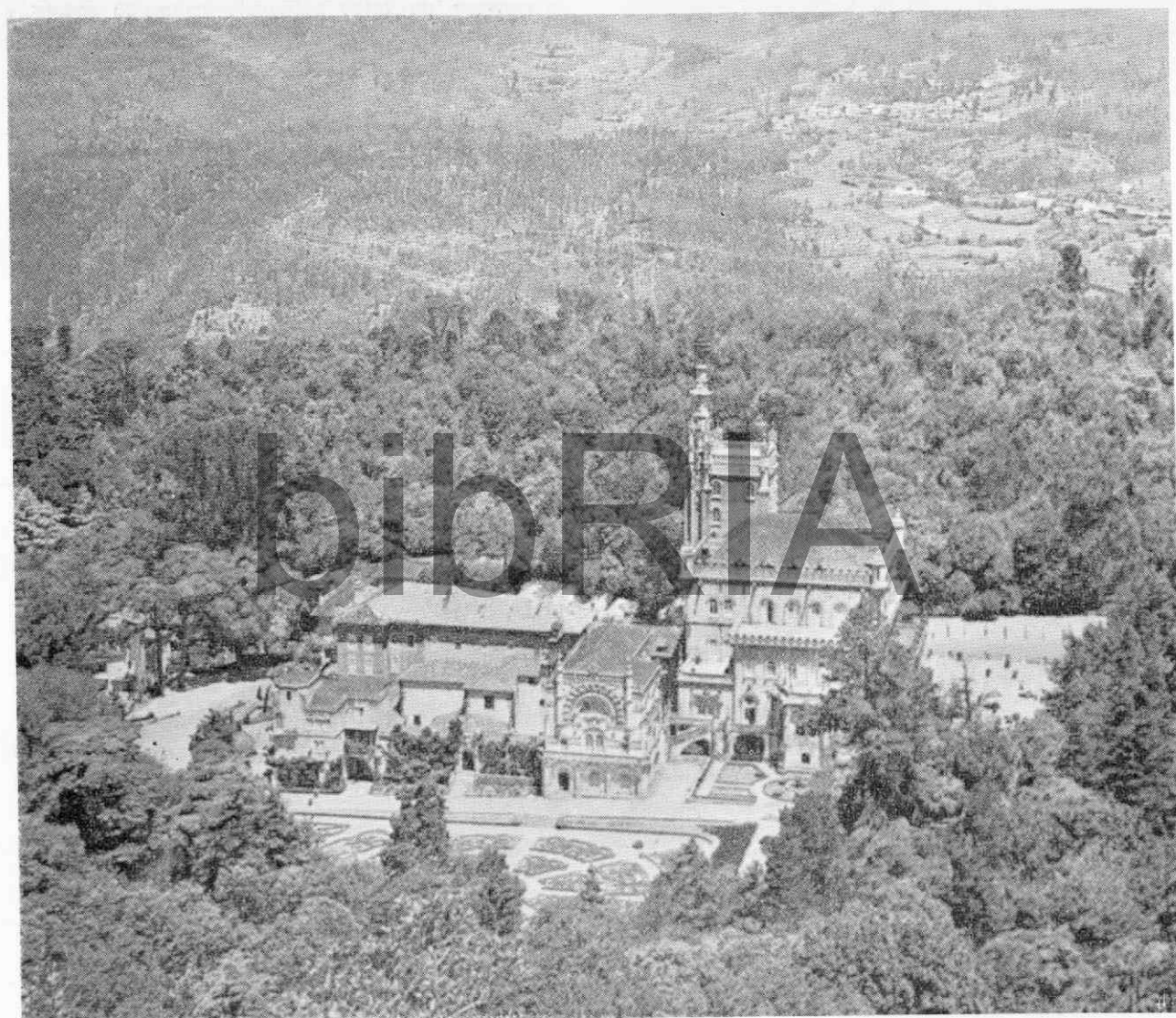
Actualmente chama-se Fonte Júlio Dinis, porque o escritor algumas vezes sentado na ponte que lhe fica junta, tomava apontamentos, escrevia ou prestava atenção às lavadeiras.

Os azulejos da Fonte representam cenas das «Pupilas do Senhor Reitor».

Esta fonte (então em estado primitivo) é aquela junto da qual se desenrola o capítulo XXXII das «Pupilas».

N.º 7—O Dr. João José da Silveira, o verdadeiro João Semana.

(1) — Devemos ter em conta o ano em que o Snr. Manuel Rodrigues enviou estas notas e não o ano em que estamos actualmente.



EMÍDIO NAVARRO

NOTAS BIOGRÁFICAS

Emídio Júlio Navarro, de seu nome completo, nasceu em Viseu a 19 de Abril de 1844 e faleceu no Luso, em 16 de Agosto de 1905.

Foi aluno do Seminário de Bragança, onde completou o 2.º ano do Curso de Teologia. Em Coimbra, não se sentindo com vocação para a vida eclesiástica, matriculou-se na Faculdade de Direito, tendo concluído o curso em 1869.

Deputado, ministro de Estado e ministro de Portugal em França, Emídio Navarro foi sobretudo um grande jornalista.

Quando estudante em Coimbra fundou o jornal *A ACADÉMICA*, que teve como colaboradores João de Deus, Teófilo Braga e outros.

No *CONIMBRICENSE* também escreveu assiduamente, onde começou a revelar-se dando extraordinárias provas de polemista, de incomparável observador e comentador da vida política do seu tempo.

Regressado a Bragança, abriu banca de advogado e aí publicou alguns artigos sobre a Revolução Francesa e os seus homens mais eminentes e tentou fundar um jornal político.

Em Lisboa, fundou *O PROGRESSO*, foi director do *CORREIO DA NOITE*, órgão do partido progressista onde ingressou.

Nomeado secretário do Tribunal de Contas e eleito deputado em várias legislaturas, foi mais tarde para Paris como Ministro de Portugal. Luciano de Castro nomeou-o Ministro das Obras Públicas, tendo desenvolvido notável acção. Abriu grande parte das estradas de Portugal, alargou os serviços florestais, criou, prote-

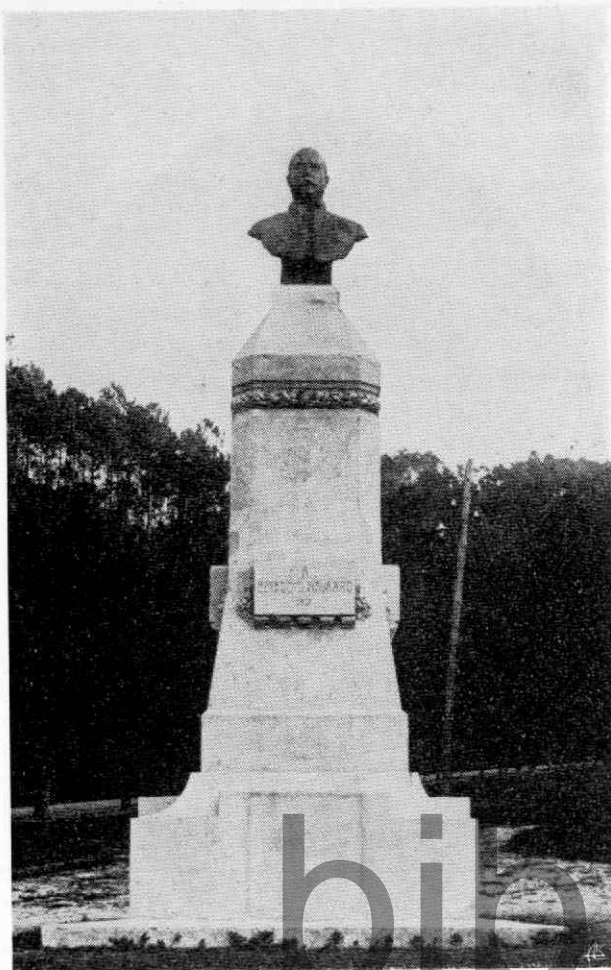


geu, edificou e consolidou tudo quanto podia contribuir para o desenvolvimento do património nacional.

Escreveu *Quatro dias na Serra da Estrela*, prefaciado pelo Dr. Sousa Martins, que o acompanhou na digressão à serra, com o Dr. Carlos Tavares. Colaborou em quase todos os jornais e revistas portuguesas do seu tempo.

Após o regresso de Paris, abandonou por completo a actividade política e dedicou-se ao seu jornalismo. Nesta última fase salienta-se a «questão dos tabacos» que ocasionou extraordinários episódios políticos. Parecia que a sua pena ressurgia, moça, dos tempos antigos.

Minado pela doença, retirou-se com sua família para o Luso, sua pequena pátria adoptiva, como lhe chamou o Professor Fernando Emydio da Silva, no discurso proferido na inauguração do Monumento que as gentes do Luso e Bussaco lhe erigiram para perpetuar a gratidão pelo muito que lhe ficaram a dever.



Monumento a Emílio Navarro

DISCURSO PROFERIDO NO LUSO, PELO PROFESSOR DOUTOR FERNANDO EMÍDIO DA SILVA, NA INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO

Senhora Dona Ernestina Navarro;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores:

O monumento que hoje temos a honra de inaugurar representa iniludivelmente uma consagração e uma vitória.

Uma consagração do merito. E não daquele facil merecimento que é feito do echo retumbante de algumas palavras sonoras ou da condescendencia atarefada de algumas interesseiras solicitudes. Mas do merito autentico, indubitavel que está para essas auriflamas de pechisbeque como o brilho de uma estrela e para esses anônimos rumores de uma fama dubia e barata como o toque sonoro e limpido do metal batendo a pedra.

Uma victoria sobre a calunia, a má fé, a intriga, a inveja, a rotina, a incompetencia, a mentira: todas essas forças subalternas e (ai de nós!) onipotentes que em Portugal desde muito se encontram desgovernando e entravando o carro do Estado; todas essas forças negativas e subltis que, como não podia deixar de ser, deram batalha á inteligencia lucida, á vontade de ferro e ao patriotismo esclarecido do ministro de 1886; todas essas forças tortuosas e sinistras que remeteram em breve para o ostracismo o homem publico eminente que, por ter pensado um dia em domina-las, foi duplamente ferido na sua reputação caluniada e na sua obra destruida, pela razão muito simples de que uma vontade organizada e uma obra de governo eram o inimigo temeroso e comum de que se tornava necessario nem ficasse a lembrança.

É assim que, meus senhores, contemplando o porte energico e altivo desta estatua que parece ainda querer guardar as costas contra alguma traição eventual, apoiando-se de econtro á montanha que sobre todos os logares da terra portuguesa ele amou e serviu; é assim que, meus senhores, contemplando esta autentica e piedosa resurreição, em que, como nas velhas magicas, a virtude explende radiosa e triunfante e o crime desce a esconder-se nas pregas entreabertas de um alçapão providencial; é assim que, procurando o simbolico significado desta glorificação em que um bloco de marmore calçou a argila pastosa e lamacenta que lhe serve de vencido alicerce — eu sou levado a exprimir neste momento, sombreado aliás por tantas angústias e ameaçado por tantos perigos, um pensamento de confiança na reconstituição e na justiça nacional.

Meus Senhores:

Emygdio Navarro, cujos talentos luziram a meio de uma das mais brilhantes gerações literarias e politicas deste paiz, trouxe para os multiplos ramos da actividade social em que se embrenhou o dom supremo com que se enaltece a vida humana: **a vontade esclarecida**. Basta lembrar o seu forte e musculoso arcabouço beirão, o passo energico e decidido, as mãos grossas, a cabeça solidamente pregada nos ombros largos, a fronte nitidamente desenhada, o porte altaneiro, o olhar irrequeto buscando a decisão em que se firme, os labios espessos abrindo-se a mostrar-nos a dupla fieira dos seus dentes agudos, tudo em Emygdio Navarro respira a força, traduz a vontade, desenha a ancia de lutar.

Formado em Direito depois de um curso notavel em que rapidamente conquistou os laureis de **accessit**, a advocacia e as lutas do fôro, porém, não o atraem, apesar do seu feitio intelectual não ser inadaptable ás lucubrações juridicas.

São as violencias maiores do jornalismo e da politica que exercem desde logo sobre o seu espirito uma

atracção irresistível, como se nessas contorsões mais asperas os seus musculos encontrassem apenas o limite marcado para a sua acção natural. Assim é que, fugindo logo ao ramerrão das parcas questões de aguas que afluem ao seu escriptorio de incipiente advogadelho de provincia, a sua pena coruscante enche de relampagos o pacato jornal da sua terra e as suas predilecções partidarias em breve se firmam nos temerosos e inevitaveis cavacos da farmacia. Mas as columnas obscuras de um perdido jornal transmontano e as paredes palmeiras de uma farmacia de aldeia não bastam manifestamente a Navarro. Grande nau, grande tormenta.

E assim não admira vê-lo demandando novos horizontes, novas aspirações, novas violencias para essa Lisboa que pela larga publicidade dos seus jornaes e pela influencia decisiva da sua politica ele sentia como sendo a sua atmosfera necessária. Navarro era nesse tempo demasiado novo, as desilusões não tinham caído ainda como um chuva de neve sobre o coração para que os seus olhos demandassem, de preferencia, como mais tarde, os encantos da paz e da beleza rural!

Os fados mais uma vez tinham de cumprir-se.

Chegado a Lisboa, mergulhado na politica até os cabelos, armado para a luta até os dentes, em contacto diario com os chefes e marechaes do partido, o seu valor, como não podia deixar de ser, torna-se rapidamente apreciado. O seu lugar de destaque é desde logo definido e as esporas de ouro em breve legitimamente ganhas.

É pelos jornaes do seu partido em que, sucessiva e ininterrompidamente, colabora até à fundação das **Novidades** que Navarro começa a vida politica. E a bem dizer o seu talento e influencia de jornalista de combate revelam-se taes que a fama conquistada pela pena incontestavelmente lhe abriu desde logo as portas de todas as consagrações de homem publico.

O merito de Navarro como jornalista nem pelos seus mais intransigentes e irreconciliaveis inimigos pode nunca ser contestado.

De uma inegualavel lucidês na argumentação, vigoroso no ataque, prompto na replica, escrevendo com elegancia, precisão e clarês, sabendo ferir os aspectos capitaes de cada assunto e sabendo falar aos sentimentos dominantes do grande publico, o seu artigo de fundo diario, transportado com pressa lendaria do cerebro ao papel quando o jornal quasi composto ia dentro de pouco entrar na machina — é a historia politica de trinta anos, tal como a sentiu um alto temperamento do seu tempo e que pode ainda hoje reconstituir-se, sobretudo pela colecção das **Novidades**, limando-lhe as arestas demasiado vivas e os atrabiliarios exageros do desforço e da paixão.

No tempo de Emygdio Navarro, o jornalismo português (como quasi todas as manifestações da actividade

intelectual) atravessava um periodo aureo. Na tradição proxima ou na arena politica ainda, firmavam então os seus artigos de combate os nomes prestigiosos de Rodrigues Sampaio, Teixeira de Vasconcelos, Latino Coelho, Mariano de Carvalho, Antonio Ennes, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins, Barbosa Colen, Eduardo Burnay: o penultimo tão ligado a Navarro e a esta terra, morto ainda não ha seis meses; o ultimo, seu adversario temeroso, apenas vivo da velha e gloriosa guarda. Ah! O combate era então rude e vistoso. Para falarmos só das duas pugnas mais salientes da carreira jornalística de Navarro ou sejam daquelas que pela sua proximidade me foi dado conhecer e sentir (a questão Burnay e a questão dos tabacos), os seus vigorosos contendores não eram de trato comodo e macio: em Mariano de Carvalho havia a combater a maior erudição do seu tempo, posta ao serviço de uma inteligencia sem igual na nossa *élite* e servida a seu turno pela ironia da mais acerada e fina lamina da esgrima jornalística portuguesa; em Eduardo Burnay havia a lutar um autentico temperamento de polemista, lucido e persuasivo na doutrinação, vivo e penetrante no ataque, um tudo nada desdenhoso na ironia tambem manejada com desembaraço folgazão... Mas como a todas as personalidades e vocações verdadeiramente superiores a grandêsa das dificuldades a vencer só davam estímulos e energias novas ao director das **Novidades**.

Navarro, com efeito, em poucos artigos sabia aproveitar com habilidade rara os argumentos que, dominando o assunto, convenciam melhor. Esses argumentos, como cajado bem seguro por alma de camponio que se dispõe a varrer uma feira, não lhe saíam mais das mãos. E era de vêr, por entre a ancia do adversario que inteligentemente multiplicava tropeços novos a remover para o seu avanço, a curva repetida dos mesmos molinetes a encher o ar do mesmo estrepitoso alarido de arreganho e de victoria. O adversário tinha de precaver-se contra um embate quasi irresistível — na valorosa e decisiva arremetida contra o obstaculo ante-visto. E na algazarra do combate, por entre o esfusiar dos ataques derivados, sentia-se de quando em quando a sua parada e replica firme nas guardas classicas da esgrima, a contrastar com a gentilês de um jogo momentaneamente floreado em finuras de subtilês e de malicia. E esta segurança na defêsa e esta solidês no ataque não constituem os menores encantos do feitio jornalístico de Emygdio Navarro.

Por muito admiraveis, porem, que fossem os dotes do jornalista; por maior que tivesse sido a influencia dos seus escritos na vida politica portuguesa — este monumento, se eu sei comprehender o seu real significado, não constitue uma homenagem aos golpes vigorosos da sua pena. Não é, com efeito, o azorrague

que lá em cima no bronze do seu busto poderíamos adivinhar, num prolongamento ideal, como empunhado pela mão que não chega a aparecer-nos; não é a cota de malha, nem o montante, nem a lança — não são as armas todas do seu poderoso arsenal de guerra que saem hoje desenferrujadas da sua campã para lhe fixarmos a memória no ensinamento que esta estatua representa.

A nossa homenagem, julga senti-lo distintamente, visa o homem de Estado. E sem que ao espirito critico se lhe diminua um só dos efeitos de uma corrosão por vezes redentora; e sem que ao articulista insigne das **Novidades** se regateie por um momento o logar que precisamente pelas lutas de imprensa ele talhou para o destaque primeiro da sua eminente personalidade — apraz-me pensar que não são as suas faculdades de demolidor, por mais poderosas que tenham sido, mas as suas raras e iluminadas energias de organização e de mando as que em torno deste pedestal hão-de sempre lêr-se inscritas pela admiração e pelo reconhecimento publicos.

De resto, a minha satisfação por esse facto é pessoalmente dupla.

Por um lado, sem diminuirmos, repito, a necessaria função do espirito critico, a coragem fisica, intelectual e moral indispensaveis a um autentico temperamento de demolidor à Clémenceau; sem tirar a Navarro uma só das glorias que possam caber-lhe na justêsa dos seus golpes e nos efeitos das suas campanhas — o facto talvez de o talento nacional se encontrar desde já velha data posto ao serviço de demolir e denegrir e a circumstancia ainda de no nosso paiz se ter em geral demolido demais e edificado de menos: tudo o que venho dizendo, enfim, contribue para que de ha muito no meu espirito (erradamente, porventura) a minha enternecida admiração e o meu acrisolado respeito atinjam de preferencia quem constroe do que quem destroe, quem afirma do que quem nega, quem produz do que quem critica e quem confia do que quem desdenha.

Por outro lado, para fazer justiça a Emygdio Navarro é indispensável sobretudo encara-lo como homem de Govêrno. Não só porque é nesse campo que o prestimo do grande cidadão pode economica, politica e socialmente traduzir-se em um mais largo saldo de positivas utilidades nacionaes, mas também porque os proprios excessos da sua paixão politica, condenados **in limine** por tantos, se encontram singularmente atenuados para a justiça que a todos importa fazer quando pensarmos um momento que Navarro assistiu ao aniquilamento quasi systematico da sua propria obra, por via dela sofreu na sua reputação os mais duros e violentos ataques e por via dela ainda, com uma injustiça revoltante, viu destruida a sua carreira de homem publico, lançado á rocha Tarpeia, ao mesmo tempo que a exal-

tadas mediocridades se estendia um benevolo tapete que lhes permitisse não ficar a um decimo do caminho do Capitolio!

Isto para não dizer ainda que são as suas concepções de homem de Govêrno, a lucidês da sua visão de estadista, que precisamente veem dar aos artigos que tratam as grandes questões nacionaes, como as de fomento, ou os altos problemas internacionais, como a aliança inglêsa, aquele relevo e aquela aguda perspicacia que não foram esquecidos por quem o leu e nesses escritos podia reconhecer com facilidade as qualidades que tornam notavel o Ministro das Obras Publicas de 1886 e que as circunstancias apenas não deixaram plenamente evidenciar no Ministro de Portugal em Paris.

O ministro das obras publicas do governo progressista de 1886 foi efectivamente um homem de Estado.

A qualidade dominante do homem de Estado é precisamente a qualidade que no começo destas desastavadas palavras dissemos ser a faculdade maxima do nosso homenageado e que atravez da sua carreira de polemista não é difficil aliás reconhecer-lhe tambem: a **vontade esclarecida**.

Na verdade, Emygdio Navarro sabia o que queria e sabia querer. Simplesmente, este equilibrio tão facil de enunciar em duas palavras é de uma extrema dificuldade de realização em um cerebro apenas.

Começa por que a mera existencia, como humanamente possivel, de um homem de Estado só é susceptivel de comprehender-se quando primeiro se tenha desfeito um curioso paradoxo em cujas malhas aliás teem sosso-brado tantos governantes de todas as patrias.

Por um lado, a absoluta impossibilidade de saber tudo. Por outro lado, a crescente necessidade de informar a obra de governo com os elementos da investigação fornecidos por todas as sciencias e por todas as filosofias.

O encyclopedismo, com efeito, alem de pretensão crescentemente estulta no proprio campo scientifico, entorpece as faculdades de acção de um homem de governo. Saber é duvidar. Quando Henri Poincaré introduz a duvida no proprio seio das abstracções matematicas — o ultimo recondito que no nosso espirito tinha ficado para a certêsã — imagine-se que oceano de duvidas não assaltarão o sociologo e não aturdiriam o politico quando este se embrenhasse demasiado fundo nos meandros inextricaveis e contraditorios da investigação e da doutrina!

Mas o peor — ou o melhor — é que, na verdade, não ha ramo da sciencia humana, desde a que no espaço contorna o infinitamente grande até a que no laboratorio prescrua o infinitamente pequeno: não ha objecto da actividade scientifica — **nihil humanum** —

que não interesse e que imprescindivelmente não sirva o Governo de um povo.

Este o paradoxo na sua aparente irredutibilidade. Esta a perturbadora geometria do circulo vicioso. Ou se quizerem antes, estas as suas pontas agudas do dilema.

Resolvê-lo é penetrar no amago da interrogação temerosa e fixar as qualidades dominantes do homem de Estado, quando este ou antes a sua caricatura não resolva a seu turno todas as hesitações, instalando na ignorancia plena a bemaventurança de alguma vaidade incommensurável...

Ora o paradoxo, na realidade, só se desfaz, e o homem publico surge apenas como uma entidade humanamente possível quando o compararmos com o funcionamento de uma grande empresa e o integrarmos em uma technica semelhante á da divisão do trabalho. Como ao empresario, pertence-lhe o plano de conjunto de organização e de invento; a sua adaptação ao momento e ao meio; a previsão da sua viabilidade e economia; a execução cujo compasso, frequencia e potencialidade ele regula — e como contra-partida á sua ilimitada responsabilidade moral e politica ha que fixar-lhe limites amplos para os movimentos livres da sua direcção e do seu mando. Mas como o proprio empresario tambem que, em todas as fazes da sua acção, tem de dividir mecanicamente as tarefas de forma a confiar por encomenda aos technicos e competentes o esclarecimento de cada pormenor e a factura de cada engrenagem, assim o homem de Estado, sob pena de condenar a sua obra á impotência e ao fracasso, tem de socorrer-se a cada instante do conselho e do auxilio dos especializados para que por esta unica via possível cheguem á sua informação e á sua decisão os unicos elementos que podem com a necessaria segurança ilustrar a primeira e determinar a segunda.

Mas porque a mera existencia de um homem de Estado não é assim um humano impossível, não se desmereçam por esse facto das virtudes e dos talentos indispensaveis á sua afirmação. O conhecimento dos homens, do momento e do meio; o desbaste e verificação das informações e dos conselhos; a previsão dos efeitos e das resistencias de qualquer das suas medidas; a firmesa e o tacto, a persistencia e a maleabilidade da sua execução; a mera escolha dos colaboradores necesarios (e a escolha destes é fácil e externo barometro pelo qual podem aferir-se dos merecimentos de um governante), eis o complexo teclado cuja harmonia exige para quem possua o raro dom de no-la fazer sentir as mais nobres qualidades de equilibrio das mais altas faculdades da intelligencia e da vontade humanas.

Ora Emygdio Navarro foi incontestavelmente esse estadista.

Num ministerio presidido pelo alto valor politico de José Luciano; com a fazenda publica administrada

pela sagacidade sem igual de Mariano de Carvalho; a vara da justiça entregue ás mãos honradas e ao alto espirito juridico de Veiga Beirão; ao lado de Barros Gomes maquinando já o seu mal sucedido sonho de expansão colonial; ombreando com a farda constelada de S. Januario e a sobrecasaca florida de Henrique de Macedo — o talento, a superior organização do novo marechal politico que subira ao seu posto com luz propria, que não precisava do brilho alheio, vaé firmar-se com vertiginosa rapidês nos escassos trinta e seis meses de Governo que este monumento precisamente se destina a perpetuar.

Navarro na complexa pasta das Obras Publicas, onde as comunicações, a agricultura, a industria, o trabalho e a comercio formam o estofa das preocupações de cinco ministros, diagnosticara com prestêsa o nosso mal e demonstrou fartamente ter mãos para lhe descobrir e aplicar o remedio.

Em esquêma, o nosso mal economico era então como continua sendo o inferior aproveitamento das nossas riquezas. Senhores de um subsolo satisfatorio, de um solo de excelente produtividade, de uma vantajosa posição geográfica de metropole e colonias, de inconfundiveis belêsas naturais — não era que isso tudo não formasse exuberantemente a quadrupla base de uma industria desenvolta, de uma agricultura privilegiada, de um comercio expansivo, de um turismo rendosissimo: de tal sorte que á balança comercial não pudesse rapidamente fazer-se augmentar o volume das suas transacções e mudar quiçá o seu desequilibrio de sentido; de tal sorte sobretudo que á balança economica se não pudesse assegurar um largo e produtivo saldo em nosso favor. Mas velhos erros de longe vindos, defeitos quasi organicos, tradicionais pusilanimidades e dispersões traziam inquinado de todos os vicios o meio social e politico, onde o baixo nivel de civilização material e intelectual manchava agora de negro o logar que na carta do mundo a nossa audacia e o nosso genio talhara largamente para a independencia e para a immortalidade portuguezas.

Este era o mal.

O remedio estava num plano de fomento digno desse nome.

A descoberta da sua formula precisa honra já o tacto do governo de Navarro.

Mas um outro merecimento lhe enaltece porventura ainda com mais destaque o seu perfil de homem publico: o exacto sentimento que ele teve da necessidade de caminhar depressa na execução da sua obra de immediatas realizações.

Era necessario, com efeito, caminhar depressa, em primeiro logar, porque na efervescencia industrial da Europa do ultimo quartel do seculo XIX já podiam presen-
sentir-se as temerosas palavras de Salisbury que Fuschini

queria saber gritadas a cada ouvido português: **só teem direito á vida as nações que trabalham e progridem.**

E era necessário ainda caminhar depressa, porque a questão social marcara já a crescente esfera intervencionista do Estado e, nestas condições, amortecendo o pleno estímulo da concorrência livre, ia fazer incidir as atenções publicas para uma melhor distribuição de riquezas de preferencia a uma produção maior. E Portugal poderia encontrar-se, como hoje aliás se encontra, na situação paradoxal de não poder fazer recuar a hora intervencionista, sem ter deixado actuar plenamente os incitamentos produtivos maximos de que só o individualismo tem o segredo. Quer dizer, era preciso a todo o transe evitar o que então já se desejava: a situação de haver a distribuir melhor uma riqueza antes de a haver satisfatoriamente creado. O que em meu modesto entender se assimilha tambem (seja dito entre parenteses) á forma por que em Portugal se arrasta a velha questão do jogo: enquanto lá fóra se deixa ao jogo regulamentado produzir os seus notaveis beneficios na criação de praias e termas e quando já dele menos se precisa é que se pensa como na Belgica em reprimi-lo — em Portugal, onde a livre expansão da tavolagem é um segredo de polichinelo, pensa-se que a moralidade publica consiste em não regulamentar o que vae existindo para simples exploração de nós todos e sem nenhum dos beneficios publicos a ele atinentes.

Ora Navarro não pensava desta maneira em relação ao nosso problema economico. E se o accusam de excessiva precipitação na edição de algumas medidas e de excessiva larguêsa na concepção de alguns dos seus projectos — as circunstancias acima referidas não o absorverão plenamente dessa precipitação e dessa larguêsa, quando para essa absolvição se não queira invocar o argumento rigorosamente economico de que não ha colheita sem sementeira, de que não ha beneficio e fartura sem temporarias abstenções e sacrificios?

Meus Senhores:

É esta a visão segura da situação e do momento que plenamente dirigiu a acção governativa de Emygdio Navarro e faz dele incontestavelmente um homem de Estado.

Como Oliveira Martins no seu **Projecto de Fomento Rural**, melhor do que Elvino de Brito, Navarro concebe o mais largo plano de fomento que depois da Regeneração germinou em cerebro de homem publico do constitucionalismo português.

É assombrosa, toca as raias do prodigio a multiplicitade de aspectos da sua obra, a actividade desenvolvida nos três anos da sua vida ministerial por um homem insufficientemente rodeado das competencias

especializadas indispensaveis e operando a meio das enferrujadas engrenagens da rotina burocratica. Pode dizer-se mesmo que na complexidade dos serviços do antigo ministerio das Obras Publicas não ficou um unico escaninho onde a acção impulsionadora de Navarro se não fizesse sentir e onde, apesar de o não terem sabido seguir e de propositadamente haverem contrariado os intuitos da sua herança, não ficasse ligado ao seu nome a lembrança de um incitamento vantajoso ou de uma reforma benemerita.

Passemos, com efeito, rapidamente revista (para não cançar a vossa atenção mas para ao menos lhes medirdes o alcance, á obra do ministro das Obras Publicas de 1886 a 89.

Se considerarmos primeiro os problemas magnos das comunicações e do ensino technico que juntamente com o credito agricola podem formar os pilares fundamentais da reconstituição economica nacional, a obra de Navarro constitue o mais notavel plano de fomento concebido e começado e executar nos ultimos 50 anos.

Pelo que respeita ás comunicações e deixando de lado pelo seu aspecto dispersivo as medidas de reorganização dos correios e telegrafos (basta lembrar a remodelação da posta rural, D. 4 agosto 1887), em nenhum aspecto do problema se descure a sua ancía de reforma e de organização. Em materia de viação ordinaria são firmadas pelo seu punho as P. P. 28 abril, 18 julho e 17 agosto 1887, regulando as adjudicações e empreitadas de obras publicas e a construção de estradas municipais e districtaes; o D. 21 fevereiro 1889, ultimo que ele assignou, sobre a policia das estradas; a P. 28 dezembro 1888 sobre expropriações amigaveis e sobretudo a lei de 21 de julho de 1887, a que ele deu um começo brilhante de execução e que, a não ser posta de lado, teria dotado em 18 anos o paiz da rede de estradas sumariamente digna de uma nação da Europa. Em materia de viação acelerada o seu pensamento era o de dar á nossa rede ferro-viaria as malhas que lhe ficaram faltando e regularisar os respectivos serviços, como se pode ler expresso nas P. P. 19 março 1886 e 23 maio 1887 que interessam a Beira Baixa; no D. 15 março 1888 que regulamenta a fiscalização da construção dos caminhos de ferro; nos D. D. 14 agosto 1887 e 21 fevereiro 1889 sobre despachos de mercadorias; e ainda na P. 21 fevereiro 1889 que organisa a fiscalisação dos caminhos de ferro sobre as estradas ordinarias. As comunicações telefonicas tambem o preocuparam: o D. 15 setembro 1887 aprova o contracto que interessa ás redes de Lisboa e do Porto. Finalmente, a abertura de portos que assegurassem a expansão comercial aos nossos produtos mereceu ainda a sua larga atenção: basta relembrar as obras do porto de Lisboa onde havia a construir senão o caes da Europa pelo menos um caes europeu (P. 28 junho 1886;

D. 22 dezembro do mesmo ano; P. 6 agosto 1887 que aprova o projecto definitivo) e, além do porto de Lisboa, os portos de Ponta Delgada e Horta que na lei de 21 de Julho de 1887 receberam um notavel impulso.

Isto pelo que respeita ás communicações.

Pelo que respeita ao ensino technico, não é menos notavel a acção de Navarro. O obsoleto D. 16 dezembro 1852, de Fontes e Athouguia, em materia de ensino agricola e os D. D. 20 dezembro 1864, de João Chrysostomo e 3 janeiro 1884, de Antonio Augusto de Aguiar, constituíam á epoca o nosso parco material legislativo. Navarro organisa os Institutos Industriaes e Comerciaes (D. 30 dezembro 1886 e R. 3 fevereiro 1888), reforma o Instituto de Agronomia e Veterinaria (D. D. 2 dezembro 1886 e 8 novembro 1888), regulamenta as escolas industriaes e de desenho industrial (D. 23 fevereiro 1888). E não deixando em letra morta as respectivas autorisações legaes, organisa a escola profissional de Belem (P. 22 outubro 1886), cria as escolas agricolas de Coimbra, Faro, Vizeu, Portalegre e Santarem (D. D. 3 e 17 novembro 1887, 18 julho 1878); as escolas industriaes da Covilhã, Alcantara, Porto, Braga, Coimbra, remodelando depois as do Porto e Guimarães (D. D. 13 junho 1888 e 10 janeiro 1889); funda as escolas elementares de desenho industrial de Bragança, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Setubal, Viana do Castelo, Vila Real, Funchal e Matosinhos (D. D. 13 junho 1888 e 10 janeiro 1889); descendo ainda no campo agricola a especialisar o ensino em harmonia com as aptidões culturaes de cada região, estabelece essas delicadas organizações de progresso que poderiam ter sido as escolas praticas de viticultura da Bairrada e de Torres Vedras, a escola pratica de lactinios de Castelo de Paiva, a escola frutuaria da 5.^a região agronomica (D. D. 30 junho 1887 e 18 julho 1888); augmenta os irrisorios vencimentos dos professores seus dependentes (L. 1 junho 1888); preenche com elevado criterio algumas vagas do professorado technico superior, nomeando entre outros Vilaça e Dias Costa; manda vir do estrangeiro a modernisar o nosso ensino industrial altas capacidades designadas como taes pelas elites officaes dos seus paizes, entre elas os professores Bigaglia, Corrodi e Yanz; completa emfim o seu formidavel plano de educação technica com as instituições paralelas de ostentação e experiencia, como o museu agricola e florestal de Lisboa, a estação ampelo-filoxerica de Torres Vedras, as estações chimico-agricolas, o hospital veterinário de Lisboa, os sindicatos vinícolas que ele organisa e regulamenta (D. D. 24 novembro e 22 dezembro 1887, 19 e 27 dezembro 1888, 14 fevereiro 1889; P. P. 1 e 30 dezembro 1887, 14 novembro 1888).

Mas a acção de Navarro não fica por aqui.

Reorganiza os serviços gerais do seu ministerio (D. 28 julho 1886), e encarando seguidamente cada um dos serviços publicos seus dependentes, cujo funciona-

mento interessava o fomento nacional, fez passar por todos eles uma corrente de ar fresco e novo, sacudindo-os no seu adormecido torpôr. É assim que são remodelados os serviços agricolas e antifiloxericos (D. D. 9 dezembro 1886), os serviços pecuarios (D. 16 dezembro 1886), os serviços coudelicos (D. 22 setembro 1887), os serviços veterinarios (P. 16 junho 1886), o conselho superior de comercio e industria (D. 3 fevereiro 1887), os serviços zootechnicos (D. 3 janeiro 1889 e P. 24 janeiro seguinte), finalmente os serviços hydraulicos (D. D. 2 outubro 1886 e 24 fevereiro 1887), esses mesmos que no dizer de Sertorio do Monte Pereira são o eixo do problema agricola portuguez.

A agricultura tinha assim, dada a nossa feição economica, um logico lugar de destaque no plano de Navarro. Neste capitulo, porém, a sua acção ainda se fez sentir nas tentativas feitas para a vulgarisação do emprego dos adubos chimicos (P. P. 30 dezembro 1886 e 19 setembro 1888, R. 27 dezembro 1888), na arborisação das formosissimas serras do Gerez e da Estrela (D. D. 13 e 27 dezembro 1887), — serra da Estrela que lhe ficou devendo as paginas maravilhosas de uma autentica joia literaria e cujas sombras e cujas riquezas a êle ha hoje ainda primariamente a agradecer e em tantas rapidas, dispersivas, estrategicas medidas, despachos e cuidados que o natural cansaço dos meus ouvintes, que não o seu minguado valôr apenas me força a omitir. Só o credito agricola, não sei como, lhe escapou... Porque a propria estatistica agricola, como a estatistica demografica, de resto, lhe não passou despercebida, na necessidade da sua fundamental função informadora: quer ordenando o recenseamento agricola e pecuario (P. 3 dezembro 1887) quer preparando com Eduardo Vilaça e de acordo com o congresso de S. Petersburgo o notavel censo da população de 1890.

Mas um ultimo aspecto da sua obra (pelas suas derivações e reivindicações em nossos dias) não pode naturalmente ser deixado no esquecimento por quem tem a honra de falar, além de em seu nome proprio, um pouco tambem em nome de uma sociedade de turismo, a Propaganda de Portugal, aqui representada aliás pelo mais prestigioso dos seus dirigentes efectivos — essa vigorosa tempera de organizador que é o seu presidente e meu querido amigo, o engenheiro Vasconcelos Correia. Navarro, com efeito, anteviu plenamente, com notavel antecipação sobre todos os homens publicos do seu tempo, as possibilidades e as riquezas que da exploração do turismo podiam facilmente provir para a economia portugueza, como factor positivo apreciável a introduzir no nossa balança de pagamentos, guardadas mesmo as proporções devidas em relação aos exemplos fornecidos pela economia suissa, italiana ou francêsa. Para este efeito havia principal-

mente a resolver o problema das comunicações, ligando para a comodidade da admiração estrangeira as belezas perdidas das nossas diversas regiões e paralelamente a dotar as cidades, as termas, as praias dos requintes do conforto, da sanidade e da arte que tornassem apazíveis as excursões e as visitas. É o que Navarro fez subordinando também a este pensamento a construção das estradas e espalhando em Coimbra, Vizeu, Figueira da Foz, Serra da Estrela, Gerez, Porto e Lisboa, entre outros muitos pontos da pátria, uma forte documentação do seu elevado modo de pensar a este respeito.

Isto para não falarmos ainda da sua pequena pátria adoptiva — de Luso e do Bussaco.

Tal é, meus Senhores, nos seus traços sumários e, salvos alguns aspectos que propositadamente guardámos para final, a obra gigantesca do grande ministro de 1886. Tal é a obra que uma política tacanha e rotineira abafou teimosamente á nascença. Tal a obra de Emygdio Navarro que eu bem quizeria ter sabido projectar, nos seus delineamentos ao menos, sobre os vossos espiritos, mas para a qual as minhas apagadas palavras eram uma obscurecida lanterna mágica em muito indigna desse assunto e deste lugar. Foi a teimosia do dedicado secretario da comissão executiva da construção do monumento. O dr. Lucio Abranches, que decididamente viu pelas lentes de aumento da sua amizade os fracos recursos de quem, minhas Senhoras, por tão longo tempo tem abusado da vossa paciência e da vossa gentilêza. Fique o erro desse meu querido amigo lançado á conta do muito que lhe deve esta homenagem e para unico testemunho, no seu caso, de que as perfeições não são deste mundo...

Felizmente, porem que a obra de Navarro vivia já na vossa admiração e no vosso reconhecimento! Essa consoladora certeza que já tinha imperado no meu espirito para me não vêr forçado a declinar, embora contristadissimo, a honra que me era dada — essa consoladora certeza me resta ao menos quando daqui a poucos minutos eu abandonar esta tribuna: as minhas palavras não roubaram o lugar a ninguém, porque nenhuma palavra se tornaria necessaria para resumir melhor do que pela vossa simples presença a admiração e o reconhecimento de que, interpretando o sentimento nacional, estamos todos possuidos neste momento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Vou terminar.

Falando um dia de Navarro, Caslos Lobo d'Avila repetiu com raro acerto a sentença de Victor Hugo: **Les coeurs de lion sont les vrais coeurs de père.**

Não ha duvida. Ninguém atacou com um impeto mais irresistivel o adversario que ousasse defrontar-se

e medir-se com êle. Mas ninguém, por seu lado, cultivou com mais esmero as flores do seu jardim que, ao contrario de Numa, nunca foi êle que temeu de ver espigadas e sobranceiras; ninguém serviu com lealdade maior o seu amigo; ninguém socorreu com mais nobreza os seus contendores na adversidade; ninguém patrocinou com mais carinho os que se acolhiam á sua defesa, e ai dele! tantas vezes lhe pagaram com negra ingratidão as desculpas e os favores; ninguém amou os seus com mais apaixonado affecto e mais paternal solicitude, amparando na esposa a que foi delicada enfermeira da sua alma atribulada, prolongando no triunfo dos filhos as suas proprias ambições, sorrindo com desvanecido enlêvo ao atrabiliario bulicio dos primeiros passos dos seus netos; ninguém serviu com mais acrisolado zêlo esta sua pequena pátria adoptiva de Luso, onde a sua rude tempera beirã procurou consolo para tantas desilusões e que no seu coração, mais talvez do que a sua **pátria**, era a sua **terra**, a sua **pátria pequena**, como ha pouco acentuei, servindo-me do concentrico e enternecido qualificativo de Raymond Poincaré para a sua dourada Lorena!

As nobres e elevadas qualidades affectivas de Navarro casam-se bem, na verdade, com esta paisagem maravilhosa. As arvores seculares da mata dão-nos como ele a ideia do dominio e da força e, na sua variedade indefinida, lembram-nos também a pujante polimorfia das suas aptidões intellectuaes; mas os vales são sombreados e amenos, doira-os aqui e alem um raio palpitante de sol e no chão humido a relva fôfa abafa por vezes os passos num tom de recolhimento e de misterio. Devia sentir-se bem aqui quem, como Navarro, ambicionava, reflectia, amava e sofria: das Portas da Rainha ou de Coimbra, de Santo Antão, do Calvario ou da Cruz Alta divisam-se, com effeito, indefenidos panoramas, longiquos e esfumados horizontes, possibilidades eternamente novas; mas nos vales dos Fetos ou dos Abetos, no rumorejar da Fonte Fria ou nas imediações do Convento ou da Cascata, a abobada cerrada das suas arvores, a pujança e o embrenhado da sua vegetação, o correr brando e cristalino da sua agua fez-se, com effeito também, para confidencia dos nossos pensamentos, para scenario dos nossos amores ou para consolação das nossas lagrimas.

Como Navarro, porem, acima de tudo era dotado da qualidade maxima que atravez do nosso modesto esquêma temos visto sempre esmaltando-lhe o perfil — a **vontade esclarecida** — o poeta lyrico dos «Quatro dias na Serra da Estrela» não era homem para quedar-se nestes seus amores espirituales em um comodo platonismo. Dispondo dentro ou fóra do poder de uma enorme influencia, usou dela largamente em beneficio desta terra, quer pondo-a em rapida comunicação com os centros da população e do turismo nacional

QUATRO DIAS NA SERRA DA ESTRELA

(Notas de um passeio)

I

(e sob este ultimo aspecto é típica a projectada e ainda hoje não concluida estrada a Penacova, de que tanto se vem falando) quer dotando-a de melhoramentos locais importantissimos, desde a scenografia do Hotel do Bussaco (a que estão também ligados os nomes de Manini e Ernesto de Lacerda) até o alargamento da mata e desde o estabelecimento balnear de Luso, ao tempo modelar, até a sua estação de correios e a sua escola.

Nestas condições, se em muitos outros pontos do paiz poderia erguer-se o busto que ensinasse a fixar ás creanças portuguezas as masculas feições de Emygdio Navarro, em nenhuma outra terra como esta ele se levanta como um devêr tão alto de agradecimento e de respeito.

Tacito conta naquele seu latim de bronze (nesse latim que a subida educação humanista de Navarro aprendera a penetrar e a cultivar com afincio); Tacito conta que, apesar de Roma nunca ter erguido uma estatua a Bruto, não havia forasteiro que não perguntasse onde era a estatua de Bruto. E esta simples pergunta, acrescenta o velho e profundo historiador romano, era a melhor estatua que lhe poderiam ter erguido.

Felicitemo-nos todos, meus Senhores, no entanto, por que de hoje em diante não fique em Luso sem resposta uma legitima e identica interrogação dos forasteiros: e áquele que quiz tornar a sua patria mais rica não aconteça o mesmo de que áquele que quiz tornar a sua patria mais livre!...

Luso foi, neste ponto, mais grato do que Roma. Em alguma coisa lhe havia de levar a palma...

Mas deixem-me, para terminar, dizer-lhes também: Quando uma comemoração desta naturêsa não é apenas prestada no vago rumôr da praça publica que o homenageado em sua vida só distrahidamente conheceu; quando, pelo contrario, um preito como o nosso tem por scenario a terra que sobre todas êle amou e serviu, é minha ideia de que a sua campa se não cobre apenas de uma pedra mais alta, onde o seu nome pode lêr-se em letras mais solemnes, mas que sobre o seu corpo inanimado, a acalenta-lo e a reconstitui-lo, piedosamente se desfolham as mais perfumadas e deslumbrantes flores que a vara magica da bondade humana floriu no jardim sem igual do nosso coração.

E, meus Senhores: se, para lenitivo de tantas maguas, Navarro tão enternecidamente cultivou e amou as flores; se a sua ultima vontade, aqui expressa, foi a de que o seu corpo baixasse, alem no cemiterio, ao germinal da propria terra — que nesta abençoada terra de Luso as mais belas flores de Portugal velem e perfumem para sempre o seu repouso e a sua gloria e, cercando o pedestal desta estatua, exaltem, para sempre também, a sua lição e o seu exemplo.

Tenho dito.

No corrente anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo em agosto, não sei em que dia da semana ou do mez, porque no campo não tomo conta aos dias, estava eu, **sub tegmine fagi**, muito bem repimpado n'uma poltrona feita de uma raiz enorme de pinheiro; na fonte do Carregal, na matta do Bussaco, cavaqueando com o nosso bom amigo Silvestre de Lima, director geral de varias coisas no ministerio das obras publicas, e entre as quaes se comprehende a superintendencia suprema nas mattas do reino.

O **tegmine fagi** é apenas uma sujeição á conhecida citação do Virgilio. No Bussaco não ha **faias**, ou antes, não é n'aquelle sitio da matta que ellas se encontram. Apparecem alguns **faias**, poucos, de passagem, montados em burricos, mas não enraizam nem medram no sólo. Deveria dizer «repimpado á sombra dos annosos cedros» se o Silvestre de Lima não me tivesse advertido de que essa expressão também não é botanicamente verdadeira. O famoso **cedro** do Bussaco, descripto e cantado em prosa e verso como irmão e rival do cedro do Libano, é tudo menos cedro. É um cypreste, **cupressus**! Tal qual como acabo de o dizer.

É o **cupressus glauca**, também chamado lusitanica por não haver na Europa outro massiço d'aquelas arvores frondosas tão importante como o do Bussaco, e por ser de Portugal, que ellas se espalharam por Hespanha, França e outros paizes. Para Portugal vieram não se sabe bem se de Gôa, se dos Açores. Em vida do snr. Moraes Soares procuraram-se no archipelago açoriano noticias dos illustres avoengos d'aquellas respeitaveis matronas, mas não se achou parentella viva, apparecendo, porém, alguns soalhos feitos de madeira d'aquelle arvoredado, o que deixou a suspeita de que a familia fôra ali exterminada a machado n'um horroroso arboricidio. O snr. Lopes Mendes e outros cavalheiros fizeram indagações analogas em Gôa, a ahí parece que nem nos soalhos appareceram vestigios da linhagem d'este arvoredado fidalgo. As chronicas do convento são muito escuras a respeito do caso, e as investigações ultteriores nada apuraram. O mais seguro é dizer-se que veio não se sabe d'onde. Certo é que, no Bussaco, vive como em terra, que é já muito sua, com uma longa sucessão de gerações, todas em pé, o **cupressus lusitanica**, ou cypreste lusitano. Pelos modos, a familia do cypreste é muito numerosa e variada, não sendo uma das suas menores exquisitices o ter o nome de **funebre** uma variedade, que se emprega na ornamentação de parques e jardins, e que no feito se distenceia enor-

memente da conhecida arvore, o **cupressus fastigiata**, de forma esbelta e esguia, com que se marginam os arruamentos dos cemiterios. Ora vão lá fiar-se em nomes de botanica! E aqui está, o que no momento lhes posso dizer do **cupressus**, ou **cypreste**.

Dos cedros, segundo me contou o Silvestre de Lima, ha só tres variedades conhecidas: o do Hymalaya, o do Libano, e o do Atlas, ou **atlantico**. A ramaria do cedro, do **authentic**, é formada por um agrupamento de agulhas, mais ou menos finas, semelhantes ás do pinheiro, essencialmente differentes dos ramusculos que caracterizam o **cupressus**. Há no Bussaco alguns exemplares d'aquellas tres variedades de cedros, bem como de muitas outras essencias florestaes, dos paizes mais distantes e das latitudes mais diversas, como o **laurus camphora**, ou arvore da camphora. A matta possui hoje cerca de quinze mil arvores de plantação moderna, na maior parte coníferas. Voltando aos cedros, direi, que mesmo á entrada da portada do convento, do lado esquerdo da escada, ha um soberbo cedro do Hymalaya, de agulhas miudas e finas, e que pelas suas dimensões deixa a gente espantada ao saber-se, que ainda não tem vinte annos de existencia. Fronteiro a elle, está um velho **cupressus**, pertencente ao grupo dos mais antigos da matta, e muito conhecido de todos os frequentadores do Bussaco. Já pouca ramagem alimenta, e estende os seus braços descarnados, espalmados e alvacentos, como ossada de um grande cetaceo, que comido pelos lobos marinhos e deslavada pelas aguas! No terreiro contiguo tem o agonizante **cupressus** alguns companheiros, que supportam com inexcedível galhardia o peso dos annos, e que das alturas enormes da sua ramaria copada parecem dizer desdenhosamente ao cedro do Hymalaya, que ainda precisa comer muitas razas de sal, ou sugar muitos litros de resina, para lhes ver o topete. Poderá! Teem tres seculos de existencia e engorda! E aqui está o pouco que me ocorre dizer a respeito dos cedros **authentic** e verdadeiros em competencia com os falsos cedros, ou **cupressus**, que predominam no Bussaco.

Estava, pois, muito bem repimpado na fonte do Carregal, cavaqueando com o Silvestre de Lima, ermitão da matta, o qual passa ali uma grande parte dos mezes de verão, tanto para cumprir os seus deveres officiaes de velar pelo desenvolvimento da arboricultura, como para tratar de uma bronchite chronica, de que padece. Arranjou para isto uma receita sua. Á hora, em que a cigarra canta, vae sentar-se nas **portas de Coimbra** e ali passa um largo espaço, resfolegando com toda a força dos seus pulmões. A essa hora, a brisa do noroeste traz para aquelle sitio as emanações dos pinheirões, de que estão revestidos aquella vertente da montanha, e os seus contrafortes. Diz elle, que por aquelle modo absorve mais pura, e sem passar pelas

mãos dos boticarios, a seiva do **pinheiro maritimo**; e como a fé é quem nos salva, acha-se consideravelmente melhor depois d'alguns dias d'aquelle resfolegar á hora da cigarra. Quem quizer topar com elle a essa hora, vá procural-o ás **portas de Coimbra**.

Muito bem repinpado, como ia dizendo, em cavaqueira com o Silvestre de Lima, dava-me elle conta dos ultimos visitantes conhecidos que tinham andado pela matta. Aqui esteve fulano, e mais sicrano, e mais beltrano. O Bussaco é hoje frequentado por um grande numero de **touristes**. O caminho de ferro da Beira-Alta passa no sopé da montanha, a oito ou dez minutos de distancia do entroncamento da Pampilhosa. Quem vae veraneiar do sul para o norte, raro deixa de visitar a formosa matta, que se anuncia desde pouco adiante de Soure, n'um convite de luxuriante verdura; quem desce da Beira-Alta, considera a visita como romaria obrigatoria; na gente das provincias do norte começa a manifestar-se a mesma devoção. Além d'isso, as praias da Figueira, de Espinho e da Granja, tão frequentadas desde o meiado de agosto em diante, ficam perto. O Bussaco é uma excellente estação preparatoria, para ali se passarem os ardores calmosos de julho e agosto. Junto do convento construiu-se este anno, por conta do thesouro, um **restaurant**. O mesmo individuo, que o tomou de arrendamento, arrendou igualmente algumas casas novas (por tal signal que de um mau gosto inexcedível) tambem mandadas construir por conta da administração das mattas supponho que com dinheiro surripiado no orçamento á arborisação das dunas. O convento, por aquelle lado, já está soffrivelmente mascarado e mascarrado á moderna! Mas voltemos ao caso: quem quizer passar alguns dias no Bussaco ali mesmo encontra gasalho e comida — o que é circumstancia absolutoria, ou pelo menos muito attenuante da irregularidade orçamental, que deixo denunciada. Em Luzo ha dois hoteis. O serviço não é um primor, as commodidades não abundam, mas o preço também não escalda: 800 réis por dia. E come-se á tripa **fôrta**! O melhor petisco é o bello leitão assado. N'um d'esses hoteis janta-se de ordinario ao ar livre, em meza estendida debaixo de copado castanheiro. De Luzo ao Bussaco vae-se perfeitamente a pé. É como quem vae da **baixa** ao passeio da Estrela. E para afastar qualquer fadiga, ha o recurso aos burricos, que são aqui de raça menos fina, e muito mais malcreados que os seus collegas de Cintra. Como se vê, a visita ao Bussaco faz-se hoje em satisfactorias condições, e por isso, sendo já consideravel a quantidade dos visitantes, tende ella a crescer enormemente de anno para anno, desde que se abriu o caminho de ferro da Beira-Alta.

Além desta colonia adventicia, e que todos os dias se renova, ha no Bussaco e em Luzo colonias permanentes. O convento tem casas que se alugam. Nunca

ficam desoccupadas. Ha familias, que ali se demoram dois e tres mezes. A pureza do ar, e a frescura do arvoredo encantam e são de muito valor hygienico. Vive-se ali n'uma convivencia intima, quase patriarchal. Á bocca da noite, reunen-se as familias n'um grande **salão de baile**, ornamentado de cortiça, e dansa-se animadamente ao som de um piano, com grande escandalo do **Francisco**. O piano no velho cenobio, açoitando com as suas notas estridulas as faces macilentas dos frades, que em telas apodrecidas se perfilam ao longo das paredes do claustro! O' **tempora!**

Ao Francisco se deve em parte a conservação do Bussaco. Era um servidor dos frades. Elles foram-se, e elle ficou, cuidando sempre da igreja. Quando os conventos e respectivas cercas se venderam ao desbarato, alguns individuos da Mealhada e Coimbra entenderam que Bussaco era bom campo de exploração. Os **cupressus**, os carvalhos e os pinheiros seculares haviam de dar magnifico taboado! Metteram-se de gôrra com um governador civil, que lhes poz tudo a caminho do barbaro intento. Quando tal soube, o Francisco partiu de carreira, deixando a matta e a sua querida igreja, e foi procurar o pae dos snrs. Serpas, e lavado em lagrimas deu-lhe parte do malefico plano. O snr. Manuel de Serpa correu a Lisboa e o Bussaco foi salvo, escapando á devastação geral. Por tal diligencia merece o Francisco as honras de benemerito.

Mas o Francisco não perdeu o antigo feitio. A invasão da matta pelos melhoramentos e tambem pelas desenvolturas da epoca, escandalis-o. Sae de noite da sua tóca, e, quando o ruido escarninho do piano se acalma quando todos dormem, o Francisco percorre a matta, inspeciona as modificações, que n'ella se vão introduzindo, examina as construções novas, que se levantam, e murmura longas apostrophes de reprovação e anathema! Elle até amaldiçoa as arvores novas, de ramaria franjada e variada, que vieram reprovar a matta! Para elle o Bussaco só devia ter carvalhos e cedros. E se alguém lhe disser, que aquellas arvores adustas, que venera e acata com supersticioso respeito, não são cedros mas cyprestes, responderá que o mundo está perdido e que os pedreiros livres, tendo roubado tudo, até roubaram o nome ás suas queridas arvores!

Pobre Francisco! É por isso, para não ver a invasão que o fere no imo d'alma, para não assistir ás profanações da clausura, que elle só dá os seus passeios a horas mortas. Os frades do claustro sahem então das suas telas para acompanharem o seu velho servidor nas suas digressões solitárias; e os gritos do **corujão**, que se faz ouvir pelo mais adiantado da noite, reflectem o soluçar d'esses espectros, congregados nos sitios mais sombrios da matta, ao abraçarem-se no velho Francisco n'um grande choro lamentoso!

E agora reparo, que ainda lhes não disse, em que

estava cavaqueando com o Silvestre de Lima, na fonte do Carregal, e que relação teve essa conversação com o meu passeio á Serra da Estrela. Fica para a seguinte.

II

Eu fallava do Francisco, o velho sachrista do convento do Bussaco; e já agora sempre direi a razão, porque elle, aberrando dos seus principios fundamentais, ousa affrontar a luz do dia e a presença profanadora dos visitantes, quando estes pretendem vêr a igreja do convento.

Na igreja ha tres imagens, de escultura italiana, que constituem verdadeiros primores artisticos. São de meio corpo, e representam: uma d'ellas a peçadôra arrependida de Magdala; a outra, S. Pedro — **et super hanc petram edificabo ecclesiam meam**; e a terceira a **Mater dolorosa**, a que inspirou aquelle soberbo cantico mais belo ainda na singeleza lancinante da letra, do que no esplendor da musica, de que o revestiu Rossini, e que começa:

**Stabat mater dolorosa
Juxta crucem lacrymosa
Dum pendebat filius**

Das tres a mais formosa é a da Magdalena. Espanta, realmente, que aquella formosura de cabeça tenha até hoje escapado á rapinagem grada e miuda, que se tem apossado da maior parte das preciosidades artisticas, que existiam nos conventos... e até fóra d'elles. Aquella cabeça, de menos de metade do tamanho natural, vale alguns contos de réis. Vejam se a sua conservação no Bussaco é ou não caso para espanto! N'aquelle rosto casam-se, em harmonia sublime, os traços de uma belleza incomparavel com os estragos de uma rude penitencia e os signaes inequívocos de amargura profundissima. As madeixas soltas de uma opulencia luxuriante, teem um não sei que de mádido, que parece ressumbrar pranto; e as veias azuladas, que se lhe desenhão sob a pelle de um branco opalado, parecem traduzir simultaneamente a delicadeza de uma rica organização feminina, que se atesta no oval correctissimo do rosto, e a morbidez de um sangue macerado de continuo pelos celicios, que lhe cingem os rins, e dessorado nas lagrimas que em fio lhe escorrem dos olhos embaciados. A peccadora arrependida está ali fielmente representada, como a creou o Evangelho. Eu nunca entro na igreja do convento, que não me quede, esquecidamente, alguns minutos a contemplar aquelle primor da arte italiana!

A cabeça de S. Pedro é tambem muito notavel; mas como a dôr do santo, por ter negado tres vezes o **mestre**, é de um mysticismo pouco comprehensivel, não impressiona essa imagem tanto como a cabeça da Magdalena. O meu amigo Sousa Martins, para explicar

a Carlos Tavares, que ainda não visitou a igreja do Bussaco, a expressão da cabeça de S. Pedro, dizia-lhe que figurasse na sua mente a cabeça de um homem, que tivesse tomado uma dose forte de **coloquintidas**. Não sei se a explicação é satisfactoria, porque não sou medico, nem experimentei ainda o tal medicamento. Protesto até não o experimentar; porque, em vista de tal explicação, que me pareceu ter laivos rabelaisianos e voltairianos, suspeito que quem o tomar deve vir a achar-se em dolorosos apertos! O que é certo é que Carlos Tavares deu-se por inteirado, e não pediu mais explicações a respeito da expressão da cabeça do santo.

Escrevo descosidamente, misturando alhos com bugalhos, como costuma dizer-se. Ainda não contei o assumpto do meu cavaco ameno com Silvestre de Lima, e a relação íntima d'esse facto com a serra da Estrella, e já enxertei no texto d'estas notas os nomes de Sousa Martins, o abalisado clinico e illustradissimo professor da escola medico-cirurgica de Lisboa, e de Carlos Tavares, um orador distinctissimo, que promete ser um medico não menos distincto, porque concluiu este anno o seu curso n'aquella escola, obtendo as classificações mais subidas em merito. Soceguem, que tudo lhes será explicado. Não tardará que eu lhes conte tudo por miudos. Por agora, limito-me a prevenir os meus amáveis leitores (se é que os tenho) de que n'estas rapidas e ligeiras **notas** ha um capitulo de um alto valor humanitario e scientifico — o qual lhe não é dado por mim (**ça va sans dire**) mas pelo nome de Sousa Martins. É uma prevenção salutar para com essa **isca**, ter quem até lá me ature.

Cá volto ao Francisco, e á imagem da **Mater dolorosa**. Esta imagem sob o ponto de vista exclusivo da plastica, não é inferior á da Magdalena; mas, sob o ponto de vista do ideal artistico a que o esculptor tinha de attender, é-lhe muito inferior. Se me é licita a comparação, direi que ella traduz as bellezas e os defeitos das madonas de Raphael. Aquella **Mater dolorosa** debruça-se sobre o corpo inanimado do filho, e as lagrimas **deslisam-lhe** pelas faces, mas sem n'ellas cavarem os sulcos profundos da dor inconsolável. Tire-se d'ali aquella imagem; arranquem-lhe do peito as espadas, raspem-lhe do rosto as lagrimas crystalinas, e a mesma esculptura poderá servir, e talvez muito melhor, para significar a virgem alvoroçada e pudibunda, que se inclina, n'uma primeira confissão de amor, para o amante ajoelhado a seus pés. Na Magdalena não succede assim. Raspem-lhe do rosto as lagrimas, e logo ao primeiro relance se verá, ou que a imagem foi mutilada d'aquelle seu complemento, ou que o esculptor quiz significar que as lagrimas se tinham evolidado das palpebras escandecidas por effeito do ardor da febre. Na **Mater dolorosa**, a dôr é, por assim dizer, conven-

cional, e resulta, menos da expressão do rosto, do que dos accessorios da imagem. Tambem nas suas virgens e madonas, Raphael traduziu principalmente a belleza mundanal. Se algumas d'ellas são o retrato da **Fornarina**, a sua sensual amante! A belleza divina vem-lhes dos accessorios, que não da expressão da figura, ao contrario do que se nota nas virgens de Murillo, pintor natural de um paiz mais profundamente religioso que a Itália, onde o catholicismo não tem sido mais que um paganismo disfarçado...

Se alguns dos snrs. criticos encartados da **Arte** (com A maiusculo) entende que escrevi tolice grossa, metto a viola no sacco, e apresento-lhes as minhas humildes desculpas.

As tres imagens, que deixo rapidamente descriptas, constituem tres primores artisticos de alta valia, e por certo teriam sido já rapinadas, se o Francisco, o velho **sachrista**, as não defendesse com a solicitude desconfiada de um cão de guarda. É por isso, e só por isso, que sae de dia da sua tóca! Elle é o depositário das chaves da igreja, e de ninguem as confia. Quando entram visitantes, perfila-se ao pé do altar-mór, onde estão as tres imagens, e não as perde de vista, com medo de que algum d'elles possa furtal-as ou danifical-as! Diga-se porém, para desdouro do meu pobre Francisco: este zelo, que indubitavelmente tem sido o salvador d'aquellas preciosidades, é inteiramente estranho a qualquer concepção do **bello** na arte. É o zelo religioso, desprendido de qualquer ideal artistico. Porque o Francisco mostra igual solicitude por um presépe, com figuras grosseiras de barro, que está ao fundo do côro. Para elle o **boisinho** e os tres **reis magos** do presépe, que não valem nada, valem tanto como a cabeça da Magdalena! Ha na igreja outras imagens e figuras; mas só as tres, que deixo descriptas, e as do presépe, é que lhe inspiram aquella solicitude feroz, capaz de o levar ao assassinio contra uma tentativa de furto. As outras deixaria elle furtar sem pena de maior. O **porque** d'esta singular mistura do presépe com aquelas tres imagens, é que nunca pude averiguar.

Para acabar com o Francisco, lá vão mais algumas pennadas. O velho sachrista é muito parco de comentários e explicações, menos quando o interrogam a respeito da batalha do Bussaco, ferida em 27 de setembro de 1810 entre o exercito francez, commandado por Massena, tendo Ney, Junot e Regnier por logares-tenentes, e o exercito anglo-luso, commandado por Wellington, com os generaes Leith e Hill. Essa batalha testemunha o erro crasso, que praticaram dois generaes illustres: Massena atacando posições inexpugnaveis, cuja posse pela victoria lhe não podia dar mais do que lhe deu depois da derrota a passagem de Boialvo; e Wellington defendendo posições, cuja conservação pelo malogro do ataque não impediu, que tivesse de retro-

ceder precipitadamente para se acolher ás linhas de Torres Vedras. Sob o ponto de vista da estratégia militar, a batalha do Bussaco foi um duplo desastre. **Aliquando bonus dormitat Homerus.** E foi para perpetuar a memoria d'este duplo erro de officio, que o snr. Fontes mandou levantar, no ponto mais culminante da linha da defeza, um monumento, que um raio já partiu uma vez, e que os soldados do 14 de infantaria são incumbidos de guardar de verão, o que não é desagradavel, e de inverno, o que lhes é extremamente incommodo e aborrecido!

O Francisco conta as peripecias da batalha, e mente, que é mesmo um condemnar para a sua alma! Só pôde ter como attenuante para tamanhas pêtas o ter assistido á batalha... de longe, ao abrigo da matta, onde raras ballas chegaram. A esse tempo tinha elle quinze annos feitos. É já velhote, como se vê, mas de rija tempera, pois que tem resistido a tres ataques de apoplexia. Esta força de resistencia vital poderá talvez explicar-se pela forma especial do seu nariz, muito parecido, nas dimensões e no colorido com a carúncula de um peru. O sangue afflue apopleticamente... mas a massa cerebral fica illesa, porque a caruncula do nariz incha e o absorve. O que não é pêta, e isso conta elle conscienciosamente, é ter o general Wellington dormido n'um dos quartos do convento, que ainda se mostra no estado, em que então se achava, e ter elle tido o cavallo amarrado á terceira oliveira do terreiro, contiguo á entrada do convento, d'onde expedia as suas ordens, quando os incidentes da batalha o não obrigavam a aproximar-se mais da linha de fogo. N'este capitulo, o Francisco faz narrações assombrosas, que deixam a perder de vista, no exaltar grandiloquo, as proezas dos heroes de Homero! Se, porém lhe fallam dos frades, do convento, da vida antiga e socego religioso, que ali havia, o Francisco torna-se de repente meditabundo e carregado, e quasi sempre responde com estas unicas palavras: n'esses tempos havia menos luxo e mais religião! E responde assim, dardejando um olhar de colera por sobre os chapéus de **telha** e louçainhas garridas, **tapageuses**, das visitantes que o interrogam. É um olhar, que vale por um anathema contra a violação e profanação da clausura.

Além de guarda da igreja, o Francisco é o **relojeiro**. Também não pude saber a razão da mania; mas é certo que o velho sachrista não consente que alguém cuide dos sinos e do relógio. De uma vez, que quizeram entregar esse cuidado a outrem, para se remedjarem os continuados desmandos em que o relógio ali anda, o Francisco chorou taes lagrimas, que não houve remedio senão fazer-lhe a vontade. Como o **sino de oiro**, cantado por Thomas Ribeiro, desperta nas mornas solidões das noites indianas a recordação das nossas passadas grandezas, assim talvez o sino

plangente do Bussaco desperta na alma do pobre Francisco uma ressurreição da clausura, que elle pranteia, e á qual persiste em apegar-se, a despeito de tudo, com a tenacidade de uma alma, que não pôde viver de outra vida! O sachrista do Bussaco e o actual ministro do reino tem esse ponto de contacto: um fundiu em magnificos versos acrisolados sentimentos, que outro exprime inconscientemente em magoas do coração. O humilde sachrista não pedirá uma esmola ao radiante ministro; a unica esmola, que poderia pedir-lhe, seria que authenticasse a promessa, que para o consolar lhe fez Silvestre de Lima, de o enterrar no Bussaco, plantando-lhe um cedro, um **cupressus**, em cima da cova. Um bello ideal de poesia: o passado rejuvenescendo viridente pelas transformações da natureza! Mal sabe o pobre Francisco, que esse ardente desejo seu corresponde a affirmações pantheistas, que se accommodam muito mal com o juizo final do valle de Josaphat e outras doutrinas religiosas, que os seus frades lhe ensinaram!

E agora acabo de vez com o Francisco e muito solemnemente lhes prometto, que no capitulo seguinte contarei o assumpto principal da minha conversação com o Silvestre de Lima na fonte do Carregal, e bem assim a connexão intima d'essa conversação com os nomes de Sousa Martins e Carlos Tavares, com a explicação das razões que no dia seguinte deram commigo na serra da Estrella, e o mais que se seguiu, muito curioso em aventuras e informações de varias especies.

Até que a final vou dizer qual era o assumpto principal da minha conversação com o Silvestre de Lima, aos tantos de agosto, pelas quatro horas da tarde, na fonte do Carregal, que passa por ser a de mais fina agua de todas as fontes do Bussaco.

III

Silvestre de Lima estava muito choroso. Alguns dias antes, uns malvados tinham deitado fogo ao mattto grosso da vertente occidental da montanha (maleficio já renovado depois d'isso) e por pouco que o incendio não salteia na matta. O sino tocou a rebate; mas, ao contrario do que noticiaram as gazetas — e essa falta de verdade scandalisou profundamente o nosso amigo — ninguém acudiu da povoação de Luzo ou das aldeias visinhas. A gente de Luzo é de seu natural bravia, e olha com olhares pouco benignos para os forasteiros, que lhes dão abundantes elementos de commercio, e para os progressos, que pela affluencia d'elles se realisam, e que lhe augmentam as condições do bem estar. A matta, para ella, não é senão um repositório de boas traves e vigas, que muito bem podiam ser cortadas para desfazer em taboado, e de mattto, que muito bem podia ser queimado, para d'elle

sair relvagem, que servisse ao pascigo do gado. Portanto, se a matta ardesse, que a levasse o diabo. Até seria um beneficio!

Mas voltando á vacca fria: certo é que uma grande parte da formosa matta do Bussaco, senão toda, teria sido devorada pelas chamas, se não acudisse ao incendio o destacamento do 14. Os soldados atiraram-se a elle com todo o denodo e valentia, e voltaram de lá triumphantes, arrastando grandes tições da ramaria com que o tinham abafado, e vangloriando-se... de terem derrotado os francezes! As faulhas do incendio fizeram rebentar, sob a fórma picaresca, tradicional das casernas, uma faulha do antigo valor guerreiro, que só pede um ensejo para se manifestar, e um general para o dirigir. O ensejo é de certo mais facil de achar que o general. Aquelles soldados, que tinham derrotado o fogo, sentiam-se de animo capaz de derrotar egualmente os invasores da patria; e quiçá se lastimavam de o não poderem fazer. Grito inconsciente de uma aspiração nobilissima... que deveriamos aproveitar para nos precatarmos!

Os soldados portaram-se valentemente, e o general em chefe, Silvestre de Lima, elogiou-os em ordem do dia. Este caso amofinou muito o nosso bom amigo, porque elle quer tanto aos musgos da matta, como quer aos musgos da sua cara. Mas não era isso o que principalmente o trazia tão penalizado. Casos tristes lhe obumbravam o espirito! O verão corria muito damnhinho para os velhos pinheiros da matta, dignos rivaes dos **cupressus** ou falsos cedros. Uma dúzia, das mais venerandos e corpulentos, tinham baqueado repentinamente, despedaçando o arvoredado proximo, e deixando em aberto enormes clareiras. Vi uma secção de um d'esses troncos, que accusava uma idade não inferior a duzentos e cincoenta annos para o gigante prostrado! Silvestre de Lima contou-me, que, á hora de maior calor, e quando nem a mais leve brisa se fazia sentir, os velhos pinheiros começavam a **gerner**; mas com tão fortes e doloridos gemidos, que se ouviam em toda a matta, causando uma impressão de profunda tristeza, como se fôra um ser animado, que estivesse a despedir-se d'este mundo, e a contorcer-se nas agonias da morte! Dentro de breves minutos, ouvia-se um baque estrepitoso: era o gemebundo pinheiro, que caia, fulminado! Tão sabido se tornou o caso, que em soando os taes gemidos sinistros, o padre Mauricio, capellão do convento, dizia já para o Silvestre de Lima, seu amigo, e habitual companheiro de passeio: lá vae mais um! E punham-se a olhar um para o outro, não rezando as encommendações pelos moribundos, porque a lythurgia botanica ainda as não formulou, mas encommendando mentalmente á madre natureza a seiva, que dera vida e ramagem ao adusto patriarcha da montanha!

Silvestre de Lima, pensando reflectidamente sobre o caso, qualificou-o de **apoplexia**, que elle me explicou pouco mais ou menos do seguinte modo: a ardencia da temperatura, combinada com a humidade do solo, provoca um forte movimento ascensional da seiva; as cellulas do pinheiro, que já estão gastas, estálam, rompem-se; é essa a causa dos **gemidos**; o estalar de muitas cellulas na mesma zona de secção produz como que um córte, e o pinheiro tomba. Eu fiz um gesto de quem não ficava muito convencido com a explicação, e Silvestre de Lima atalhou, dizendo:

— Também disse isto ao Sousa Martins.

— O Sousa Martins está cá?

— Está. Vae-se hoje embora, em excursão á serra da Estrella.

Despedi-me sem mais conversação, e parti de corrida. Não queria deixar partir Sousa Martins sem o abraçar. Em Lisboa, atarefados um e outro com afazeres, que os prendem todas as horas do dia, só de longe em longe nos avistamos, trocando, não um aperto, mas um aceno de mãos. Puz-me a procural-o em Luzo, mas no hotel **Serra** e no **Lusitano** ninguem o conhecia de sua figura. Dei-lhes um signal inequivoco: a cabelleira do abalisado medico. Ah! isso sim! está ahi um senhor com uma grande cabelleira. Não precisei de que me indicassem o seu quarto, porque vi detraz de uma janella a gaforina enorme do illustre clinico. Não vá pensar, quem o não conhece, que elle usa uma cabelleira de tenor. Sousa Martins traz o cabello aparado **comme il faut**; mas a natureza é que zomba da thesoura do cabelleireiro, porque lhe poz na cabeça pilosos tufos indomaveis!

— Então v. como tem passado? — Bom, e v.? — Magnificamente. Então volta á serra da Estrella? — É verdade. Preciso de alguns esclarecimentos complementares para o meu relatorio e para um estudo importante de postos medicos. — Tenho pena de não o poder acompanhar; mas com uma hora só, que falta para a partida do comboio, não me desembaraço. — Pois eu sinto, que v. não venha, mas não posso perder um dia, á espera — Então boa viagem. Se jantar a horas, ainda lhe venho dizer adeus. E fui jantar. Voltei ao hotel. Sousa Martins estava atacando as fructas. Faltavam vinte minutos para a partida do comboio.

— Venha d'ahi, homem! — Impossivel. Precisava, pelo menos, de duas horas de trabalho, para deixar **obra** feita. — Isso remedeia-se. Á noite nós dormimos, e v. desanca o governo á vontade, se nem ahi o deixar a **telha** de querer endireitar o mundo.

Reflecti alguns segundos. A idéa era magnifica, e decidi-me. Fui a casa n'um pulo; entrouxei um bom cobertor, um lençol e uma travesseirinha, para as dormidas ao relento; metti n'um sacco alguma roupa

branca, e viveres de conserva; puz uma carabina em bandoleira, pau ferrado na mão e toca de partida para a estação do caminho de ferro, em passo acelerado. Dois minutos depois partia o comboio, começando a deslizar por debaixo dos nove **tunneis**, e por sobre os seis viaductos, que separam a estação de Luzo da estação de Mortagua. Foi ali que comprehendí o plural **nós**, empregado por Sousa Martins. Em Lisboa, aggregára-se-lhe Carlos Tavares, com quem eu já travára conhecimento na Ericeira; Carlos Tavares, que resolvera acompanhar Sousa Martins quasi com a mesma precipitação, com que eu me decidira a partir, e que se apresentava de sobrecasaca e sapato fino, parecendo-lhe que o solo granítico da serra seria liso e macio como o betume granítico dos passeios do Rocio!

Carlos Tavares, que tem um formosissimo talento, possui tambem os mais formosos olhos d'este mundo, olhos de antilope, doces, humidos, avelludados. Chegaram a ser um escandalo n'um homem de sciencia séria e austera como elle é. E ao vê-lo, franzino e languido, e assim entrajado, não pude ter-me que não dissesse a Sousa Martins, com as minhas prosapias de beirão enrijado em Traz-os-Montes:—este peralta fica-nos por lá desfeito em bocados!—Talvez! murmurou elle com

um sorriso desdenhoso. Mas o caso é que voltou inteiro. Outro tanto não succedeu aos sapatos!

Assim foi, que parti para a serra da Estrella, excursão de que prometi dar conta, porque como já disse, ha n'ella um capitulo de alto valor humanitario e scientifico. Esse era o fim principal da visita de Sousa Martins. O resto foi accessorio, embora de muito agrado para todos nós. Ali por nove horas da noite demos fundo em Mangualde. A razão d'esta paragem constitue o primeiro capitulo da nossa expedição á serra. Como bons exploradores, que eramos, juráramos que haviamos de descobrir, pelo menos, tres segredos; um por cada cabeça. Como já estava descoberto, o do Cubango, descobrimos o **segredo** de Mangualde, o de Gouveia, o da **lagoa escura**, e o da **geleira**. Para bem dizer, só descobrimos verdadeiramente os dois primeiros. Os dois ultimos, **achámol-os** mas não os **desatámos**. Recommendo-os a futuros exploradores, especialmente o da **geleira**. D'estes e outros assumptos tratarei nos capitulos seguintes, sendo o primeiro destinado á apresentação do **phtysico da serra**, snr. Alfredo Cesar Henriques, **ex-flanueur** do **boulevard des Italiens**, e actualmente cidadão da serra da Estrella, sob o patrocínio de Sousa Martins.

bibRIA

Apontamentos para a história do Concelho (extinto) de Cortegaça

Pelo Dr. Albertino Alves Pardinbas

Director da Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azemeis

1. Auto de nomeação (e de posse) da Comissão Municipal do Couto de Cortegaça.

Aos 13 dias de Maio de 1834 e em cumprimento das «ordens de Sua Excelência o Senhor Prefeito da Província do Douro» deslocou-se a Cortegaça o Sub-prefeito, interino, da Vila da Feira, Manuel José da Costa e Sousa, propositadamente para empossar a Comissão Municipal do Couto de Cortegaça que ficou assim constituída:

Presidente — António Joaquim José da Silva, do lugar do Gavinho;

Vereador — Manuel Marques de Sá, de Cortegacinhos;
Procurador, com voto — Manuel Francisco de Sá, do Monte;

Secretário — José Ricardo Correia de Rezende;

Provedor do concelho — Joaquim José de Oliveira Cardoso, do Gavinho.

Juiz para o Governo Civil — Manuel Rodrigues da Silva, da Pedreira.

É curioso observar que só pela Lei de 25 de Abril de 1835 e pelo Decreto de 18 de Julho do mesmo ano, ou seja, um ano após estas nomeações é que foi publicado o Diploma legal da nova Reforma Administrativa, onde aparece o Concelho de Cortegaça.

As sessões da Câmara sucedem-se até 17 de Outubro de 1835. Depois, o silêncio. O «Livro das Vereações da Câmara Municipal do Couto de Cortegaça, com 102 páginas, queda-se, sem mais, ao fim de 10 folhas. A Câmara deixara de funcionar, ou pelo menos, não se lavraram mais actas das sessões, a partir dessa data.

Todavia, apenas pelo Decreto de 6 de Novembro de 1836 foram extintos legalmente, este e outros pequenos concelhos.

2. Juramento (e declaração) que fizeram os da Comissão Municipal no auto de posse que lhes foi conce-

didado, pelo Sub-prefeito da Feira, o qual lhes deferiu o juramento ordenado no parágrafo segundo da Circular da Prefeitura da Província do Douro, de 19 de Abril desse ano de 1834.

«Juro manter e fazer manter a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, obedecer ao Governo estabelecido em Lisboa, em nome de Sua Magestade Fidelíssima a Senhora Dona Maria Segunda, Rainha de Portugal, e de cumprir fielmente os deveres do meu cargo.»

Prestado por todos este juramento, a Comissão declarou, em seu nome e no de toda a Vereação que reconhecia por sua legítima Rainha, e de todos os Portugueses, a mesma Augusta Senhora, bem como o seu Governo e a Carta Constitucional por ser o único (Governo) que convem a toda a Nação, pelos bens que dele resultam, de que já felizmente gozam os povos livres da usurpação e que, sem desvio, gozará este concelho segundo as promessas do Augusto Regente (D. Pedro IV) que jamais faltará.

Declararam ainda que ratificavam a declaração de 25 de Agosto de 1833 e que «reclamariam» qualquer outra que se haja feito em favor do intruso Governo (de D. Miguel, evidente).

Estiveram presentes, além dos empossados atrás indicados, o Rev. Abade, D. José Maria Salgado de Noronha e Pina, o Abade-coadjutor, Pedro Paulo Salgado da Silva, o Padre Custódio José de Oliveira e o Padre António da Assunção Correia.

A VIDA (EFÉMERA) DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORTEGAÇA

1. Termo de nomeação do Comissário da Polícia e demais cabos e juramento que todos prestaram aos Santos Evangelhos.

A 14 de Maio de 1834, ou seja no dia imediato à posse, reuniu a Câmara, estando presentes o Presidente, António Joaquim José da Silva, os Vereadores Manuel Marques de Oliveira e Manuel Francisco de Sá e o Provedor do Concelho, Joaquim José de Oliveira Cardoso, tendo deliberado nomear Comissário da Polícia, José Marques dos Santos, e Cabos, José Francisco de Pinho, da Igreja, Manuel José da Silva, do mesmo lugar, João Tavares, do Rio, António Coelho, da Pedreira, João Coelho, do mesmo lugar, Manuel Marques de Oliveira Júnior, de Cortegacinhas, João Francisco de Oliveira, do Monte, Manuel Marques de Oliveira, do Gavião, Francisco Alves da Costa, do mesmo lugar, Francisco Fernandes, do Covelo, e José Marques, do Cantinho, todos de Cortegaça, aos quais o Presidente **deferiu** juramento aos Santos Evangelhos, debaixo do qual todos protestaram fazer manter a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa obedecer ao Governo estabelecido em Lisboa, em nome de Sua Magestade Fidelíssima a Senhora Dona Maria Segunda, Rainha de Portugal e de cumprir fielmente os deveres dos respectivos cargos.

O escrivão, José Ricardo Correia de Resende, lavrou a acta que todos assinaram para constar.

Observações:

a) O Comissário da Polícia aqui nomeado, José Marques dos Santos, desistiu mais tarde, sendo substituído no lugar por José Marques de Oliveira, do Cantinho, que prestou o juramento habitual perante a Câmara reunida (pela última vez) em 17 de Outubro de 1835.

b) Também o cabo, João Francisco de Oliveira, pediu a demissão por «moléstia», sendo nomeado para o substituir, Manuel Francisco Rodrigues, da Igreja (sessão de 1 de Agosto de 1835).

2. Comissão de Recenseamento para a eleição da Câmara efectiva e nomeação do Juiz e Juiz-substituto do Couto de Cortegaça.

A Câmara Municipal, interina, reunida em sessão de 3 de Setembro de 1834, deliberou nomear para fazerem parte da Comissão Recenseadora que haveria de apresentar o rol dos eleitores, os seguintes cidadãos:

Manuel Rodrigues da Silva, da Pedreira, José Alves, das Pedras, Joaquim Francisco de Oliveira, do mesmo lugar, e José Ricardo Correia de Resende, escrivão da Câmara, aos quais, por estarem presentes, o Presidente, António Joaquim José da Silva, **deferiu** juramento aos Santos Evangelhos e debaixo dele os encarregou de bem e fielmente desempenharem os deveres do seu cargo.

Nada consta da eleição propriamente dita, mas depreende-se que se tivesse efectuado entretanto, pois

que a acta da sessão de 22 de Outubro, embora assinada apenas pelo Vereador, Manuel Marques de Oliveira, diz que esteve presente à sessão o respectivo Presidente (sem indicar qual fosse).

Apenas na sessão de 14 de Maio de 1835 aparece a nova Câmara, assim constituída:

Presidente — António Rodrigues Gimarães, cuja assinatura de analfabeto, teve a sorte de decifrar.

Vereadores — Manuel Marques de Oliveira (que não foi substituído) e Manuel Ribeiro da Silva, continuando Provedor do Concelho, Joaquim José de Oliveira Cardoso e escrivão o mesmo José Ricardo Correia de Resende.

Decerto em consequência do trabalho desta Comissão Recenseadora foram também eleitos o Juiz e o Juiz-substituto do Couto de Cortegaça, respectivamente Joaquim José de Oliveira Cardoso (que era Provedor do Concelho como dissemos atrás) e José Rodrigues de Lima, os quais perante a Câmara reunida (pela última vez), em 5 de Outubro de 1835, prestaram juramento de cumprir em tudo os deveres do seu cargo sob pena de «serem responsáveis por todo e qualquer prejuízo a que por sua omissão derem causa».

Ambos prometeram servir «sem dolo ou malícia» a missão que lhes era confiada.

3. Algumas POSTURAS de «utilidade e de interesse público» apresentadas pelo Presidente e aprovadas em sessão da Câmara de 22 de Outubro de 1834.

Embora não fossem inteiramente originais (o próprio Presidente refere que desejava seguir o exemplo da Feira) não deixam de ser interessantes como apontamento.

Assim, foi deliberado:

1.º — Que, dali para o futuro, a Polícia mandasse fechar todas as tabernas, lojas e casas públicas às oito horas da noite e que «das avé-marias em diante até à dita hora, não consentissem seus donos ou administradores mais pessoa alguma demorada nas mesmas» e que os donos das estalagens ou hospedarias dessem parte à Polícia todas as noites, dos passageiros e hóspedes que acolhessem, debaixo de pena de multa de seis mil reis — quatro para o Concelho e dois para os oficiais ou empregados da Polícia que verificassem a infracção e, nos casos de reincidência, teriam de pagar o dobro.

2.º — Que os povos deveriam continuar a pagar aos párocos todos os direitos, **conhecenças e premissas**, conforme usos, costumes e estilos das respectivas freguesias, com mais pontualidade e escrupulo do que nunca, porque tudo isso lhes é devido.

De contrário, os renitentes seriam **rigorosamente** executados por ordem do Governo, que apenas extinguiu os dízimos e nada mais.

Este aviso deveria ser «publicado» nas missas conventuais de cada freguesia pelo respectivo Abade, para «inteligência e execução» dos paroquianos.

3.º—Que qualquer pessoa que fosse à mata da Freguesia à lenha ou ao **cisco** sofreria as seguintes multas:

a) Se a trouxesse à cabeça, pela primeira vez —seiscentos réis— e pela segunda —mil e duzentos.

b) Se a transportasse sobre animal ou em carro pagaria mil e duzentos reis, encontrado na primeira falta e na segunda o dobro.

c) Se fosse pessoa **de fora** a coisa custar-lhe-ia seis mil réis, para exemplo.

Da acta desta sessão foi extraída cópia que o Secretário ficou de remeter ao Provedor do Concelho para que este lhe desse execução.

4. **Requerimento que apresentaram alguns cidadãos a pedir escusa do serviço da Guarda Nacional para que tinham sido recenseados.**

A Câmara de Couto de Cortegaça, como as demais, fora encarregada de proceder ao recenseamento dos fregueses que haveriam de fazer parte da Guarda Nacional, de acordo com o Decreto de 29-3-1834 que determinava:

«A Guarda Nacional de cada Concelho será composta de todos os cidadãos d'elle dos dezoito aos sessenta anos que tiverem pello menos o rendimento anual de cem mil réis, proveniente de bens de raiz, de capitães, industria e commercio, emprêgo ou officio público».

«Ao marido se levará em conta (diz ainda o Decreto) o rendimento dos bens de sua mulher, ainda que não haja comunicação de bens e ao pai o usufructo dos bens do filho de que é administrador».

«A industria se entende tanto a das Artes liberaes, como a das Artes mechanicas».

Esta Guarda Nacional era uma espécie de milícia civil, de carácter patriótico, destinada a defender as instituições em caso de perigo interno.

Apareceram, pois, requerimentos a pedir escusa deste serviço e a nossa Edilidade, em sessão de 14 de Maio de 1835 apreciou os seguintes:

1 — «Senhor Presidente e membros da Câmara Constitucional deste Couto, diz José Marques da Costa, do lugar do Gavinho, deste Couto de Cortegaça, que tem notícia de que fora **relacionado** e compreendido no respectivo recenseamento que se procedeu para a formação da Guarda Nacional de que esta Câmara está encarregada, porém o suplicante não se acha nessas

circunstâncias, porque apenas possui umas pequenas casas em que vive com sua mulher e quatro filhos, bem como uns insignificantes terrenos que produzirão rendimento somente para a sua sustentação, no espaço de quatro meses, sendo-lhe por consequência, indispensável comprar bastante milho para o resto do ano, em cujos termos não tem o suplicante o rendimento anual dos cem mil réis marcados pela Lei...».

Mais declarava ser official de **tanoeiro** e que por este diário trabalho recebia alguns proventos mas que por «qualquer inconveniente» poderia ficar deles privado, pelo que reclamava «ser escuso do serviço para que fora recensado».

Apresentou testemunhas que, sob juramento aos Santos Evangelhos, confirmaram a **pobreza** do requerente.

A Câmara deferiu, em conformidade.

2 — «Diz António Alves Frutuoso, do Lugar da Igreja, deste concelho de Cortegaça, que tem notícia de ter sido **relacionado** para a Guarda Nacional; porém o suplicante não tem officio algum rendoso e é pescador matriculado na Companhia do mar».

Informava, além disso, que trazia arrendada uma terra ao Rev. Abade e dela não teria rendimento superior a quarenta mil réis anuais, pelo que devia ser escuso dessa «milícia nacional».

As testemunhas confirmaram e a Câmara deferiu.

3 — «Senhor Presidente e Vereadores, diz José Gonçalves de Sá, do lugar da Aldeia, desta freguesia e Couto, que tem notícia ficara apurado para a Guarda Nacional, o que talvez acontecesse por falta de certas informações a tal respeito, porquanto exigindo a Lei de 29 de Março de 1834 e a Portaria do Governo de 23 de Março passado que veio particularmente recomendar a exacta observância daquela (Lei), que os recenseados tenham, pelo menos, o rendimento anual de cem mil réis...», o representante, embora possuia bens no valor de trezentos ou quatrocentos mil réis, o certo é que estes se encontravam empenhados, pagando cinco por cento de juros, sendo um dos credores o próprio Provedor do Concelho que não o poderia negar.

O suplicante era, além disso, tanoeiro **volante** que se via obrigado a andar de terra em terra.

A Câmara, atendendo a que, sendo o dito José Gonçalves de Sá viúvo, metade dos seus bens seriam dos filhos menores, conforme inventário que então estava decorrendo, deferiu, como se pedia.

5. **Em que se fala de louvados:**

a) Na sessão de 20 de Janeiro de 1835 esteve presente António Marques de Oliveira, do lugar de Gavinho, requerendo fizesse a Câmara uma vistoria à Corga

dos Juncos, a fim de ser demolida uma «tapagem» que no «bem comum» fizera um tal José Gomes da Silva, do Monte.

Ipso facto, o Presidente e demais Vereadores **assinaram** o dia 23 seguinte para se deslocarem ao local, tendo nomeado louvados para a vistoria, José Alves da Costa, das Pedras e José Francisco de Oliveira, os quais, por estarem presentes, logo prestaram juramento de bem cumprirem a sua missão.

A acta desta reunião foi considerada **sem efeito**, de certo porque as coisas foram resolvidas sem recurso a outros meios mais suasórios e a vedação, abusivamente colocada, de pronto demolida, como parece aconteceu.

b) Na sessão de 12 de Junho de 1835 a Câmara deliberou nomear seus louvados António Dias da Costa, da Aldeia, e Joaquim Francisco de Oliveira, das Pedras, os quais não estando presentes foram citados para **saiem a juramento** na sessão imediata.

Não consta o auto de posse, mas decerto, como era da praxe, prometeram cumprir fielmente os deveres

do seu cargo que, por acaso, não foi muito duradouro, pois a Câmara deixou de existir (ou pelo menos de reunir) depois de 17 de Outubro desse mesmo ano de 1835.

6. **Termo de avença que fizeram os vendeiros (e o marchante) da Freguesia de quanto deviam pagar de Real para a «Estromada».**

Qual fosse essa **Estromada**, ou para que servisse a mesma alcavala, desconheço (e as hipóteses são como as cerejas), mas o certo é que na sessão de 1 de Agosto de 1835 estiveram presentes os vendeiros e o marchante de Cortegaça que concordaram pagar, cada um, por mês, de avença, 480 réis, excepto uma tal Maria Rodrigues, uma certa Bernarda, solteira e uma Caetana, viúva, que pagariam metade dessa importância.

Assinaram o Presidente da Câmara, António Rodrigues Guimarães e o Vereador, Manuel Ribeiro da Silva.

O marchante, Joaquim Ribeiro, assinou de cruz por não saber ler nem escrever e os demais nem de cruz assinaram, por se entender que nem valia a pena.

bibRIA

EDUARDO CERQUEIRA

É O NOVO PRESIDENTE DA JUNTA AUTÓNOMA DO PORTO DE AVEIRO



No passado dia 15 de Março, Eduardo Cerqueira, notável polígrafo aveirense, assumiu as funções de Presidente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro.

Ao concorrido acto que se realizou no Salão Nobre da Junta Distrital presidiu o Governador Civil, Dr. Francisco do Vale Guimarães.

Ladearam o primeiro Magistrado Administrativo do Distrito, os Senhores Conselheiro Albino dos Reis, Governador Civil do Distrito de Viseu e Presidente da Acção Nacional Popular de Viseu, além das mais destacadas entidades do Distrito Aveirense.

A presença de tão alta representação viseense, certamente traduz a inteligente certeza de que o Porto de Aveiro, virado ao Atlântico, será a via mais certa para a promoção das riquezas beirãs.

Após o Chefe do Distrito ter recordado a satisfação inesquecível de ter empossado durante o seu primeiro mandato, o saudoso e insigne aveirense, Dr. Alberto Souto, como Presidente do Município de Aveiro, salientou o júbilo que de novo agora sentia em conferir a posse da presidência da Junta Autónoma a Eduardo Cerqueira.

Referiu depois o Chefe do Distrito traduzir a presença de tão numerosa e qualificada assistência «acto de consideração pelo empossado, inteiramente devida aos seus méritos intelectuais, à sua extrema dedicação a Aveiro e respectivo distrito, à rectidão das suas atitudes, à sua independência, ao seu civismo».

Todos quiseram manifestar — disse — com a sua presença o interesse por tudo quanto ao porto do mar respeita. Nesse interesse comungam as actividades económicas de outras regiões do norte e centro do País, com particular relevo para Viseu, a lutar pela legítima aspiração com entusiasmo perfilhado por Aveiro, de ver construída a via rodoviária que possibilite o acesso rápido e fácil ao litoral aveirense e, consequentemente, ao seu porto de mar.

Frizou o Dr. Vale Guimarães ser Aveiro o maior porto bacalhoeiro do País, já utilizado, também pelas frotas de arrasto costeiro. Assinala-se-lhe hoje papel de relevo como porto de comércio, cujo crescimento tem sido espectacular, pois atingiu a taxa de 22 %, média dos últimos cinco anos. A previsão de um porto de comércio para movimentar 100 mil toneladas está de longe ultrapassada. Em 1970 o tráfego foi já perto de 250 mil.

Disse o Governador Civil que mais se acentuará esse crescimento logo que sejam ampliados os cais de acostagem e completado o seu apetrechamento. E maior será ainda — acentuou — quando for mais regular e eficaz a defesa da barra contra o assoreamento.

O Governador Civil acrescentou ter o Governo procedido com acerto ao consignar no terceiro Plano de Fomento prioridade para o porto de Aveiro.

O Governo de Marcelo Caetano reconhece competir a este porto papel relevante na economia nacional e daí ter inscrito no orçamento do ano em curso verbas apreciáveis destinadas ao começo de obras de prolongamento dos cais e ao seu indispensável apetrechamento.

Afirmou, depois, que apesar do dinamismo, do poder de decidir e da larga visão do Ministro Rui Sanches, nem tudo se consegue realizar com a brevidade desejada, especialmente quando faltam estudos e projectos.

É um sério problema — acrescentou — este de se encontrar quem estude e projecte em traços convenientes.

A propósito declarou ser devido a essas dificuldades que determinadas obras de interesse vital para o desenvolvimento da cidade e sua região ainda não

foram iniciadas, citando entre outras o dique estrada para a Murtosa, os acessos à cidade, a nova ponte da Barra e a ligação por «ferry-boats» para S. Jacinto. Afirmou, depois, encontrarem-se vencidas as maiores dificuldades pelo que não será preciso esperar muito mais tempo para se verem lançados empreendimentos susceptíveis de transformar a pequena cidade num grande centro urbano.

A finalizar, o Dr. Vale Guimarães falou acerca da acção que alguns industriais estão a desenvolver no sentido de construir, no Porto de Aveiro, um terminal para contentores de carga seca. Mais um elemento a demonstrar ter este porto possibilidades imensas cujo aproveitamento não exige investimentos de grande volume.

*

*

De seguida falou Eduardo Cerqueira que agradeceu as palavras com que o Governador Civil o distinguiu e o amparo e estímulo que lhe trouxeram as individualidades presentes, de entre as quais destacou o chefe do Distrito de Viseu.

Em palavra sentida, evocou homens e factos relacionados com a história do porto de Aveiro, tendo depois lido o seu magnífico trabalho.

«Aveiro e o seu Distrito» que por inúmeras vezes tem sido honrada com a pena inconfundível de Eduardo Cerqueira, aqui deixa arquivado o memorável discurso do ilustre escritor e jornalista aveirense, formulando os mais sinceros desejos pelos melhores resultados no exercício do seu mandato.

Quando, aí pelos finais do primeiro quartel deste nosso século de celeridades e insatisfações, comecei a atentar nos problemas desta terra, a que um artista, pensador e homem público de dilatada projecção nacional, com inteira propriedade, chamou anfíbia, reavivava-se o anelo de fazer ressurgir o seu porto de mar.

Mais que um sentimento, uma incentivadora convicção alentava os espíritos mais esclarecidos para o recomeço de uma luta e para uma vitória. Fundamentavam-se numa longa história, com uma fase de crescente prosperidade e um momento de esplendor, e um arrastado e desesperador período de decadência, e, a par dessa lição de evidências estimuladoras, em virtualidades flagrantes.

Aveiro — e quem refere Aveiro, engloba uma região ampla e rica, conglomeração de diversidades numa unidade cada dia mais significativa, operosa e fecunda — só retomaria o caminho do florescimento das suas capacidades, que o mar lhe propiciava e ao mesmo tempo negaceava, pelo combate.

Na ordem técnica, opondo resistência bastante ao que o mar propiciatório, e o seu vai-e-vem — e a sua inquietação, e o seu prometer e furtar-se, ora era oferta e germe de iniciativa, ora um fermento de desesperanças — e fixando uma barra com folgado passe. Garantindo uma comunicação permanente e sem escolhos que separassem e tolhessem. Reatando, em corrente franca e leal, o fluxo inalienável da protecção que o progenitor deve ao ente que engendrou — já que a Ria é filha, umbilicalmente ligada, e indispensavelmente, ao mar de onde proveio.

No domínio da persuasão, uma pugna persistente se impunha, e através dela irrefragavelmente demonstrar que o porto, rudimentar e precário, podia — podia

e devia — voltar a exercer a sua função de fomento. E, nesse campo, tornava-se imperativo abalar ideias contumazes de abandono dos pequenos portos, então as dominantes em altas esferas responsáveis, que tomavam os investimentos neles realizados como despicientes, ainda quando alcançassem êxito.

No aspecto de criação de receitas que dessem viabilidade a um plano de acção e melhoramento sucessivo, houve que vencer resistências e critérios estabelecidos.

Foi necessário convencer incrédulos, desfazer cépticas dúvidas, enfrentar interesses escondidos por detrás de um pseudo zelo público e malquerenças sub-reptícias; arvorar uma bandeira e brandir um gládio; usar de todos os recursos da dialéctica, por vezes acerada; clamar, com voz forte e clara, e porventura rude, as razões irrefragáveis, a que a rotina, a mesquinhez de aspirações e algumas dominantes ideias da época — que afinal, foi ainda ontem — se mostravam pouco permeáveis.

Foi preciso combater. Para convencer e para aliar. Para esclarecer e para empolgar. E Aveiro, como em épocas pretéritas — o capitão-mor João de Sousa Ribeiro, ou José Estevão, Gustavo Ferreira Pinto e quantos da sua geração o acompanharam — teve os homens necessários, esforçados e lúcidos para abraçarem e advogarem, com fé e denodo, o problema magno, e o tomarem vigorosamente como uma causa vital da cidade e da região, e lhe determinarem as coordenadas que o situassem no amplo âmbito do interesse nacional.

Alberto Souto e Rocha e Cunha, dois dos expoentes cimeiros do pensamento aveirense e do largo bairrismo congregador e proliferador, formularam a ideia latente, articularam-na, lançaram o fermento e conferiram-lhe a funcional orgânica. Homem Cristo, tão ardoroso como

esclarecido, lutador desbordante de energia, doutrinador comunicativo e de penetrante visão antecipadora, numa campanha estrénu — catalizadora e impulsionadora — infunde nos espíritos incrédulos a convicção de que o porto de Aveiro se deve tornar um factor ponderoso de fomento económico de dimensão nacional.

Essa convicção criei, nesse período heróico de luta. Mantive-a e fortaleci-a, nos contactos que generosamente me proporcionaram os seus sucessores na fase, que se seguiu, de realizações, a viver com vivida solicitude, e entusiasmo, e apaixonado desígnio de servir os problemas que brotam em cadeia das primeiras soluções almejadas — o Coronel Gaspar Ferreira, que até exaurir as energias, tão intensa e proficuamente, tão silenciosa, mas tão esforçada e clarivamente, fundiu a sua com a vida da Junta Autónoma; e o meu antecessor e benévolo amigo Engenheiro Carlos Gamelas Gomes Teixeira que consubstanciou prestante e fêrvidamente esta genérica ambição de lúdimo aveirismo e de cidadania de dotar a sua terra do porto que um conjunto de condições irrefutáveis pode proporcionar ao País.

Mantive e fortaleci essa convicção, nos resultados que já hoje se patenteiam como consequência das obras de melhoramento da barra, iniciadas há cerca de quatro decénios, quase timidamente — e a respeito das quais, não devo esquecer técnicos de alto merecimento e governantes que compreenderam acima dos nossos sentimentos, as nossas positivas razões.

Nos tempos já longínquos em que essas razões pareciam ainda fantasias, eram modestas as perspectivas. Evitava-se que nos espíritos rotineiros e sem rasgo de anseio e previsão, se considerasse mais que uma pequena cifra, como uma ambição de desmesurado bairrismo.

Situava-se então a meta dos desejos aveirenses na doméstica centena de milhares de toneladas de tráfego comercial.

Não havia restrições no anelo, mas uma cautelosa tática no apresentar de uma reivindicação a que faltava ainda um ambiente francamente propício.

Um porto é um órgão em si mesmo portador do germe de crescimento — uma força vitalizadora essencialmente dinamizadora e expansiva. Sabia-se, já então, compenetradamente, e calava-se, porque a ambição demasiada — ou apenas aparentemente excessiva — faz perder as empresas. Dar um passo com segurança, medi-lo e assentá-lo, é, avançar. Tentar um salto pode ser cair num abismo.

Seguiu-se a esse primeiro, outro passo, ainda lá fora na barra. Outros se sucederam a configurar e a estruturar o porto em progressivo desenvolvimento, e sob renovados auspícios de expansão.

Aquela pseudo meta do nosso comedimento no

pedir foi alcançada há apenas cinco anos. Foi já dobrada em 1969. E já as nossas insatisfações — legítimas e fundamentadas, creio bem —; e a experiência colhida; e as convicções nesse lapso de tempo firmadas, e as necessidades que se conhecem e pressentem; e os ritmos de crescimento dos nossos dias, que todos ambicionamos ainda acelerar, fazem redobrar as ambições e previsões.

O porto que se desejava uma válida, mas restrita parcela do fomento económico nacional, ultrapassou-se, neste lapso de tempo — tão curto e, ao fim tão longo para as nossas pretensões. Vem requerendo já, patentemente uma posição mais significativa no conjunto das actividades comerciais-marítimas do País.

E já, não como uma reserva supletiva, mas como um elemento com valia própria. Não suplente e suplementar, mas de efectiva e autónoma personalidade, com o seu âmbito próprio, de cada vez mais dilatado, de influência e penetração e escoamento.

Os nossos pressentimentos e prognósticos de há meio século e os que o tempo confirmou ou veio a provocar, poderiam considerar-se eivados de parcialidade bairrista, de amplificados por um afecto que perdura o sentido das proporções e da objectividade. Mas as perspectivas de um porvir de horizontes rasgados não constituem imaginação com ânsias desmedidas dos naturais.

Técnicos franceses encarregados oficialmente de se pronunciar, no aspecto económico e demográfico sobre as provindouras possibilidades da região, e de definir um objectivo do seu desenvolvimento, a prazo largo, que habilitasse a fundamentar o plano regional; insuspeitamente, despidos de todo o sentimentalismo que possa criar ilusões aos naturais, revelaram-nos cifras que, nem a nossa sóbria modéstia nem a nossa audácia de desejar, nunca haviam imaginado.

Na frieza dos cálculos, admitem possibilidades futuras para a cobertura, num quadrilátero delimitado pelo Forte da Barra, Aveiro, a Ilha da Testada e a desembocadura do Vouga na Ria, de instalações portuárias e industriais, numa área de 4 000 hectares. E concluem, considerando possível nessa zona um tráfego teórico de 40 milhões de toneladas de mercadorias diversas. Remotamente julgam mesmo verosímil, que esse número surpreendente possa ser excedido.

Bem notamos que esta estimativa alude a um tráfego teórico. Também nós o colocamos no domínio estrito dos cálculos matemáticos, das hipóteses construídas racionalmente, e abstraindo de incontroversos condicionalismos da mais diversa ordem. Todavia, este depoimento isento de falseamento sentimental, persuade-nos, mais firmemente, de que as aspirações que Aveiro formula, parcimoniosas, mas crescentes, se revestem de fundamentada legitimidade. E de que, quando

as exprimimos, não apresentamos uma reivindicação local, mas pedimos para o País, e para a comum prosperidade.

Abandonemos, porém, um futuro sem prazo, ainda do domínio das conjecturas, plausíveis, mas longínquo. Temos problemas reais imediatos a formular—do dia de hoje, para preparar um amanhã próximo, que satisfaça as precisões de uma região em plena progressão e com índices de crescimento dos mais elevados do País—e quiçá de outras, limítrofes ou geográficamente mais distantes, mas também com suas potencialidades e que aqui venham a encontrar o mais acessível polo de comunicação oceânica.

Chego à Junta Autónoma com tarefas aplanadas, por esforços persistentes de estudo, ordenação e proposição dos temas essenciais. Enunciarei alguns dos de importância primordial e que continuarão necessariamente a constituir as mais instantes preocupações do Organismo em que imprevisivelmente sobre mim veio impender uma quota parte ponderosa de responsabilidade.

Cabe a lógica primazia ao melhoramento da barra—da barra já melhorada, consideravelmente, mas na qual se continuam a verificar fenómenos perniciosos de assoreamento. Há que buscar um meio eficiente de eliminação desse pertinaz e tolhedor assoreamento, e, ao mesmo tempo, rápido e económico, para a transposição das areias acumuladas a norte para as praias do sul onde o cordão litoral mingua.

A par desse meio preconiza-se o prolongamento do actual molhe central. Dessa obra se antevê uma melhoria apreciável dos factores hidráulicos, com efeito na desobstrução da barra, mas também uma mais volumosa deposição de areias na Praia do Farol, e uma mais concreta protecção consequente do edifício onde o mesmo farol se encontra instalado.

Seguindo o caminho das águas providas do mar, impõe-se à atenção de quem sobre os problemas portuários se debruce, o conveniente aproveitamento da Ilha da Mó do Meio, onde se implanta como determinante caracterizadora e toponímica o chamado Forte da Barra. Aí ressalta a necessidade de se estudarem, com vista a um provir, que supomos não muito distanciado, obras acostáveis, a executar por fases, ao passo que as circunstâncias as vão requerendo. Visar-se-ia propiciar a implantação de novas instalações e condicionalismos mais aliciadores, vantajosos e práticos à navegação do comércio. O futuro, nos nossos dias, chega mais depressa do que nunca. Pensemos nele antes que nos ultrapasse.

Prosseguindo para o interior da laguna, ressaltam as conveniências de promover o gradual melhoramento do porto bacalhoeiro. Simultaneamente convém acom-

panhar o desenvolvimento da frota local, com tão acentuados reflexos na economia da região aveirense, e ir preparando, com espírito de previsão, este sector portuário para outras actividades relacionadas com as pescas longínquas.

Segue-se, pela sua situação, o porto comercial. Está no início e constitui uma valiosa realidade. Foi uma confirmação e um dealbar de auspícios. Foi a satisfação de uma fase de progressão e um gerador de ambições. Em brevíssimos anos, demonstrou-se a imperativa necessidade da sua expansão, já construindo um novo troço de cais acostável, já através de um apetrechamento cada vez mais completo e eficiente. O crescente interesse que este sector portuário revela para as actividades regionais—e eventualmente vem despertando para além desta circumsrita zona do País—recomenda inequivocamente que procure corresponder-se-lhes com as condições que naturalmente pretendem encontrar. Importa proporcionar as condições, não aguardar que se lhes sinta a precaridade, captar e não descoroçoar.

Também no porto de pesca costeira se verifica clara necessidade de ampliação. O incremento que se vem registando no arrasto costeiro, suprimindo o decréscimo acusado por outros sistemas de pesca, e tendendo a sobrepular os montantes dos movimentos de pescado anteriores, trazem essa ampliação para o número dos problemas a encarar com brevidade.

Assunto que há alguns anos vem merecendo zelosa atenção da Junta e que com o tempo vai recrudescendo de acuidade e premência é o de dotar o porto de uma doca-seca. Constitui uma compreensível aspiração—para com mais propriedade exprimirmos esse compreensível anseio, digamos mesmo, uma instante e óbvia necessidade—dos armadores da frota aveirense de pesca longínqua.

E, naturalmente, para regular o funcionamento do porto, que se deseja e prevê com ascendente movimento, considero—todos consideramos—indispensável a melhoria das condições de navegabilidade dos canais principais, pelo prosseguimento de sistemáticas dragagens que lhes confirmem maior largura e as refundam.

A jurisdição da Junta, todavia, não se confina propriamente ao porto de mar. A seu cargo encontra-se também a ria, que é paisagem singular, um acidente geográfico único na Península, lugar de êxtase e com inúmeros motivos de pitoresco, mas um valor económico não menos digno de realce. As circunstâncias modificaram-se. Já hoje, com a camionagem, os adubos químicos e outros factores, a sua fisionomia é diferente da de há um quarto de século. Rareiam os moliceiros, na própria feição humana se vem encaracterizando, e

como via de transporte foi declinando de importância. Não movimentava já, como então, mais de quinhentas mil toneladas de materiais e produtos. Talvez pobres, mas num total de meio milhão de toneladas. Pelos seus esteiros e pelas muitas dezenas de cais ribeirinhos as cargas e descargas orçarão porém pelas suas duzentas mil — mais do que a generalidade dos pequenos portos nacionais.

Merecerão pois esses veios de água e os cais de que dispõem a constante atenção da Junta, e o seu carinho. A ria é bela, mas é útil.

Aliás, se a valia económica da ria em certos aspectos declinou, noutro, pouco mais que inexplorado ainda, tem ampla compensação. O lençol de águas plácidas, a luz vivíssima que nelas se espelha esplendorosa, a sua afinidade com o mar que a gerou e alimenta, e, pela barra, lhe dá a mão que alenta e dinamiza, a brisa que enfuna as velas, o peixe que a frequenta e as aves que a ela se acolhem nas suas migrações, tornam-na o lugar sumamente atraente e aprazível. A nova indústria que é o turismo encontra vasto campo neste acidente marítimo sem par. Há uma nova fase da história da ria a explorar criteriosa e sistematicamente. Destipificou-se, porventura nos aspectos transitórios das actividades humanas. Mas os seus valores permanentes criam novas suscitações de interesse: mirar a paisagem, o recreio da pesca, da caça e do navegar na laguna mansa, levado pelo vento e com a propulsão de um veloz motor. A ria continuará também a ser um centro de trabalho graças aos que nela procurem, nalgum ócio, o descanso reparador.

A Junta dedicará todo o seu interesse aos assuntos que este moderno aspecto da vida da ria tende a tomar cada vez com maior intensidade. E, no que estiver ao seu alcance patrocinará e auxiliará a criação de pequenos portos especificamente destinados à navegação de recreio e desporto, em vários locais da ria.

Aliás procurará, como sempre, que esse complexo aparelho hidráulico, tentacular e tão extenso, proteles esses fenómenos de envelhecimento que, porventura, desde o nascer manifesta. É esse o seu dever e a sua devoção. Procurará cumpri-lo, na senda que traz bem aberta. Dizendo-o, eu, que agora a ela chego, creio poder afirmá-lo em relação aos seus demais membros, que com zelo, dedicação e entusiasmo tão útilmente têm sabido servi-la.

O sucinto enunciado dos pontos de mais saliente importância dão a medida do peso que sinto recair sobre os meus ombros débeis, em preocupações, em partilhamento de esforços para a busca das soluções mais breves e fecundas, no alcançar dos melhoramentos que para a nossa unilateralidade de função ou mero sentimento serão os que mais merecem efectivação, e mais próxima e mais impositiva, e é necessário fazer

avultar no conjunto; no ter de preferir o pormenor, por vezes tão visível e justificável tão no pendor das próprias deferências, pelo que deve ter prioridades cronológicas e de verbas.

Constituem estas as sofredoras peias, repartidas por tabiques orçamentais, na compensação que se julgue a adequada. O orçamento pressupõe uma área com fundo e regra, e atento zelo, rigores não isentos de maleabilidade, um jogar com possibilidades que não corte os voos e o desapontamento dos limites de elasticidade, por mais que o calor da vontade acalente e impulsiona e dilate.

Mais que em nenhuma parte, já que as exigências satisfeitas são elas próprias geratrizes de novas necessidades, em todo o serviço para a comunidade, a administração deste Organismo tem feição de um reptio. Há que afrontar ainda o mar incerto na sua dádiva, às vezes generoso, e outras tantas adverso, e criar trilhas firmes para uma caminhada longa, debelar sintomas das doenças lagunares, e aviventar, criar, ver antecipadamente, novo e previdente, e dentro da objectividade, saber sonhar.

A faina nesta instituição foi e será um desafio. Em que não se pensa em émulos, mas se têm como certas as dificuldades que se nos antepõem na pugna exigente, e é um desafio para ganhar.

Quiseram os Membros da Junta, com benevolência de avaliação sobrevalorizar o meu nome modesto, sugerindo-o para o lugar em que agora sou investido. Quiseram arrancar-me da posição de espectador interessado, que segue atentamente e aplaude — ou alguma vez discorda — para a acção pública directa. Desvaneceram-me e trouxeram-me um sobressalto.

Veio esse a obter por generosa decisão do Senhor Engenheiro Rui Sanches — a quem competia a escolha definitiva — a concretizadora confirmação do que primeiro fora uma surpresa, com todo o sentido do inesperado, e depois motivo das minhas inquietações. A nomeação, que não cabia nas minhas hipóteses de obrigações cívicas ou de mero aveirismo, fico a devê-la a uma sua cativante prova de confiança que, certamente, me sobrestima as capacidades.

Conheço-lhe, todavia, o rasgo de acção dinamizadora, a clarividência, a compreensão que tem dos nossos problemas fundamentais e a boa vontade de os solucionar. Sei — e todos o vimos verificando — do seu espírito renovador, do ritmo que imprime à sua acção, do seu férvido empenho de reconquistar o tempo que protelou.

A Junta, e o Presidente que para ela escolher, a região de Aveiro — e no que ela reside o que dela se reflecte no País, confiam em que supra, com a sua deliberação oportuna e prestimosa, a magreza dos nossos recursos e as nossas carências. Julgamos imprescindível

a justa quota parte que na sua acção de governante conceda aos assuntos que intensamente vivemos.

Dela depende, não o êxito pessoal de uma missão a que circunstâncias alheias à minha vontade, e às minhas predilecções de espírito, me conduziram, porque esse, nem a mim mesmo me importa, mas o alcançar do que convictamente consideramos, como os mais decisivos e reprodutivos benefícios para Aveiro e a Região e a Nação em que a cidade se integra. Contamos, aliás, com a ciência e a consciência, com a boa vontade diligente e prestadia, o detido contacto com os nossos temas e os nossos anelos, dos Serviços Superiores de que a Junta depende ou em volta de cujas atribuições de algum modo gravita e é subsidiária, e em que o eco útil que sempre neles buscamos para as nossas pretensões, nos não faltará, com liberalidade, e cooperator incentivo.

Essa dupla esperança—se não me é lícito dizer essa plena certeza—me anima ao ocupar este cargo, cujas tradições honrosíssimas agora evoco e me pesam a redobrar responsabilidades. Partilharei, assim, animosamente, nesta tarefa de servir Aveiro—a que me sinto tão intimamente apegado—e de lhe advogar os interesses mais lúdicos e, filialmente, lhe dar o que as faculdades me permitam, o que devo à terra mãe—berço

onde teria a felicidade de ver a luz mais resplendente e exaltante, terra onde os pés se me enterraram como raízes, e sorveram um humus cheio de água e salino, que não tem obstáculos no horizonte e confere aos espíritos este indeclinável desejo de expansão livre e larga que aqui caracteriza o homem.

Trazer a Aveiro um esforço de cooperação, para qualquer aveirense representa uma restituição afectiva. Também a cidade, ela própria, cumpriu esses deveres filiais. Proveio do mar, e do mar recebeu traços genéticos e, porventura, de psicologia colectiva. Não prescinde das suas bênçãos diárias. Um dia, para que elas lhe não faltassem, como um filho que cede ao pai uma parcela do seu próprio corpo, renunciou às mais significativas pedras—as das muralhas erguidas pelo Infante das Sete Partidas—para assegurar o contacto diário, o ósculo abençoador do oceano que lhe dera a existência. A cidade mutilou-se, em holocausto ao genitor.

O pesado sacrifício que me exigem, ao temperamento, a escassez de tempo, a saúde com claudicações, tendo em mente esse exemplo de despojamento, será ao fim, talvez menos útil do que ardentemente desejaria, mas numa pequena imolação—e, bem o entendo, irrecusavelmente devida.

bibRIA

Ainda a «Praça Velha» — Vila da Feira

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras — Secção de Ciências Histórico-Geográficas, pela Universidade de Coimbra

EXPLICAÇÃO

Há dois anos completei, nesta revista, a publicação do meu estudo sobre a «Praça Velha», da Vila da Feira.

Tive grande dificuldade em ordenar e compilar os elementos necessários para dar a mais completa e constante continuidade ao descritivo de cada um dos seus capítulos, durante quatro séculos.

Procurei descobrir o que, em grande parte da sua matéria, ainda não estava divulgado, se conservava esquecido, ou em retalhos, dispersos de tal modo, que dificilmente se podia encontrar, entre eles, meio integrador ou elo de ligação.

Bem me apercebi que, com a continuação das minhas investigações, iria encontrar melhores elementos que pudessem «elucidar, completar, ou mesmo corrigir» aquele estudo.

Cheguei, mesmo, a fazer um apelo para que outros estabelecessem diálogo, com crítica construtiva, que auxiliasse a preencher estes fins.

Infelizmente, até hoje, a minha voz não foi ouvida.

Mas, como disse, não podia ficar indefinidamente à espera de maior perfeição para dar conhecimento público do resultado dos meus esforços.

No decurso daquele espaço de tempo, consegui recolher novos conhecimentos que entendo não devem ficar asfixiados numa gaveta da minha mesa de trabalho, tanto mais que eles proporcionam não só desenvolvimento mas, também, correcção ao que foi dito.

Entre o fazer uma segunda edição da «Praça Velha», como me foi lembrado, com as devidas emendas, acrescentos e melhor planeamento da obra, ou publicar mais

uma adenda ao meu escrito, optei por este último caminho, como o mais prático e prudente.

Embora ainda haja muito para esclarecer, creio que já consegui o bastante para justificar este meu novo artigo.

CAPÍTULO I

1 - A

CASA QUE PERTENCEU A D. VITÓRIA DE LACERDA E A SEU MARIDO LOURENÇO HUETE BACELAR

(fls. 57 do número 3 desta revista e 11 da separata)

Referi-me aí à quinta de Frei onde Lopo Soares de Albergaria foi morto, quando andava à caça, por ordem dos parentes de D. Joana de Albuquerque, de Lisboa, com quem «teve amizade ilícita».

Em nota — 1 — disse que esta quinta também se denominou de Farey e estava situada na terra da Feira, sendo prazo da Comenda de Roças, como informa Felgueiras Gaio no Nobiliário das Famílias de Portugal — Tomo X § 316, pág. 109.

Admiti, erradamente, que esta quinta se localizava naquela freguesia de Roças, do concelho de Arouca, que era da terra da Feira, embora distante da Vila da Feira.

Ao estudar os registos da Câmara Municipal da Feira verifiquei, a fls. 35 do livro correspondente a 28 de Agosto de 1813, que nesse dia aí foi feito o do brasão de Armas concedido àquele Lopo Soares de Albergaria, a requerimento de Alexandre Bernardo Soares de Albergaria Aguiar Pereira, da Ferram de Sanfins, deste concelho da Feira, «descendente por bastardia de sua bisavó paterna».

Deste brasão de Armas, dado pelo Rei D. João III em 19 de Julho de 1549, consta que o Lopo Soares era filho legítimo de «Pero de Serantar Soares e neto de Lopo Vaas Soares», o que nos dá a certeza de ser o mesmo de que se trata e que morava «em a quinta de Tarei do Termo da Villa da Feira terra de Santa Maria».

Consignou-se no mesmo título que ele descendia «por linha direita sem bastardia por parte de seus avós da dita linhagem dos Soares».

Depois de nomeada a sua ascendência paterna e avoenga, diz-se: «morador que foi entre Douro e Minho que foi hum Fidalgo muito honrado e do verdadeiro tronco desta geração e linhagem e assi o dicto seu Pai e avô viveram nobremente como Fidalgos que elles erão e que o supricante vive á Lei da Nobreza como seus avós e que de direito as suas armas lhes pertencem as quaes lhe mandei dar em esta minha carta com seu brazam elmo e signaes como o q são divizados e assi como fiel e verdadeiramente se achavam divizadas e registadas nos livros dos registos do dito Portugal meu Rey darmas... (Segue-se a descrição das armas e a dos direitos resultantes e inerentes à referida carta de Brasão)».

Deste modo, podemos concluir que a quinta de Frey ou de Farey é a de Tarei, no lugar do mesmo nome da freguesia de Souto ou de Travanca deste concelho da Feira.

Inclino-me para que fosse nesta última freguesia, pelo que passo a expor.

Saul Eduardo Rebelo Valente, no seu livro Terras da Feira — Notícias e Memórias da Freguesia de Arrifana de Santa Maria, a fls. 61, informa que lhe chegou às mãos «um volumoso cartapácio de papel grosseiro, em cuja capa muito suja se lê — Tombo das rendas da Snr.^a do Ó da freguesia de Arrifana, terra da Vila da Feira».

Diz mais a fls. 62 e 63.

«Pela leitura do volumoso caderno verifica-se:

Que em 1756 vindo da comarca de Esgueira ao Castelo da Feira em correição o Doutor Desembargador António Barbosa Pereira, no dia 5 de Maio, lhe foi presente uma petição de Manuel Gomes de Rezende, tesoureiro da confraria de Nossa Senhora do Ó e outros fiscais — «para que fosse passada carta de sentença Cível de Tombo para conservação de seus direitos e justiça das propriedades, foros e pensões que se pagavam ao Hospital e confraria de Nossa Senhora do Ó».

E ainda a fls. 63: «Que nesta sentença cível está transcrito um testamento com data de 1 de Janeiro de 1731 feito na Quinta de Tarei, na freguesia de Travanca, pelo qual Manuel Soares Coelho e sua mulher D. Angélica Mascarenhas de Matos legaram a esta confraria (a de Nossa Senhora do Ó) para que o logre e possua para sempre...»

Como o lugar de Tarei está fraccionado entre Souto e Travanca, deve-se concluir que a quinta do mesmo nome devia estar localizada nesta última.

Dada a proximidade de Tarei à Villa da Feira (4 quilómetros) compreende-se que Lopo Soares fosse «mtas vezes comer e caçar com os Condes».

Felg. Gaio, na citada referência a Lopo Soares de Albergaria, afirma que ele «veio ao Castello da Villa da Feira onde estavam os Condes q. erão seus parentes, e lá aestio com eles porem estando mal acomodado foi para Caza de hum Cavalheiro q. devia ter o apelido de Homem e aestia na sua q. de Frei».

Parece à primeira vista que pretendeu dizer que a quinta de Tarei pertencia a outrem que não a Lopo Soares, mas a fls. 88 do T-16 diz claramente que Lopo Soares era senhor dessa quinta.

Nos «Annaes do Município de Oliveira de Aze-meis», a fls. 197, também se confirma que Lopo Soares de Albergaria e sua mulher foram «senhores do praso e quinta de Tarey em Terra da Feira».

O mesmo autor, cit. ob. tomo XXVII, a fls. 110, diz, que Pedro de Santar Soares, pai do Lopo, foi «Sr. da qt.^a de Farei q. he Prazo da Comenda de Roças q lhe fez hum Comendador da d^a Comenda» e que «casou com Branca Coelho Irmã ou parenta do Comendador de Rio Mao, e Roças que seria o que fez o d^o Prazo».

Acresce que o Lopo Soares, do seu segundo casamento com Branca Coelho, teve um filho de nome João Soares Homem que foi casado com D. Ant.^a Aranha e que deste casamento, além de outros, houve um filho, o primogénito, de nome Diogo Soares Homem, que Felg. Gaio, na cit. ob. e tomo XXVII § 14 a fls. 112, diz ter casado com D. Jerónima de Almeida Novais «Sr.^a da qt.^a de Farey na terra da Feira filha de Ant.^o de Almeida e de sua m.er Filipa de Novaes; e neta de Cristovão de Almeida Sr. da qt.^a do testamento no tt.^o de Almeida § 25 n.^o 17».

Consultando o mesmo genealogista toma-se conhecimento da existência de outros senhores da quinta de

Farei, em sucessão continuada daquele Diogo Soares Homem.

Deste modo, concluo que Lopo Soares de Albergaria era o senhor da quinta de Tarei, quando para lá foi viver e que o «cavalheiro» que devia ter o apelido Homem era o seu filho, mencionado João Soares Homem.

Como curiosidade anoto o que Felg. Gaio diz a respeito de Alvaro de Moura Coutinho, na cit. obra, tomo X, fls. 109.

«N.º 9 — Alvaro de Moura Coutinho f.º de M.º de Moura Cout.º e sua m.ª D. Maria de Queiroz N 18 (deve ser 9) § 312 casou com D. Leonor Tavares de Assentar f.ª de Paulo Coelho de Assentar e de sua m.ª D. M.ª Tavares moradores na sua q.ª de Fareis freg.ª de.....
.....na terra da feira neta pa.ª de Diogo Soares e sua m.ª Jeronima de Almeida moradores na sua casa de Farei e pela m.ª neta de Roque Vaz Pinto, e sua mulher Leonor Caldeira moradores na V.ª da Feira e d.º Diogo Soares era f.º de João Soares Homem e de sua m.ª An.ª Aranha de Pinho neto p.º de Lopo Soares, q vivia na q.ª de Farei e sua m.ª Leonor de Meirelles, o qual Pedro Soares era filho de Pedro de Assentar Soares, q viveo na q.ª de Farei e sua m.ª Branca Coelho e neto de Lopo Vaz Soares no tt.º de Soares de..... § N a d.ª q.ª de Farei he praso da Comenda de Roças, que dizem emprazou um Comendador ao d.º Pedro de Assentar».

Diz que seu pai foi escudeiro Fidalgo por alvará de 3 de Fev.º de 1677.

Entre os filhos de Alvaro de Moura Coutinho figura «10 M.º Soares Coelho q casou com D. Angelica de Mascarenhas de Matos, e viverão na q.ª de Farei na terra de Feira mas de sua Manceba.....».

Estes Manuel Soares Coelho e mulher são aqueles que atrás referimos, como tendo feito o seu testamento em 1731 — na «Quinta de Farei, na freguesia de Travanca».

A fls. 98 do tomo XXI — Felg. Gaio, porém esclarece que o M.º Soares Coelho, da referida manceba teve: — «10 — D. Luiza Soares q se namorou de seu Pr.º José Carlos de Moura Coutinho abaixo n.º 10» — e assim temos conhecimento, do senhorio da quinta desde Pedro de Santar Soares até Manuel Soares Coelho e sua mulher, o que corresponde de uma época anterior a 1549 a outra posterior a 1731, ou sejam, seguramente, duzentos anos consecutivos.

Por todo este descritivo se vê tratar-se sempre da mesma quinta de Frei, Farey, Fareis ou Tarei.

CAPITULO I

2 - A do Norte

CASA QUE HOJE PERTENCE A FRANCISCO PLÁCIDO DE REZENDE

(fls. 71 do número 4 desta revista e 61 da separata)

Quando estudei esta casa não me foi possível estabelecer a relação de parentesco que justificasse a sucessão de D. Jacinta Luísa Azevedo e Melo, no empraçamento feito pelo convento de S. João Evangelista a José Soares de Melo, por escritura de 1 de Maio de 1708.

A fls. 81 daquele número, 95 da separata, comentei: «Dada a proximidade entre esta data de 1708 e a de 1745, em que o Pereira Brandão e mulher (aquela D. Jacinta) deram de aforamento as Casas da Praça e dado o apelido Melo, comum ao José Soares e à mulher do Pereira Brandão, é de presumir que se tivesse operado transmissão por qualquer título, daquele para esta, que, como adiante se referirá, foi a senhora das Casas da Torre e da Capela de Paços de Brandão».

Estava em bom caminho, como se passa a demonstrar, embora ainda subsistam algumas dúvidas.

O Arquivo do Distrito de Aveiro n.º 123, ano XXXI, publica a fls. 224, na sua secção — «O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício», da autoria do Dr. Jorge Hugo Pires de Lima — detalhada referência à carta familiar do marido da D. Jacinta — datada de 12 de Janeiro de 1771.

Dela consta sob n.º 532, que José de Sá Pereira Brandão vivia das suas fazendas, sendo «natural de St.ª Maria de Lamas, Feira, e morador na sua quinta da Torre da freguesia de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira, filho de Manuel de Sá Moreira e de Brites de Jesus Pereira, naturais de Lamas e moradores em Ponte Nova, Lamas; neto paterno de João de Sá, natural de Sá, freguesia de Santiago de Riomeão, Feira e de Cezília Jorge, natural de Lamas e moradores em Ponte Nova e materno do P.º Simão Martins Pereira, abade de St.ª Maria de Lamas, natural da freg. de Paços de Gaiolo, Benavim e de Maria Lopes, mulher solteira natural de Lamas e aí moradores; casado com Jacinta Luísa de Azevedo e Melo, natural de Paços de Brandão, filha de Eusébio de Azevedo e Aguiar natural de Paços de Brandão, e de Bernarda Caetano de Melo Teixeira, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau e moradores em Beire, freg. de S. João de Ver, Feira, neta paterna do capitão João de Azevedo

da Costa, natural de Alpoços, Rio Meão e de Leonarda de Aguiar, natural de S. Martinho da Várzea, moradores em Paços de Brandão e materna do Lic.^o Matias Soares e de Jacinta de Mello Teixeira naturais e moradores na Vila da Feira».

Já estava averiguado, pela compra feita pelo licenciado Matias Soares a Domingos Homem Soares, por escritura de 31 de Outubro de 1689 e pelos empenhamentos feitos pelo convento do Espírito Santo (de 25 de Agosto de 1705, ao licenciado Matias Soares e de 1 de Maio de 1708 ao José Soares de Melo), que o Soares era casado com D. Jacinta de Mello Teixeira e ainda, por este último empenhamento, que ela sobreviveu ao marido e ainda que o Melo era filho de ambos e que por morte do pai, em 1706, este sucedeu-lhe como enfiteuta da casa das «Sisas» ou da «Almotaçaria».

Com base nestes conhecimentos e à face daquela carta familiar, naturalmente se chega à conclusão que o Melo era irmão da mãe da D. Jacinta, de nome D. Bernarda Caetano de Melo Teixeira, natural da vila da Feira, freguesia de S. Nicolau e moradora em Beire, freguesia de S. João de Vêr.

Naquele empenhamento de 1 de Maio de 1708, o Melo é dado como solteiro e, por certo, foi por falta de descendência, que lhe sucedeu sua dita irmã, ou mesmo directamente a sobrinha D. Jacinta.

Deste modo fica esclarecido um passo obscuro da história da casa em epígrafe, acabando-se com uma solução de continuidade que muito prejudicava o conhecimento da regular sequência na posse daquela casa, na primeira metade do século XVIII.

Nos contratos de reconhecimento do pagamento de fôro, de 17 de Agosto de 1754 feito à Casa e Estado do Infantado pelo mesmo José de Sá Pereira Brandão referente à dita casa das «Sisas» ou da «Almotaçaria» e do empenhamento de 29 de Maio de 1745 feito, por este, das demais casas da ala norte da Praça, a Bernarda Caetana de Almeida e sua irmã Joana Rosa de Almeida, a confrontação de todas elas, pelo norte, é dada com José Caetano Correia Gomes (que, como dissemos, foi escrivão do tombo da Casa e Estado do Infantado) ou seja com a casa que é hoje de D. Maria Júlia Rifa de Araújo.

Averigui, pela escritura de fiança prestada por Francisco Joaquim Rocha Tavares (fls. 108 do respectivo livro de registo da Câmara Municipal), que o Correia Gomes era pai do bacharel Francisco Xavier de Almeida Cabral.

Em esclarecimento ao que sobre a matéria escrevi no mencionado número da revista, informo que houve dois proprietários da mesma casa, sucessores do José Caetano Correia Gomes, com o nome igual de Francisco Xavier de Almeida Cabral.

Um foi aquele Dr. Francisco, seu filho e o outro foi o filho deste, ou seja aquele que foi referido como enfiteuta à Santa Casa da Misericórdia «agora seu neto Francisco Xavier de Almeida Cabral», como já anunciei.

Este Dr. Francisco, como consta do citado livro de registos da Câmara Municipal (de 5 de Agosto de 1771 — fls. 98) em 2 de Março de 1762, foi beneficiado com a «carta de propriedade do ofício de guarda mór de Saúde».

Motivou a nomeação, que ele solicitou, não haver guardas móres, nem oficiais de saúde, necessários para examinar os géneros que de costume se desembarcavam de barcos e outras embarcações, além de outras, nas praias de Espinho, Esmoriz, Paramos e Cortegaça e para visitar aquelas embarcações.

Encontrei um outro Dr. Francisco de Almeida Cabral, cirurgião, que não se pode confundir com o filho do José Caetano Correia Gomes, não só porque este acresce ao seu nome o apelido Xavier, mas ainda pela filiação dada àquele cirurgião.

Da sua carta de Familiar do Santo Ofício de 13 de Maio de 1730 (O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício, por Dr. Hugo Pires de Lima, cit. Arq. vol. XXX fls. 140), consta que ele era natural da Feira, freguesia de S. Nicolau e morador na Rua da Calçada do Correio-mór, freguesia de St.^o Ildefonso, extramuros da cidade do Porto, filho de André da Silva e de Rosa Maria da Fonseca, naturais e moradores na citada freguesia de S. Nicolau da Feira, casado com Rosa Maria do Nascimento de Araújo Malheiro.

Da mesma carta consta ainda, ele ser «neto paterno de Domingos da Silva, natural da freguesia de Sant'Iago de Espargo, Feira e de Maria de Freitas, natural da Feira, freguesia de S. Nicolau e aí moradores e materno de António Rodrigues «O Bucho», também natural da freguesia de S. Nicolau e de Joana da Fonseca, natural da Vila de Arouca, moradores na Feira, casado com Rosa Maria do Nascimento, filha natural de Manuel Araújo Malheiro natural da freguesia da Madalena de Iolda, Arcos de Valdevez e de Páscoa Soares, solteira natural da freguesia de Alvarães, Viana do Castelo, neta paterna de José de Araújo Mendes, natural da freguesia de S. Paio de Iolda, Arcos e de Maria de

Araújo Malheiro natural de Ponte de Lima e materno de João Afonso «o Mouro» e de Maria Gonçalves, naturais de Alvarães.

Interessa conhecer esta genealogia não só para futuros estudos, dada a semelhança de apelidos, «Almeida Cabral», mas ainda por ele ser neto materno de António Rodrigues, o «Bucho», de quem falo nesta alínea 2, do capítulo 1, a que me estou a referir.

Francisco de Moura Coutinho, em «Breves apontamentos sobre os Mouras Coutinhos de Esgueira (cit. Arq. vol. XI, fls. 189) — nomeia Manuel de Sequeira Coutinho de Almeida Eça, nascido em Esgueira em 15-4-1679 onde era senhor da Casa da Cruz, fidalgo da Casa Rial, como casado, em 28 de Janeiro de 1739, com uma filha daquele cirurgião Dr. Francisco de Almeida Cabral, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, dando-o como nascido, em 24 de Julho de 1700, nas Eiras, freguesia de S. Nicolau de Vila da Feira, atribuindo-lhe a filiação já indicada e informando que sua dita mulher nasceu em 27 de Dezembro de 1693 e que sua mãe, Páscoa Soares, era de Alvarães, termo de Barcelos.

Outro nome com certa semelhança aparece em 1771 — Francisco Caetano Pereira Cabral, que talvez seja parente daqueles Cabrais.

Por provisão de 16 de Abril deste ano teve dispensa para advogar, nesta vila da Feira, onde advogava seu pai e servia de escrivão da ouvidoria um seu primo, sendo assim atendido no pedido que fez, para poder sustentar a sua mulher e família.

A 27 de Outubro de 1722 prestou fiança para o exercício do ofício de tabelião nesta Vila — Matias Soares da Silva (registro no respectivo livro da Câmara Municipal em 22 de Novembro de 1722).

A semelhança do nome faz-me crer ter relação de parentesco com o falado tabelião licenciado Matias Soares, falecido em 1706.

Nada posso esclarecer, por enquanto.

CAPÍTULO I

3 - B - a

CASA QUE FOI DE PANTALEÃO PEREIRA DO LAGO

(fls. 51 do número 5 desta revista e 147 da separata)

Em 24 de Outubro de 1716 foi conferida posse a Sebastião Pereira do Lago, de Juiz dos Orfãos desta vila

e seu termo (fls. 124 do respectivo livro de registos da Câmara Municipal da Feira).

Assistiu a ela, entre outros, Dionísio Pereira Soares de Albergaria.

Logo em seguida ao seu registo encontra-se um outro (fls. 125 v), da carta de mercê daquele ofício, concedida por alvará de 15 de Março de 1706, que fora apresentada a registo pela mãe do mesmo, D. Joana Maria Pereira que, ao solicitar tal mercê, alegara que seu marido Pantaleão Pereira do Lago «fora proprietário do ofício de Juiz dos Orfãos desta Villa da Feira por nomeação do Conde Dom Fernando Forjaz Pereira para haver de casar com ella supplicante pelos serviços que elle seu Pay e May haviam feito a casa do mesmo Conde que falecendo o dito Conde tratava o dito seu marido de confirmar a dita merce o qual falecera pendendo o dito requerimento tendo servido o dito officio vinte sete anos com boa satisfação e por quanto do dito seu marido lhe ficara um filho por nome Sebastião Pereira do Lago e duas filhas donzellas com poucos bens para se sustentarem sendo pessoas nobres me pedia lhe fizesse m.^{ce} da propriedade do ditto officio para o dito seu filho Sebastiam Pereira do Lago».

Em 16 de Novembro de 1722 foi registado, no mesmo livro da Câmara Municipal (fls. 180), a escritura de fiança que o mesmo Sebastião havia prestado para o exercício desse cargo, lavrado em 20 do referido mês de Outubro de 1716, pelo tabelião desta vila António Gomes Leite.

Dela consta ter sido feita na morada de António Soares da Costa Corte Real e de sua mulher D. Catarina do Amaral, na Quintam, da Freguesia de S. João da Madeira.

O Sebastião Pereira do Lago foi dado como morador na freguesia de Canedo, sendo presente o já muito falado Bernardo Moreira de Vasconcelos por si e como procurador de sua mulher D. Bernarda Sofia de Leão (avós da D. Vitória de Lacerda).

Como já disse, Felgueiras Gaio no seu «Nobiliário das Famílias de Portugal — Tomo XII — § 58 — fls. 48 confundiu-se quando disse que o Sebastião era irmão e não filho do Pantaleão e, pelo que se vê desta carta de mercê, quando afirmou que este teve apenas uma filha, quando ele de facto teve um filho (o Sebastião) e duas filhas.

Posso ainda informar que o mencionado Sebastião era vereador da Câmara Municipal da Feira em 18 de Outubro de 1721 (citado livro de registos fls. 175).

Estes comentários são necessários para valorizar a história da «Praça Velha» e penso que são úteis para a da família Pereira do Lago por dar conhecimento de elementos que lhe interessa e dificilmente viriam a ser divulgados.

CAPITULO II

1-A

PAÇOS DO CONCELHO

(fls. 54 do número 6 desta revista e 179 da separata)

Posso informar, em aumento do que já disse que, no citado livro de registos da Câmara Municipal — referente ao ano de 1771, consta o de uma provisão do rei D. José I, datada de 13 de Novembro deste ano, em conformidade com sua resolução de 12 de Setembro, imediatamente anterior (registada na mesma Câmara em 13 de Novembro seguinte — fls. 104 v), que transcrevo pelo interesse de que se reveste, não só para a história dos Paços do Concelho e da cadeia nela instalada, como para a de outros interesses da vila e do concelho.

«Dom José por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa senhor da Guiné, etc. Faço saber a vos ouvidor da comarca da Feira que o Procurador do concelho da camara dessa villa me apresentou por sua petição que em resão da má situação e falta de despejos da cadeia della succedia a cada passo levantar-se na mesma uma epidemia de que morrião muitas pessoas, não só pelos ditos motivos, mas por não haver casa de enfermaria para onde se transportassem sofrendo estes inclamidades por falta de tratamento incomodo grave do Parrocho, Medico e Cirurgião que lhe asistião aturando aquele vapor que era tam activo que se reverberava para fora e se comunicava ao Povo, o que se podia evitar fasendose cadeia nova em sitio lavado dos ventos e comodidade para o despejo das imundices em casa separada com duas enxovias, hum salão de presos quarto de segredo salla livre, casa de enfermaria com seis camas e nella hum oratorio para nelle se selevar missa para os presos a ouvirem e de lhes administrar o Sacramento, casa e cozinha para carçareiro tudo com segurança precisa de semilhantes casas tomandoce as necessarias ou terreno para a sua edificação pello justo vallor tambem esperimentavam os moradores dessa villa uma grande oppreção nas continuas aposentadorias dos Ministros em concorrerem com camas e mais trastes que quando os recebião erão estragados e outras vezes não appareião sofrendo os mesmos Ministros pouca arrumação de casas pellas não haver o que

se evitava preparando-se a cadeia actual com todo o preciso para aposentar os Ministros fasendo-se-lhe por cima sua cosinha provida do necessario e nas enxovias aquartelarem abertas e as duas sallas para os officiais entregando se lhe por inventário os trastes pello Procurador do concelho. Tambem se fazia preciso faserce de novo a calçada da entrada da villa e rua publica desde a Cal athe a entrada da calçada do Castello toda de pedra grande e lage de picão groço escoante no meyo para expedição das agoas e com a pedra que sahir da velha e a mais que for precisa consertarce a rua que pega em Fijô athe o montinho a do Castello a de Justas athe a deveza que foi de Dionisio Pereira e para maior perfeição da rua da villa e igual largura della se recolher o paredão da Misericordia a direito o que fosse preciso pondo lhe por sima seu parapeito e assentos metendo lhe huma escada para a parte de cima e duas para a de baixo com seu lageado por baixo e encostado ao muro da quinta de Pedro José faserce huma casa para nelle ensinar o Mestre da gramatica que havia de partido agregandoce lhe este a capellania da mesma Misericordia para melhor educação dos estudantes, ficando a mesma obrigada a contribuir todos os annos com vinte e quatro alqueires de milho para alimento da mulher do Homem que tratar dos enfermos prezos. Tambem na mesma correspondencia da dita Rua se lagiar a praça e nelle por hum Pelourinho no Rocio da mesma villa se fazia huma feira todos os meses e chovendo se deixava de fazer por não haver onde se recolher o Povo, e meter muitas agoas de que resultava grande lama o que se evitava encandoce as agoas direitas ao Rio e puxarce o asougue do lado do paredão da parte do castello e em correspondencia do dito asougue the a ponte de Fijo fazeremce huns cobertos sobre pilares tapados da parte do Rio para debaixo dellas se asentarem os mercadores, ficando o meyo livre para o Povo andar co may terreiro para o gado e may cousas, recebendo a camera o lugar dos assentos dos cobertos. Na estrada Coimbra se achava hum Rio chamado de Cabaleiros que por tempo de Inverno impeddia a paçagem e carecia de huma ponte larga firmada com tres guardas capiadas dous olhais com seus corta mares: no rio da Murtosa tambem se fazia preciso huma ponte de um só olhal e outra da mesma no Rio do Rallo, cujas obras se fazião tambem precisas como necessarias, o que com facilidade se conseguia sendo eu servido conceder para ellas dous reys de imposição em cada quartilho de vinho e aratel de carne que se vender nessa villa e concelho por tempo de quinze anos por ser o meyo mais suave por onde se podece suprir tam avultada despeza e visto seu Requerimento e informacoy que sobre o mesmo me inviasteis e constar dellas que sendo ouvidos os officiais da Camara.

Nobreza e Povo dessa villa não duvidarão do requerimento do suplicante por ser munto util e constar outrosim das ditas informaçoy que andando a lanços as obras das pontes, cadea, calçadas arcos para se recolherem os mercados e casa de aposentadoria pelos apontamentos de que se vos remete a copia forão as ditas obras rematadas em catorze contos oitocentos e oitenta e cinco mil reis e que os reays referidos foram rematados em hum conto e novecentos e quatro mil reis. Tendo a tudo consideração e igualmente a resposta do Procurador da Minha Real Coroa a quem se dera vista, Hey por bem e vos ordeno que mandeis fazer estas obras pelos preços da sua rematação e fazer os pagamentos dellas pello produto dos dous reis aplicados para esta despeza que fazeis arematar em cada anno tendo entendido que sea de continuar este imposto pello tempo de outo annos o que fazeis participar aos officiais da Camara e vos intendereis nas mesmas obras fazendo por em boq arrecadação o produto do referido imposto para se fazerem a seu tempo os pagamos livros de receita e de despesa e as may cautellas que entenderdes necessarias para o bom exito e segurança das mesmas obras e em cada seis meses dareis conta na mesa do meu Desembargo do Passo, do estado em que se achão as ditas obras e do que tem produzido o referido imposto e esta ordem cumprireis como nella se conthem que foi obrada por Minha Real Resolução de doze de Setembro do presente anno tomada em consulta da mesa do meu Desembargo do Paço e se registara no Livro da Camara da dita villa para todo o tempo constar que eu assim o houve por bem El Rey, Nosso Senhor o mandou por seu especial mandado pellos Ministros abaixo assinados do seu concelho e seus Desembargadores do Passo. José da Mota Cerveira a fez em Lisboa aos treze de Novembro de mil setecentos e setenta e hum annos = António Pedro Vergulino a fez escrever — José Rical Pereira de Castro — António José de Affonsequa Lemos — Por Resolução de Sua Magestade de doze de Setembro de mil setecentos setenta e hum e despacho do Desembargo do Paço de doze de Novembro do mesmo anno.

Cumpra-se e registe-se nos livros da Camera na forma determinada por sua Magestade e o escrivão da mesma intimara aos vereadores passando disso certidão e entregando este ao escrivão da Intendencia Francisco José dos Reys e Sylva advertindo aos mesmos vereadores que fação apontar um Livro para a receita e despesa no rosto do qual va incorporada este. Feira vinte e dous de Novembro de mil setecentos e setenta e hum e declaro outro sim que a mesma Camara nomeara thesoureiro em cuja mão se deposite o produto da imposição era ut supra. Monteiro. E não continha mais a dita Provisam que aqui bem e fielmente

trasladei de a própria a que me reporto a qual entreguei ao dito escrivão da Intendencia Francisco José dos Reis e Sylva do que dou ffé nesta Villa da Feira aos vinte e tres de Novembro de mil setecentos e setenta e um annos e eu Alexandre Caetano Correa da Sá escrivão da Câmara o escrevi».

A Câmara Municipal da Feira em 18 de Janeiro de 1772, com assinatura do juiz de fora Miguel Bento Fernandes de Andrade, os vereadores José Soares Ferraz da Silva e Matias Valente Ferreira e ainda o procurador José Francisco Dias, representou ao rei D. José pedindo para ser considerada sem efeito uma nova provisão por ele dada que cometera a intendência daquelas obras ao doutor provedor da cidade de Aveiro em substituição do ouvidor da comarca, a quem estava cometida a superintendência delas, o que parece ter resultado de uma queixa apresentada contra este, sobretudo por pessoas da freguesia de Souto, com fundamento na morosidade das obras então já arrematadas.

Concluíram pedindo que fosse restituída ao ouvidor a intendência dessas obras, o que foi indeferido por mandado real de 8 de Fevereiro de 1872.

Não sei quais, das referidas obras, foram executadas.

Nada me consta quanto à da cadeia.

Pode ser que algumas se tenham feito no edificio dos Paços do Concelho, onde ela estava instalada, mas o certo é que não se fez novo edificio.

Ainda não encontrei, no arquivo da Câmara Municipal, qualquer livro que se tivesse escriturado em cumprimento daquela provisão, o que seria um precioso achado para o esclarecimento da execução das obras.

Pela mencionada provisão do rei D. José vê-se a situação a que chegaram as instalações da cadeia, sem as mínimas condições de hygiene e salubridade, a funcionar no edificio onde também estavam instalados os Paços do Concelho.

Custa a conceber que a Câmara se beneficiasse do rendimento que lhe foi proporcionado pelo dito alvará e não tivesse cumprido parte das obrigações que nesse diploma lhe eram impostas.

Ainda quanto aos Paços do Concelho, desejo esclarecer que as obras de remodelação do seu edificio, de que resultou a traça que se vê na fotografia de fls. 62 do citado número da revista (fls. 204 da separata), se iniciaram não no final da segunda década deste século, mas sim em 1921. As respectivas obras, incluindo a da



Paços do Concelho, depois das obras de transformação da sua fachada em 1921

retirada da dupla escadaria de pedra, para ser construída outra interiormente, a fim de dar maior amplitude à praça, foram aprovadas em sessão da Câmara Municipal de 19 de Julho deste ano.

Publica-se uma nova fotografia que abrange o edifício depois de concluídas essas obras, a Casa da Secretaria (à esquerda), parte da casa que foi de D. Vitória de Lacerda, o chafariz e o típico candieiro da época.

Aproveito a oportunidade para, em complemento do que disse na mesma revista, em «Paços do Concelho», sobre a ponte de Fijô, esclarecer que esta antes do seu alargamento nos meados deste século já havia sofrido outro naquele ano de 1921, quando foi alargada a rua, para o Montinho («Correio da Feira» de 6 de Agosto e de 8 de Outubro deste ano).

CAPÍTULO II

1 - C

CAPELA DE SANTO ANTÔNIO

(fls. 67 do número 6 da revista e 221 da separata)

Uma das preocupações que tive no estudo da «Praça Velha» foi a averiguação da data da construção e loca-

lização da capela ou oratório de Santo Antônio, onde se rezava a missa para os presos.

Pelas razões que aí invoquei, concluí que ela estava implantada no topo nascente das casas que foram de Manuel José da Silva Ribeiro — na fachada norte da praça.

Isto está certo embora mereça correcção no pormenor.

Também não encontrei até hoje motivo para retirar a afirmação de que a construção deve remontar ao ano de 1720, antes novos elementos que colhi confirmam esta tese.

Em «adições» àquele meu estudo, informei que o «Povo Feirense» de 3 de Dezembro de 1938 publicou um artigo em que V, que o assina, diz ter visto um exemplar da «Geografia Portuguesa», de Carvalho Costa (1707), com uma nota marginal, acrescentando às capelas por ele referidas: — «...outra de Santo Antônio na Praça da Vila, pequena, para os presos ouvirem missa, a qual mandou fazer o Campelo», anotação que estava datada de «Hoje 6 de Junho de 1742».

Por não saber quem era o V, não me foi possível avaliar do seu crédito: por isso, não me baseei nesta

informação para tirar uma conclusão segura, tanto mais que não sabia quem era o «Campelo».

Não obstante, conclui: «Se a notícia é verdadeira, o que é de admitir, há que concluir que este nome se refere a pessoa da época, o que tudo vem confirmar a tese, que defendo de a Capela de Santo António, ter sido construída em 1720».

Hoje já estou habilitado a afirmar que a notícia deve ser verdadeira, pois consegui identificar quem era o «Campelo», que tanto podia referir-se a quem a mandou construir como ao próprio mestre que a fez.

Já estava assente que a capela estava no encontro do prédio daquele Manuel da Silva Pereira, com a quinta da Lavandeira, à face da «Praça Velha».

Estudando a história da família dos senhores desta quinta, os morgados da Lavandeira, encontrei a chave que me permitiu resolver o problema.

Informa o padre Augusto de Oliveira Pinto no seu opúsculo «Resenha Histórica das Freguesias de Souto — S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra, a fls. 112 (publicado em folhetim no jornal da Feira — «Tradução» — com princípio em Maio de 1935, que Manuel Roque de Miranda instituiu o vínculo da Lavandeira no século XVII, do qual foi primeiro administrador seu sobrinho, o Dr. Manuel Pereira de Berredo, filho do desembargador Gaspar Leite Cabral, vínculo que foi acrescentado por doações do abade de Arrifana, João Cardoso de Miranda e de Rui Lourenço de Carvalho.

Aquele Dr Manuel faleceu na referida quinta em 1662, sendo sepultado na igreja desta vila (do antigo convento).

Do seu casamento com D. Luísa Lemos houve um filho de nome José Leite Pereira de Berredo (2.º morgado da Lavandeira), que morava habitualmente no Porto.

Este, por sua vez, teve uma filha — D. Joana Leite Pereira, que casou com Fernando **Campelo**.

Como faleceram sem sucessão, o morgadío encabeçou-se na irmã seguinte da D. Joana, D. Mécia de Berredo Thardeira, que casou com o morgado de Eiriz, António Cabral para o solar de quem ela foi viver.

Assim se encontrou o procurado **Campelo**.

Tendo em conta aquela data de 1662, em que faleceu o avô de sua mulher, ele devia ser o proprietário da quinta da Lavandeira na segunda década do século XVIII e anos seguintes.

É, assim, de concluir que o Campelo, por qualquer circunstância mandasse fazer no topo da sua propriedade, no local já assinalado da Praça Velha, a capela ou oratório de S. António para aí se rezar a missa para os presos que, por oferta, ou qualquer outro meio, veio a pertencer à Câmara Municipal.

Por isso, esta não teve que a expropriar quando foi demolida em 1875, para alargamento da rua da Lavandeira e reconstrução do prédio do referido Silva Ribeiro.

Como curiosidade informo que, por aquela época, em 22 de Março de 1723, tomou posse de Juiz de fora desta Vila e seu termo, por carta do Sereníssimo Infante D. Francisco, o Dr. João Roiz Campello que, em razão de apelido tão pouco vulgar, convence ser parente do Fernando Campelo.

A respectiva carta de mercê, datada de 22 de Fevereiro de 1723, foi registada no livro competente da Câmara em 23 de Março seguinte.

Quanto à localização da capela tenho que fazer uma correcção à sugestão que apresentei.

Ela não devia estar incrustada, mas junta ao prédio do Ribeiro, pelo lado voltado para a praça, devendo a frente da capela estar exposta para poente e não para sul da praça de modo, à sua porta de entrada, estar voltada para a cadeia, o que é o mais natural, para que os presos a vissem quando aí se rezasse a missa dominical e a dos dias santos.

Assim, melhor se explica a confrontação dada pelo Pereira no contrato de 11 de Janeiro de 1850 — pelo nascente (deve ler-se sul) ao mesmo tempo, com a praça e capela de Santo António e, também, ela estar coberta com telhado, como se deduz da provisão de D. Maria I de 22 de Fevereiro de 1797.

Deste modo rectifico o que, em contrário, disse naquele estudo sobre a capela e designadamente a fls. 72 do citado número 6 da revista e 237 da separata, pois a capela não devia estar incrustada mas pegada ao prédio do Ribeiro.

Lembramos que, onde se lê norte, na linha 6 daquela página da revista se deve ler sul, como já anteriormente fora anotado.

Ainda quanto à mesma capela informo, agora para confirmar, baseado em novos elementos que colhi.

Estudando os diversos livros de registo da Câmara Municipal da Feira, encontrei no correspondente ao ano de 1726, a fls. 221, o que foi lavrado em 26 de Julho,

de uma provisão datada de 12 de Junho imediatamente anterior, em que o rei D. João V autorizou que no cabeção das sisas se lançassem quinze mil reis em cada ano para congrua do sacerdote que dissesse as missas aos presos.

Satisfez, assim, um pedido feito pelos vereadores e o procurador da comarca em virtude de os presos não ouvirem missa, por não haver sacerdote que as quizesse rezar sem que lhe «fizessem congrua e a Câmara ser tam pobre que nam tinha rendimento algum para poder conservar o dito sacerdote no que padecião os ditos povos grande inconveniencia com a falta de huma tam pia obra que se podia satisfazer repartindoce do cabeção das sisas quinze mil reis para congruas do sacerdote que dicece as ditas missas...».

Por sua vez, a fls. 223 do mesmo livro, consta o registo da mercê concedida pelo mesmo rei, em 21 de Agosto do mesmo ano de 1726, confirmando a nomeação feita pelos «officiais da comarca da Villa da Feira» do padre Joaquim Soares de Mello para aquela capellania com a congrua de quinze mil reis em cada ano «pagos no Cabeção das Sizas».

Destes dois diplomas podemos concluir que até então o cargo de capelão era gratuito e que, por se verificar não ser possível manter-se essa situação, foi necessário remunerá-lo e nomear aquele sacerdote, o que tudo se deve ter processado em época não muito alongada após a construção da capela pelo «Campelo».

Como em 6 de Julho de 1742 era capelão o padre Baltazar Joaquim Pereira, é de presumir que este tenha sucedido ao padre Joaquim Soares de Mello.

No livro daqueles registos correspondente a 1775 — fls. 254 (que começou em 22 de Dezembro de 1767 e acabou em 23 de Março de 1778) encontra-se, com data de 13 de Junho de 1775, o registo da provisão que alcançou, em 28 de Março deste ano, o padre Fernando Botelho Pinho Pereyra e Lacerda, do rei D. José I, confirmando a nomeação com que o «Sennado da Camara» o beneficiara de «Capellão dos presos da cadeia da dita villa com obrigação de lhes dizer Missa todos os Domingos e dias Santos por falecimento do Padre Baltazar Joaquim Pereira, com o mesmo ordenado de quinze mil reis que seu antecessor tinha.

Alcançamos, assim, o nome de três sucessivos capelães — que devem ser os primeiros e, de certeza, o são entre os remunerados.

Em 1797, como disse a folhas 67 do número seis da revista e 238 da separata, consta da provisão da rainha D. Maria I de 22 de Fevereiro desse ano, que,

então, era capelão o padre Bernardo José Ferreira da Silva Brandão que, por certo, sucedeu àquele padre Fernando Botelho Pinho Pereyra e Lacerda e deve ser o mesmo que ainda se mantinha como capelão em 1835 com o mesmo nome e apelidos.

Sucedeu-lhe, sucessivamente, José Máximo Correia de Sá, Dom António do Patrocínio Peixoto e José Caetano Correia de Sá, que ainda era o capelão em 1869.

Por certo foi o último pois, pelo menos em 1875, deixou de haver capelão.

Deste modo, com algum esforço consegui seriar quase todos, senão todos, os capelães da capela ou oratório de S. António.

O padre Joaquim Soares de Melo, nomeado capelão em 1726, deve ser aparentado, muito de perto, com o José Soares de Melo (filho do licenciado Matias Soares que em 1708, emprazou, ao Convento desta vila, a casa das «Sizas» ou da «Almotaçaria»).

Aquele Fernando Botelho, quando foi nomeado capelão vivia nesta vila pois em 15 de Julho de 1773 já assinava o auto de posse dada ao doutor Luiz António Vaz da Silva e Sousa, de ouvidor da comarca da Feira, assinando-se Fernando Both^o Pinho Pra Vas^o Lacda.

Deve ser o que Felg. Gaio, na cit. ob. tomo XXI, fls. 56, designa por Fernão Botelho Clérigo, dando-o como filho de Bernardo Moreira de Vasconcelos e de sua mulher D. Bernarda Sofia de Leão, e, assim, tio de D. Vitória de Lacerda.

CAPÍTULO II

2 - B

PELOURINHO

(fls. 81 do número 6 desta revista e 263 da separata)

Quanto à sua implantação na praça, apenas estava informado pelo que constava: a) a fls 15 do tombo da Casa da Feira (Casa e Estado do Infantado) — 1703; b) do teor da escritura de 1 de Maio de 1708, pela qual os padres do «Mosteiro do Espírito Santo que he tambem de Sam João Evangelista» emprazarão a José Soares de Melo as casas denominadas «do escritório e alqueve das Sizas»; c) do tombo da Casa de Huete Bacelar — tomo 1.º, de 1874, a fls, 187, quando fala da casa da Praça emprazada a Pantaleão Pereira do Lago;

E concluí, no meu trabalho: «aguardemos que, do pó dos documentos e livros antigos, surjam melhores

conhecimentos sobre a construção, manutenção e destruição daquele padrão que hoje está reduzido ao mencionado capitel guardado no Museu e Biblioteca Municipal, da nossa vila».

Felizmente já consegui dar mais uns passos em frente.

Assim, como já aqui foi dito, quando me referi aos Paços do Concelho, a Câmara Municipal da Feira em 1771, segundo seu pedido, obteve provisão régia para lançar uma «imposição» de dous reis sobre cada quartilho de vinho e arrátel de carne que se vendessem na villa e concelho por tempo de quinze anos, entre outros fins para «na mesma correspondencia da dita Rua se lagear a praça e nella por hum Pelourinho».

Parece que, com este dizer, se pretendeu afirmar que alargando-se a praça, na faixa que nela correspondia ao seguimento da rua, essa obra era dificultada pela localização do pelourinho que, por essa razão, tinha que ser deslocado, o que a ter-se feito só o pôde ser para nascente e a distância que permitisse a calçada, a fazer na praça, ficar com a largura do seu seguimento para norte e sul, o que tudo está dentro da localização que fundadamente já lhe atribuí.

Não se deve tratar de um novo pelourinho, mas daquele que foi referido a 1703 e 1708.

Por outro lado, consegui apurar que o pelourinho ainda existia em 1825, pois em 12 de Janeiro desse ano Francisco José Gomes Monteiro, da cidade do Porto, ao pedir o depósito do dinheiro de uma compra que fez ao alferes D. José Valente de Bessa, de Geão, solicitou a passagem de editais e a sua afixação no «Pelourinho».

Assim, ficamos com a certeza de que ele já existia na «Praça» em 1703 e que ainda lá se mantinha em 1825.

CAPITULO II

3 - C

PAVIMENTAÇÃO

(fls. 54 do número 7 desta revista e 279 da separata)

Como consta do citado alvará de 13 de Novembro de 1771, atrás transcrito, entre as obras que a Câmara Municipal foi autorizada a fazer, com o rendimento da cobrança dos dois reais em cada quartilho de vinho e arrátel de carne que se vendessem nesta vila e concelho da Feira por tempo de quinze anos, figurava «faserce de novo a calçada da entrada da villa e rua publica desde a Cal (que entendo ser a chamada Cal das Eiras) athe a entrada da calçada do Castello toda de pedra grande e lage de picão groço escoante no meyo para expedição das aguas»...

Em relação à «Praça Velha» assemelhava-se a uma passadeira, abeirada aos Paços do Concelho, dando continuidade à rua Direita, quer para norte, quer para sul.

Para esse efeito foi considerado, como já disse, a deslocação do Pelourinho e o recuo do paredão da Misericórdia «e para maior perfeição da rua da villa e igual largura della se recolher o paredão da Misericórdia a direito o que fosse preciso pondo-lhe por cima seu parapeito e assentos metendo lhe huma escada para a parte de cima e duas para a de baixo com seu lageado por baixo...»

Esta obra da calçada foi arrematada por o José Luiz da Silva Carêta como se diz na aludida petição da Câmara Municipal de 18 de Janeiro de 1772, obra que veio a realizar-se como mencionei no final da página 54 do número 7 desta Revista (280 da separata).

Foi determinado pelo mesmo alvará que, com a pedra que saísse da velha calçada e demais necessária, se consertasse a «rua que pega em Fijo athe o Montinho a do Castello a de Justas athe a deveza que foi de Dionísio Pereira».

FEIRA — Casa das Ribas — 1971.

Do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 11 de Novembro, último, transcrevemos com a devida vénia, o artigo acerca do Distrito de Aveiro, da autoria de Eduardo Cerqueira:

Distrito de Aveiro — Em muitos aspectos o terceiro do País

«Comprovado e consabido é o facto do Distrito de Aveiro ocupar em múltiplos aspectos o terceiro lugar entre todos os demais do País, logo a seguir aos de Lisboa e do Porto, que lhe levam larga vantagem.

Já noutros ensejos pusemos em relevo essa posição relativa do distrito de Aveiro, cujo crescente progresso e importância em variados domínios, embora sabidos nem sempre terão sido considerados, numa distribuição — para não dizermos retribuição — da contribuição que presta à valorização do País.

Ainda, há cerca de um mês, foi anunciada a criação ou ampliação de quarenta e três estabelecimentos de ensino secundário, para entrarem em funcionamento no ano lectivo que agora se inicia. Pois o Distrito de Aveiro, denunciando um generalizado anseio também nesse sector primordial, e apesar de já nele ser um dos mais bem dotados, apareceu nesta lista, com nove estabelecimentos — um do ciclo preparatório; um do ensino liceal e sete do ensino técnico. É mais um índice de progresso a assinalar, a juntar a outras primazias, por exemplo, no consumo de energia eléctrica, no número de automóveis e na densidade de trânsito rodoviário; no crescimento dos aglomerados populacionais, na população industrial, etc.

Nada mais concludente, no entanto, do que os montantes das principais contribuições cobradas pelo Estado para avaliar, incontrovertidamente, do grau de desenvolvimento da área — tão variada e rica, de gente tão empreendedora e laboriosa — que tem Aveiro como capital administrativa.

Já em referência a 1967, oportunamente pusemos em evidência a sua posição cimeira neste elucidativo aspecto. Os dados estatísticos relativos a 1969 confirmam-na cabalmente.

Os distritos que se lhe seguem, então como no ano transacto, são considerando em globo os principais impostos e contribuições, Setúbal, Braga e Coimbra, por ordem decrescente. E, se o de Aveiro excede os

550 000 contos, Setúbal cobra, em conjunto, cerca de 130 000 menos, Braga acusa uma diferença de perto de 180 000 e Coimbra fica a uma distância que ultrapassa as duas centenas de milhares.

Na contribuição industrial entre os quatro distritos citados e que logo figuram depois dos de Lisboa e do Porto, só Setúbal, com 50 687 contos, se avanta a Aveiro, com 35 125, e já Coimbra e Braga se situam nos 31 676 e 31 346.

Também nos impostos sucessório e de sisa, respectivamente, Coimbra (16 749 contos) e Setúbal (55 253 contos) ultrapassam Aveiro (15 888 e 26 453 contos). No último excede-o também o distrito de Braga, com 32 475 contos.

Mas, no respeitante à contribuição industrial já a ordem é a seguinte: Aveiro, 106 704 contos; Setúbal, 90 450; Braga, 77 603; e Coimbra, 61 517. A seu turno, o imposto profissional figura, pela mesma escala, com 31 615 nos créditos aveirenses e, a seguir, as referidas com 24 992, 20 549 e 16 854.

Diferenças ainda mais acentuadas se registam no imposto de capitais. Os números registados no «Anuário Estatístico» são os seguintes, também em milhares de contos: Secção A — Aveiro, 4 415; Setúbal, 2 886; Braga, 2 747 e Coimbra, 1 482. Secção B — Aveiro, 22 460; Braga, 12 882; Setúbal, 11 878; e Coimbra, 11 732.

É também avultada a diferença apontada no imposto complementar. A primeira posição entre os quatro aludidos distritos, pertence de novo a Aveiro ao nível dos 36 706 contos. Sucedem-se, decrescentemente, Coimbra, já na ordem dos 23 767, Setúbal, com 22 767 e Braga com 21 462.

Dois anos atrás, Aveiro, que agora ocupa a posição cimeira, com 63 309, no imposto do selo, era então ultrapassada por Coimbra. A cidade doutora, apesar do elevado montante das propinas universitárias e de outras repartições que Aveiro não possui, foi ultrapassada, pois não excedeu os 59 238 contos, e mesmo por

Setúbal, que atingiu 59 440. Braga acusa 54 688 contos.

Verifica-se igualmente a supremacia de Aveiro no que concerne aos impostos de camionagem e compensação. Aveiro, também neste aspecto, contribuindo com 42 597 contos, precede Setúbal, para que se registam 41 280, e, de mais longe, Braga, com 30 280, e Coimbra, com 24 636.

Onde a diferença, todavia é mais flagrante — íamos a dizer mais impressionante — é na importância cobrada no imposto de transacções. Qualquer dos dois distritos que se seguem a Aveiro (para o qual se registam 171 779 contos) não atinge metade desta soma. Braga apresenta

82 158, e Coimbra, 81 387, enquanto Setúbal, com 50 862 contos, não chega a um terço.

Poderíamos levar o cotejo a outros distritos, aos que se situam, por exemplo, como Viseu, a meio dos valores da generalidade. Para este, limitar-nos-emos a apontar que o montante da contribuição industrial pouco excede a quinta parte do de Aveiro, e o do imposto de transacções é pouco mais que um sexto.

Relevando a posição da região aveirense, não nos propomos fazer confronto em detrimento de qualquer outro distrito, mas, numa vez mais chamar a atenção para a justiça distributiva.»

bibRIA

Duas importantes Aras Romanas de Vila da Feira

Por José d'Encarnação

Existem no castelo de S. Nicolau, de Vila da Feira, à esquerda das portas principais da torre de menagem, duas aras votivas romanas, já por diversas vezes estudadas, mas cuja importância excepcional, no contexto da religião pré-romana peninsular, nos parece não ter sido ainda suficientemente acentuada.

Normalmente consideradas como ex-votos a duas divindades diferentes, elas são, quanto a nós, dedicadas a um só númem e contribuem para esclarecer alguns pontos até agora obscuros.

A PRIMEIRA ARA

Da primeira inscrição foi enviado um decalque pelo Dr. Aguiar Cardoso, de Vila da Feira, a Leite de Vasconcellos, que a publicou pela primeira vez (in «Religiões da Lusitânia», vol. III, Lisboa, 1913, pp. 612-613).

As letras, em bom estado, permitem fácil leitura:



DEO
TVERAEO
VOLENTI
ARCIVS
EPEICI . B
RACARVS
S. F.

Ara encontrada, em 1912, junto da muralha da parte de Leste do Castelo da Feira (gravura gentilmente cedida pelo «Arquivo do Distrito de Aveiro»)

Interpretação: DEO / TVERAEO / VOLENTI / ARCIVS / EPEICI (filius) B/RACARVS / S(acrum) F(ecit).

Tradução: «Ao benévolo deus **Tuercaeus** consagrou este monumento Arcio, filho de Epeico, Brácaro de nação».

Todos os autores que se debruçaram, posteriormente, sobre esta epígrafe, limitaram-se, na prática, a repetir Leite de Vasconcellos.

A SEGUNDA ARA

A segunda inscrição, que também se lê distintamente, foi igualmente interpretada por Leite de Vasconcellos. Esta é, pelo menos, a indicação que nos dá Fernando de Tavares e Távora, no livrinho **O Castelo da Feira**, Porto, 1917, pp. 43-44, onde vem a primeira referência a esta epígrafe:

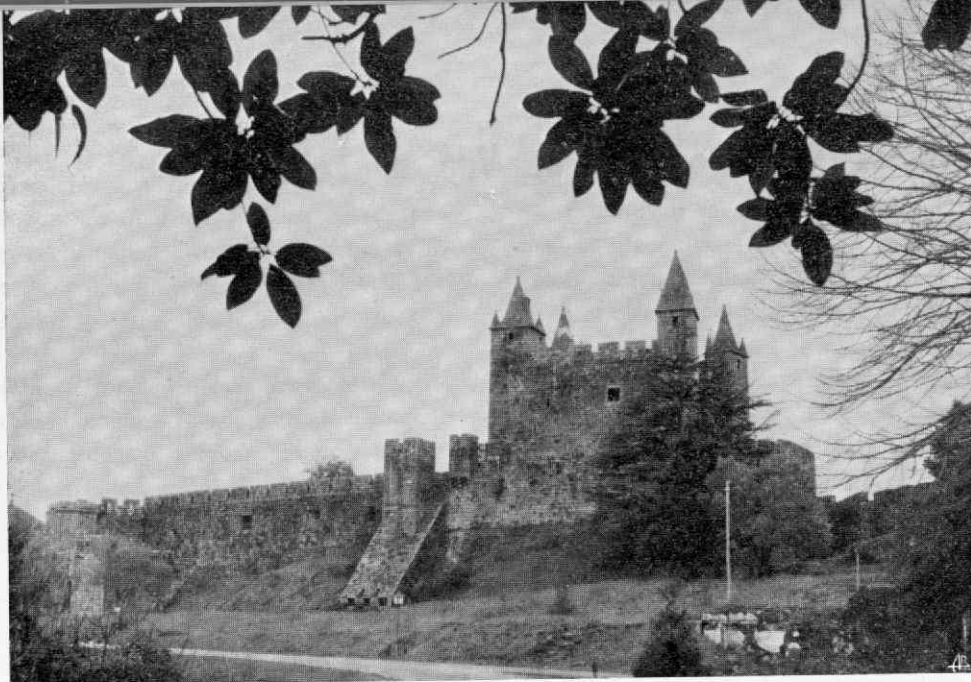
«Neste ano de 1917, outra inscrição apareceu, em pedra encontrada no recheio do cubelo do sudoeste (na torre de menagem), que se anda a reconstruir.

Diz o seguinte:

BANDE . VE
LVGO . TOIR
AECO . L . LAT
RIVS . BLAES
VS . V . L . A . S



Ara encontrada, em 1917, no recheio do cubelo do Sudoeste do Castelo da Feira (gravura gentilmente cedida pelo «Arquivo do Distrito de Aveiro»)



Mais outra vez consultado, o Sr. Leite de Vasconcelos forneceu dela a seguinte leitura:

«Bandevelugo Toiraeco L(ucios) Latrius Blaesus v(otum) l(ibens) s(olvit)».

e a seguinte tradução:

«Lúcio Latrio Bleso cumpriu de boamente o voto que fizera a(o deus) Bandevelugus Toiraecus».

Verificamos, portanto, que uma inscrição é dedicada **Deo Tueraeo**, ou seja, ao **deus Tueraeus**, cujo nome aparece no caso dativo, como é usual em inscrições deste tipo; a outra foi gravada em consequência duma promessa feita **Bande Velugo Toiraeco**, ou seja, a uma divindade de nome **Banda Velugus Toiraecus** (supomos ser **Banda** o nominativo correspondente ao dativo «bárbaro» em —e).

Na primeira, há o substantivo **deus**, indicação não rara na epigrafia votiva peninsular e colocada, aqui, porventura, para desfazer qualquer dúvida acerca do significado de **Tueraeus**, certamente uma expressão adjectival, a que se junta **volens**, com o presumível sentido de **benévolo**, atributo que quadra bem a uma divindade protectora.

Na segunda, tal indicação não surge: cremos que pelo facto de o **deus Banda**, como também diremos mais adiante, ser já muito conhecido; mas, em vez de uma expressão adjectival, temos duas — **Velugus** e **Toiraecus**. Sobre **Velugus**, vocábulo que aparece aqui pela primeira vez, nada se sabe por enquanto; mas a palavra **Toiraecus**, cuja significação também se ignora, pode, pela sua semelhança fonética com **Tueraeus**, ser no fundo, o mesmo epíteto grafado diferentemente.

Será possível tal identificação? O **deus Tueraeus** e **Banda Velugus Toiraecus** serão o mesmo númen? **Tue-**

raeus e **Toiraecus** designarão, nesse caso, alguma característica local do **deus Banda**?

É o que vamos ver.

OS EPÍTETOS FUERAEUS E TOIRAEUS

Ambas as lápides já vieram a lume, por duas vezes, no «Arquivo do Distrito de Aveiro»:

— ARLINDO DE SOUSA, no artigo «Langóbriga», incluído no vol. VIII, de 1942, fasc. 31, pp. 214-215, transcreve Leite de Vasconcellos:

— DULCE ALVES SOUTO, no artigo **Subsídios para uma Carta Arqueológica do Distrito de Aveiro no Período de Romanização**, incluído no vol. XXIV, de 1953, refere-se (pág. 250) à primeira era e, na pág. 258, à segunda.

Mas é o mesmo Arlindo de Sousa, no erudito apontamento intitulado **Vila da Feira Lusitano-Romana**, que publicou no Boletim da Comissão de Etnografia e História (Junta da Província do Douro Litoral), «Douro-Litoral», Porto, 2.^a série, vol. VIII, 1947, pp. 52-59, que levanta uma hipótese, que se nos afigura do maior alcance: Diz Arlindo de Sousa:

«E estará este povo (**Turduli Veteres**) ligado por parentesco aos **Turoduri**, mencionados por Ptolomeu, que Barros Sibelo coloca no Freixo de Numão (**Antiguedades**, p. 213), lugar da lápide consagrada aos **Lares Turolici**, cuja parte inicial **Turo** — parece estar ligada a **Turo-dori** (...) ? A primeira parte dos nomes **Tueraeus** e **Toiraecus**, isto é, **Tuer-** e **Toir-** podem ser formas divergentes de **Turo-**. É possível que **Toiraecus** seja um epíteto típico de **Bandevelugus**, e **Tueraeus** o epíteto típico empregado em vez do verdadeiro nome do deus» (p. 58).

Nenhum dos investigadores que, depois de Sousa, falaram desta lápide atentou devidamente na sua frase: «É possível que **Toiraecus** seja um epíteto típico de

Bandevelugus, e **Tueraeus** o epíteto tópico empregado em vez do verdadeiro nome do deus».

Compete, evidentemente, à Linguística justificar — ou repudiar — a asserção. A nós parece-nos, contudo, muito razoável e queremos desde já, acentuar que, no domínio da epigrafia romana peninsular, o facto não é único:

1.º) **Há nomes de divindades com grafias diferentes.** Por exemplo:

- Arantius, Arentius;
- Adaecina, Adaegina, Ataecina, Ataegina;
- Turubricensis, Turubrigensis, Turibrigensis (epíteto de Atégina);
- Endovellicus, Endovelicus, Endovollicus, Endovolicus, Indovollicus, Enobolicus.

2.º) Também não é raro **os deuses serem nomeados apenas pelos seus epítetos.** Vemo-lo, por exemplo, numa lápide do Museu de Évora, em que a deusa Atégina é designada sob a invocação **dea sancta turibricensis**, santa deusa turibricense (cfr. Leite de Vasconcellos, **Religiões da Lusitânia**, vol. II, p. 153). Vemo-lo igualmente, com toda a probabilidade, numa inscrição de S. Tirso em que o deus **Cosus** é chamado unicamente **Neneoecus**, seu epíteto (cfr., a este propósito, Fermín Bousa Brey, **A Deidade Galaica Cusuneneoeco**, separata de «O Concelho de S. Tirso — Boletim Cultural», vol. V, n.º 2, Porto, 1957).

Tratar-se-á, efectivamente, da mesma divindade?

Cremos bem que sim, pois sendo **Tueraeus** e **Toiraecus** duas formas diversas do mesmo nome, certamente designarão a mesma divindade.

E, se os argumentos anteriores não bastam para o demonstrar, perguntamos: **seria verosímil que duas divindades diferentes, de nome tão parecido, fossem cultuadas no mesmo lugar?** Porque, dado que ambas as lápides foram encontradas no castelo, logicamente se conclui que aí se veneraram as divindades a que eram dedicadas, as quais aí teriam, quiçá, o seu templo, como, de resto, o sugere Fernando Tavares e Távora (loc. cit., p. 42).

A resposta a esta pergunta pode ser dada, por exemplo, pelo insigne arqueólogo Félix Alves Pereira. Ao estudar as variantes **Arantius-Arentius**, atrás referidas, põe justamente o problema de saber se se trata ou não da mesma divindade, e diz peremptoriamente: «Seria inverosímil que na mesma região se tratasse de duas divindades diversas; deve afastar-se essa hipótese» (in «Revista de Arqueologia», Lisboa, vol. I, 1932, p. 19).

O DEUS BANDA

Outro argumento milita ainda a favor da identificação **Toiraecus-Tueraeus**.

Várias inscrições se descobriram na Península, dedicadas a uma divindade cujo nome começa pelo elemento **Band-**, com a terminação de dativo mais frequente em **-e (Bande)** ou **-i (Bandi)**, elemento que aparece normalmente separado das palavras seguintes, como já tivemos ocasião de salientar em «Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal», vol. I, pp. 57-84 (tese de licenciatura, que apresentámos à Faculdade de Letras de Lisboa, em 1969). Concluimos, nesse mesmo estudo, poder tratar-se «duma única divindade com epítetos variáveis de lugar para lugar, e formas linguísticas diferenciadas que podem corresponder a variantes dialectais ou à diversidade de estádios evolutivos da linguagem» (p. 82), que provavelmente teria o significado de «senhor» (pp. 82-83).

Toirecus e **Tueraeus** seriam, pois, o mesmo epíteto do deus **Banda**, uma invocação própria da região da Vila da Feira, com duas grafias diferentes, mas análogas. Talvez acontecesse, então, o que sucede hoje com o culto à Virgem, venerada aqui sob a invocação de N.ª Sr.ª da Rocha, ali N.ª Sr.ª das Mercês, acolá N.ª Sr.ª do Monte, sendo sempre a mesma Virgem.

Dois exemplos confirmam este ponto. Um, refere-se precisamente à mesma divindade, **Banda**, e foi devidamente estudado pelo Sr. D. Fernando de Almeida, conceituado arqueólogo e nosso estimado mestre (in «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», III série, n.º 9, Lisboa, 1965, pp. 19-31): **Banda** surge com o mesmo epíteto — **Isbbraia** — em duas inscrições de Bemposta, Penamacor. O segundo exemplo relaciona-se com **Arentius**, divindade acima citada: encontraram-se em Cória (Espanha) duas aras onde o nome do deus traz também o mesmo epíteto, **Amrunaecus** (cfr. a este respeito, a revista da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Salamanca, «Zephyrus», vol. XVII, 1966, pp. 121-130).

CONCLUSÃO

Cremos, pois, ser fácil deduzir quão importantes são as duas aras de Vila da Feira, porquanto nos ajudam a compreender melhor as características tutelares do deus «Banda» e, dum modo geral, a complicada problemática que envolve este campo da investigação histórica.

Como os epítetos, segundo se supõe, devem estar relacionados com o povo (ou região), em que a divindade era cultuada, o ulterior progresso dos estudos linguísticos ou o aparecimento de mais dados epigráfico-arqueológicos certamente nos trarão nova luz sobre a história antiga desta risonha vila, que se orgulha de possuir um dos mais elegantes castelos de Portugal.

Cascais, Julho de 1970.

Notas sobre a Vista-Alegre

A CAPELA DA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA

Pelo Dr. Frederico de Moura

No arborizado e amplo largo fronteiro à Fábrica de Porcelana da Vista-Alegre de tão grandes tradições artísticas, ergue-se, à esquerda de quem olha o principal edifício daquela instituição fabril, a notável e interessante Capela de Nossa Senhora da Penha de França, monumento nacional, que data dos fins do século XVII.

Para além de um interesse puramente artístico — de que, aliás, se não suspeita ao encarar a fachada — o templozinho que não ostenta grandes promessas na fisionomia, tem a sua história curiosa a que não falta, sequer, um sublinhado doirado e lendário que lhe emoldura a origem de lendas e lhe corrobora as vicissitudes da fábrica com alguns episódios onde se topa, até, com o seu quê de pitoresco e de cunho sentimental que, aliás, se podem ler nas entrelinhas de algumas obras de arte guardadas para lá das suas paredes.

As copas robustas e densas de clorofila das velhas árvores que a enfeitam projectando-lhe na patina do calcário moreno da frontaria, uma ou outra mancha de sombra azulada, corroboram a anciania da pedra de uma intimidade recolhida.

Disse, aí para trás, que quem vê a fachada não tem indícios para adivinhar os motivos de beleza que encobre dado que, subtraída a imagem da Padroeira, de largos panejamentos abarrocados, que num amplo nicho sobranceiro à padieira do portal domina o conjunto e onde há quem queira (mal, quanto a mim) encontrar a dedada identificadora do talento de Laprade que, lá dentro, deixou a sua marca erudita e hábil no magnífico **Túmulo do Bispo**, pouco mais se encontra que mereça um apontamento referencial.

Como e porquê, surgiu aqui este pequeno esdrúculo de beleza num sítio que, ao tempo da sua construção, deveria ser pouco menos do que um terreiro desolado embora debruçado sobre o espelho cristalino de um braço da Ria que lhe passa à ilhargia?

Porque se terá erguido, na solidão do local, uma capela em que primores de escopro e subtilezas de pin-

cel enobreceram a pedra, o estuque e os azulejos preciosos que lhe revestem as paredes interiores num silhar que sobe por eles acima?

Há sempre — quer se queira, que se não queira — um pontinha de mistério escondida na argamassa das juntas que seguram as pedras que crescem, a prumo, sob o impulso de uma vontade original que estimula a



A Capela da Senhora da Penha de França — Vista-Alegre

imaginação dos arquitectos, os músculos dos pedreiros, o cinzel dos lavrantes e o pincel dos pintores, mormente, como no caso presente, quando se levanta do chão árido a florescência de um templo para que a gente tem hoje dificuldades em vislumbrar fiéis.

O núcleo populacional da Vista-Alegre — tudo o leva a crer — aninha-se, posteriormente, como os pintos à roda da galinha mãe, à volta das actividades fabris instaladas pela iniciativa, larga e arrojada, de José Ferreira Pinto Basto que, para além dos vidros, meios cristais e porcelanas que começou a fabricar e a enobrecer artisticamente, ainda encontrou disponibilidades



Tecto da Sacristia

para dar a sua colherada de argamassa e o seu gigo de pedras para rematar as torres sineiras da Capela.

Talvez que, a não terem existido certos amores secretos do Bispo D. Manuel de Moura Manuel e o fruto desses amores surgido, nunca as temporadas do prelado na sua quinta da Ermida se prolongassem o suficiente para lhe acicatar o interesse para a construção da Capela que hoje nos ocupa e que serve de delícia a turistas de visão selectiva.

Quem sabe se o velho Bispo de Miranda, Reitor da Universidade de Coimbra, queria dormir o seu último sono neste exílio silvestre se não fosse a intenção de o dormir perto dos restos mortais de sua filha Teodora que escondera ciosamente, em vida, na sua Quinta da Ermida? De resto tudo leva a crer que não seria por modéstia que determinou a sua tumulação no meio deste silencioso exílio, se atentarmos no longo e prolixo epitáfio que lhe assinala a jazida e na pompa tumular que lhe esmaga as ossadas e que ultrapassam, de longe, em sumptuosidade, o *cursus honorum* das lápides funerárias da epigrafia latina e a exuberância de certos mausoléus dos príncipes do Renascimento.

Como quem pretende historiar tem que cheirar o bafio dos papéis velhos e vencer as alergias para o pó dos arquivos, socorro-me das informações paroquiais do Distrito de Aveiro de 1721, publicadas pela pertinácia beneditina de Rocha Madail, para catar alguns elementos que me dêem encosto a estas considerações. Assim, e na parte referente à freguesia de Ilhavo lá encontro que há mais «nesta freyg.^a a Magnifica Capella de N. S.^a de Penha da franssa Cita na quinta da Vista alegre obra com o desvello do Ill.^{mo} M.^{el} de Moura M.^{el} Bispo q. foi de Miranda obra m.^{to} Magestoza e digna de memória e assim me pareceo dar della noticia Com toda a indeviduação»; para acrescentar, logo adiante, que «He esta fábrica de primorosa architettura p.^a q. Con-Correram os mais peritos e Insignes artistas q. pode descobrir a g.^{de} delig.^a que Seu fundador fes aSin neste Reyno Como fora delle».

Foi pois a Capela mandada construir por D. Manuel de Moura Manuel, Reitor da Universidade de Coimbra e Bispo de Miranda, falecido em 1699.

E porquê, então, aqui, na Vista-Alegre?

O aludido prelado passava grandes temporadas na sua, já referida, Quinta da Ermida a pouco mais de dois quilómetros deste local.

Ali, na paz campesina de uma pequena aldeia escondeu dos olhos ávidos dos seus contemporâneos, como um tesouro, a sua filha Teodora que confiava aos cuidados discretos de um fâmulos quando os seus deveres o obrigavam a abandonar o seu exílio voluntário. E é precisamente no regresso de uma das suas viagens a Miranda que a morte o surpreende trazendo-o, então definitivamente, para o repouso na sua Capela da Nossa Senhora da Penha de França que — quem sabe? — seria destinada a panteão do Antistete e de sua filha se não, também, da mãe de sua filha.

Como se disse, é no interior da Capela que residem os motivos de maior interesse do templozinho da Vista-Alegre, consubstanciados nas pinturas a fresco dos tetos da nave e da sacristia (onde também existem pinturas nas paredes), nos azulejos que revestem as pare-

des da Capela até meio da sua altura e, sobretudo, no chamado «Túmulo do Bispo».

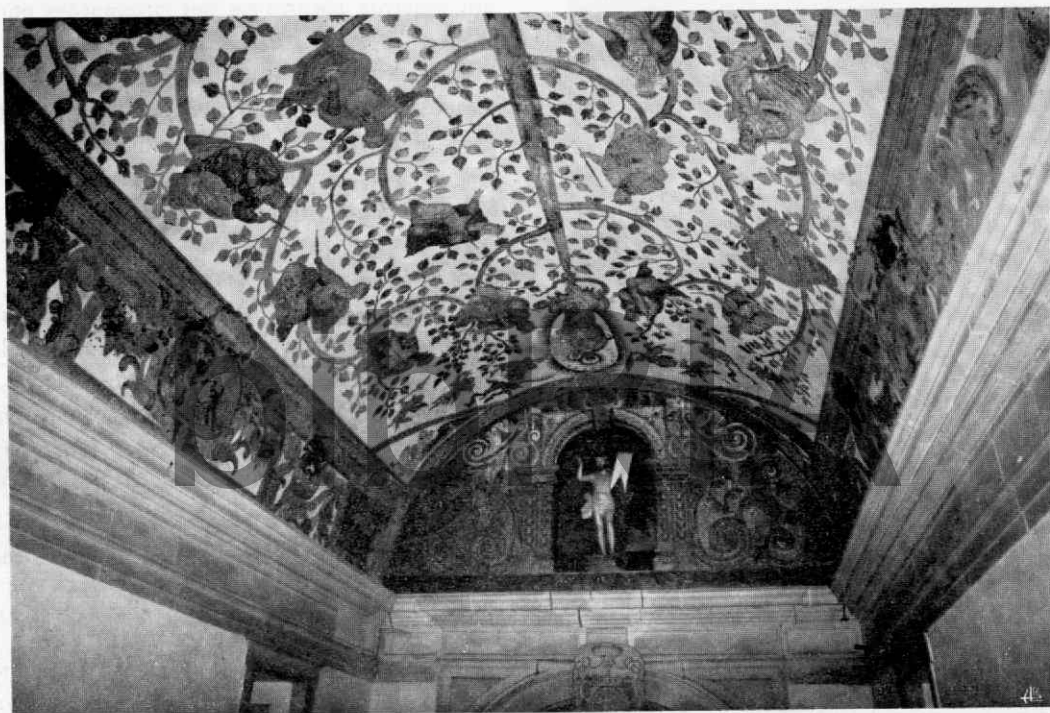
A pintura do teto da nave representa a «Árvore de Jessé» e mantém-se, ainda, em muito bom estado de conservação subtraída a parte que cobre o coro e onde a humidade fez estragos bem patentes que se estendem às pinturas parietais. Trata-se, como é evidente, de uma representação, tradicional desde o século XII, da árvore genealógica de Jesus Cristo a partir do patriarca Jessé que é representado deitado, com o busto ligeiramente erguido e apoiado sobre o cotovelo direito; do seu ventre eleva-se um tronco que se divide e subdivide em ramos que sustentam os antepassados de Cristo, terminando numa corola que serve de trono à Virgem

com o filho de pagão, servindo um simbolismo que não está bem explicado. Em frente, e sobre o arcaz dos paramentos, duas outras pinturas murais, uma representando uma «Anunciação» e a outra uma «Sagrada Família».

Notáveis, também, os painéis de azulejos do século XVIII representando cenas bíblicas e constituindo um alto silhar que atinge a meia altura das paredes. De registar, ainda, alguns belos mármore de Itália e a falha dourada de excelente qualidade.

Mas, e sobretudo, é notabilíssimo o «Túmulo do Bispo» esculpido em pedra de Portunhos e expressivo do cinzel erudito de um excelente escultor.

Recordando, à primeira vista, quer pela pompa, quer pela lavra especiosa, os mausoléus do Renasci-



Capela da Senhora da Penha de França — Tecto

que é representada com o menino ao colo. Do mesmo pincel são, concerteza, as pinturas murais da sacristia, quer as do tecto de berço em que o centro é ocupado pelo brasão do Bispo no meio de uma profusão de **grotescos** que fazem lembrar, com muita nitidez, as pinturas a fresco da Sala de Exame privado da Universidade de Coimbra, o que inculca a ideia de o autor ser o mesmo, ideia, aliás, corroborada pela circunstância do reitorado daquele estabelecimento de ensino por parte de D. Manuel de Moura Manuel; quer nas paredes deste departamento onde também são de referir as pinturas que as decoram: à direita de quem entra, e por de cima da caixa dos frontais, uma representação um tanto enigmática onde avulta uma figura de mulher com

mento, a obra passou, por muito tempo, como sendo de origem italiana, até que, Virgílio Correia com base em provas documentais e já depois de 1940, identificou, sem sombra de contestação, a sua origem francesa.

Hoje não existem dúvidas de que a obra é de Claude de Laprade que, aliás, trabalhou, também, e abundantemente, nos reformados Paços da Universidade de Coimbra.

Como aparece o Artista francês a trabalhar na Capela da Vista-Alegre? Há a tradição de que, durante uma das suas permanências na sua Quinta da Ermida, o Bispo, D. Manuel de Moura Manuel, foi procurado por Laprade, em grandes dificuldades económicas por falta de trabalho, oferecendo-lhe os cinzeiros para lhe

esculpir o túmulo. Sucedeu, porém, que o escultor tendo encontrado o prelado de mau humor recebeu uma resposta desabrida:

— «Faço o diabo e deixe-me em paz...»

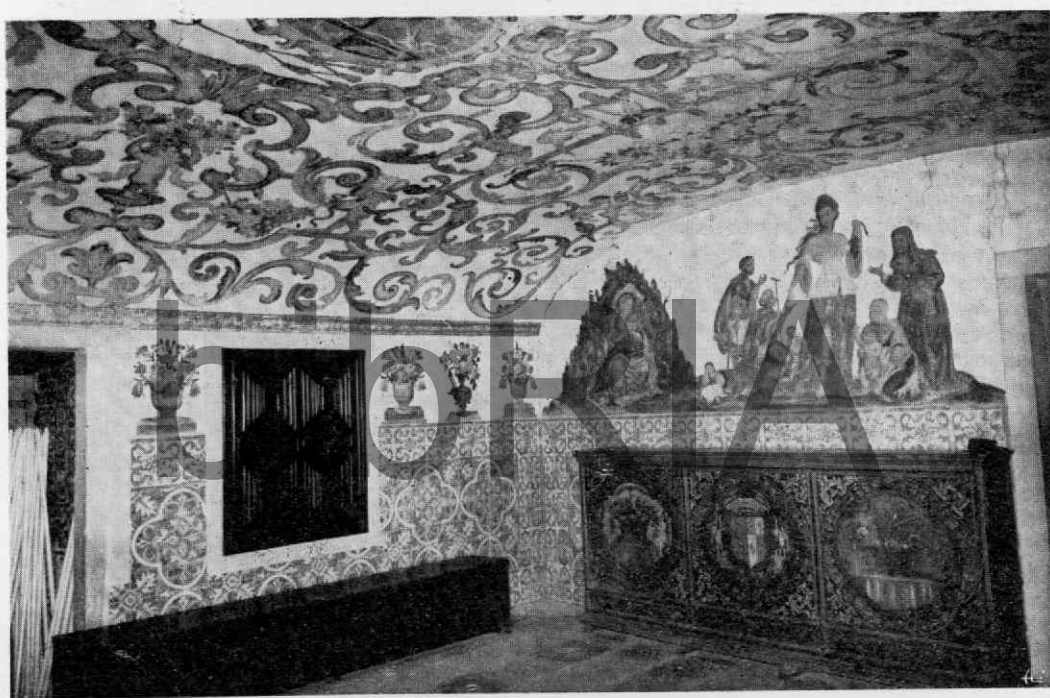
Laprade, longe de desanimar com a resposta que pretendia ser afastativa, tomou a palavra à letra e esculpiu, na verdade, uma estatueta do «Mefistófeles», que, passados dias, foi mostrar a D. Manuel de Moura Manuel. E com tanta felicidade o fez que a prova que apresentou diluiu todas as dúvidas que a sua penúria de vagabundo tinham acordado no solitário Bispo. E teria, assim, conseguido a encomenda do Mausoléu que hoje podemos admirar.

Mera tradição anedótica que correu e corre até, por escrito, não é verosímil que a origem do túmulo se

mesmos Artistas num e noutro local, sejam quais forem as precauções que se queiram tomar contra o perigo abissal das conjecturas.

E, de qualquer modo, e resumindo, o que interessa é poder sem quaisquer hesitações legítimas, afirmar a autoria de Laprade para o magnífico Mausoléu que é — sem sombra de dúvidas — o núcleo verdadeiramente aglutinante dos que ultrapassam a soleira do portal da Capela de Nossa Senhora da Penha de França.

O Túmulo situa-se numa espécie de nicho aberto na parede, junto da Capela Mor e do lado da Epístola e, embora de composição muito procurada e literária, é, como obra de escultura um excelente exemplar dos fins do século XVII. Como já se disse não pode deixar



Capela da Senhora da Penha de França — Sacristia

encontre num exame que tivesse por tema a interpretação do diabo e, antes, é de crer que o conhecimento do escultor tenha vindo ao Prelado através dos contactos que com ele teria na Universidade onde era Reitor e onde o Artista trabalhou em obras de restauro, enriquecimento e valorização. É lícito supor que a presença de Laprade na Vista-Alegre tenha sido originada nesta circunstância, até, porque, também as pinturas a fresco, testemunham, com suficientes razões de semelhança, a presença dos pincéis que trabalharam nos paços das Escolas.

Parece-me pois legítimo estabelecer um nexó relacional entre o Reitorado de D. Manuel de Moura Manuel, as obras da Universidade, e a presença dos

de lembrar, ao primeiro golpe de vista, o especioso da escultura tumular renascentista quer pela sumptuosidade tão do gosto dos príncipes do «Quatrocento», quer pela técnica perfeitíssima, embora rebuscada.

Representa o Prelado em vestes de cerimonial, de mitra na cabeça, ligeiramente apoiado sobre o antebraço direito, de olhos abertos como que a contemplar a figura do Tempo que avulta no fundo, de expressão dura, boca entreaberta e longas barbas, empunhando a Gadanha da Morte. O damasco da casula, as rendas da Alva, o sagrado anel, tudo se encontra rigorosamente apontado e tratado e difícil se torna descer a pormenores descritivos sem alongar demasiadamente estas notas.

No arco que remata o nicho tumular e como que a colocar perante os olhos do Bispo moribundo a precaridade da vida humana, anotam-se seis figuras representando caveiras com os crâneos cobertos por uma mitra episcopal, um chapéu cardinalício, uma tiara papal, um capacete de guerreiro, uma coroa de rei e uma coroa de imperador. E a rematar a composição, uma figura da Morte encimada pelo «Memento Homo...» que adverte os que são dados a esquecer-se de que as grandezas do Mundo cessam naquela hora em que a pedra do túmulo os inuma na terra-mãe...

No caso presente é-se chocado pela antinomia patente entre tal profusão de motivos a demonstrar a fugacidade da vida humana e a pompa tumular tão inversa da dialéctica que o cinzel do escultor deixou escrita no calcáreo disponível.

Em frente desta sumptuosa composição pode ler-se uma extensa e laudatória lápide perfeitamente de acordo com o faustoso do Túmulo e tão distante do discreto «famulus Dei» que assinalava as tumulações das Catacumbas.

Sobre a porta da sacristia vê-se, ainda, um outro sarcófago constituído por uma arqueta tumular onde se pode ver uma figura de mulher de amplos panfamentos, segurando um medalhão com uma figura de criança. Não se sabe ao certo de quem são os restos mortais ali guardados, mas supõe-se que se trata da jazida da já referida Teodora, filha de D. Manuel de Moura Manuel e que teria constituído o motivo das suas largas temporadas na Quinta do Paço da Ermida onde a escondia como um tesouro entregue ao cuidados de um fâmulos.

Merecia a Capela da Vista-Alegre que sobre ela se escrevesse um estudo monográfico que o condicionismo em que se elaborou esta nota descritiva não pode comportar e que implicaria atenção minuciosa e trabalho de investigação a que o autor não pode lançar mão, não, apenas por falta de tempo, mas também, e principalmente, por falta de fôlego. Em todo o caso, e para além das insuficiências lealmente confessadas, noutra altura voltarei ao assunto mais repousadamente se encontrar disponibilidades de tempo para o fazer.

Por agora limitei-me a abordar tangencialmente um tema que me solicita, com a finalidade, apenas, de chamar a atenção para um templozinho onde há motivos de interesse para amadores e estudiosos e que,

lamentavelmente, ainda não encontrou quem, profundamente, se lançasse sobre ele.

Se com esta simples abordagem servir de estimulante a quem disponha de ferramentas e de gosto para realizar obra de mérito, dar-me-ei por satisfeito e compensado passando, gostosamente, de autor sumário a leitor interessado.



O TÚMULO DO BISPO NA VISTA ALEGRE

Túmulo do Bispo

SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO DISTRITO

Realizou-se no passado dia 2 de Março a sessão ordinária do Conselho do Distrito, destinada à discussão e votação do relatório da gerência, respeitante ao ano findo, o qual mereceu aprovação por unanimidade.

À mesma sessão a que presidiu o Sr. Dr. Fernando de Oliveira, Presidente da Junta Distrital, compareceram os novos procuradores pelos Concelhos de Ovar e S. João da Madeira, Senhores Álvaro Marques da Silva Rola e Gaspar Vaz da Silva, recentemente eleitos em virtude de os anteriores Procuradores haverem perdido o mandato.

O Senhor Presidente após verificar os poderes dos novos Procuradores dirigiu-lhes palavras de saudação, expressando o desejo sincero das maiores felicidades no exercício das respectivas funções.

Daquele importante documento da vida autárquica distrital, destacamos o seguinte:

Situação financeira

O presente mapa mostra, em síntese, a situação financeira no ano de 1970:

Saldo da gerência de 1969	4 416 408\$70
Receita	4 623 837\$00
	<u>9 040 245\$70</u>
Despesa	4 161 769\$80
Saldo para o ano de 1971	4 878 475\$90

O saldo acusado parecerá, à primeira vista, muito considerável o que, em verdade, não acontece. Efetivamente, tomando por base, unicamente, a receita arrecadada e a despesa realizada, verifica-se que o respectivo saldo é de 462 067\$20, importância que, acrescida do saldo da gerência de 1969, perfaz 4 878 475\$90.

Atribuições de fomento

Atingiu 816 432\$50 a despesa correspondente à manutenção dos Serviços Técnicos de Fomento, ou seja, mais 313 289\$80, do que no ano de 1969.

As Câmaras Municipais de Albergaria-a-Velha, Murtosa, Sever do Vouga e Vagos, que já beneficiavam da assistência técnica periódica, veio juntar-se-lhes a Câmara Municipal de Estarreja — o primeiro Corpo Administrativo de um concelho rural de 1.ª ordem.



Casa da Quinta do Forte

A despesa acusada com a manutenção dos Serviços Técnicos de Fomento, ascendeu, em 1970, a 816 432\$50, pesado encargo que este Corpo Administrativo quase integralmente suportou, já que a respectiva receita se cifrou em 39 387\$50.

Tal como referimos em anterior relatório, há necessidade urgente de se proceder à revisão das condições de prestação de assistência técnica, bem como as que respeitam à elaboração de estudos e projectos, assunto que, por muito delicado, carece da maior ponderação. Julga-se, todavia, que no ano em curso se concluirá o estudo, já em fase adiantada, e que, também, virá a ser aprovado o regulamento interno dos respectivos Serviços que, por ter estreita ligação com as men-

Prémios destinados a estimular a pecuária

Foram concedidos subsídios para concursos pecuários, os quais totalizaram 39 000\$00.

Atribuições de cultura

A Revista «Aveiro e o seu Distrito» completou o quinto ano de existência. No ano que relatamos foram distribuídos os números 9 e 10.

Como de costume, foram publicadas várias separatas dos respectivos artigos, as quais foram oferecidas aos correspondentes Autores.

Os encargos referentes à publicação da Revista e separatas, atingiram em 1970, a quantia de 109 732\$90.



Novo Internato Distrital de Aveiro — Edifício destinado a Serviços Administrativos, cozinha, lavandaria e enfermaria

cionadas condições, só em conjunto com as mesmas é que poderá ser encarado.

Não obstante os pesados encargos que este Corpo Administrativo tem de suportar, estará atento, como lhe compete, e, na medida do possível, virá a criar outros lugares que por força das solicitações das Câmaras Municipais venham a ser julgados imprescindíveis.

Parque de máquinas

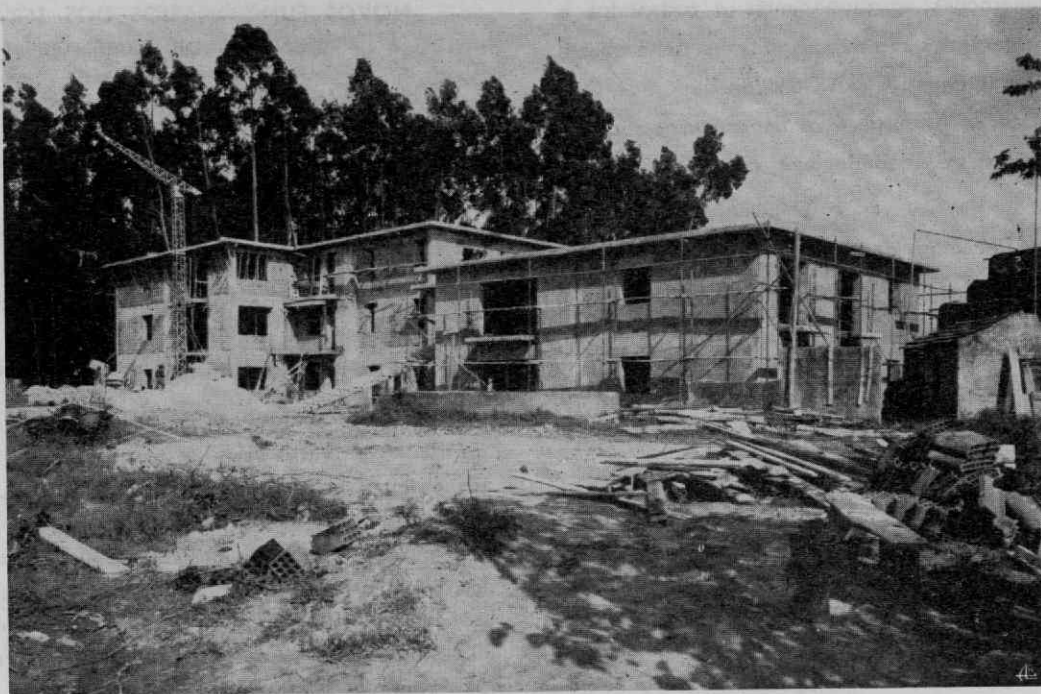
Continua parada por falta de Câmaras Municipais nela interessadas, a britadeira há anos adquirida. Parece que a única solução aceitável será vendê-la com a possível urgência.

Esperávamos publicar o livro «Teatro de Amadores», da autoria do Sr. Dr. José Pereira Tavares, o que não sucedeu por atraso na tipografia. Julga-se, porém, que no próximo mês se procederá à distribuição.

Os subsídios concedidos às Associações e Institutos de carácter cultural do Distrito ascenderam a 290 contos, mais 72 500\$00 do que em 1969.

ARQUIVO DISTRITAL

A instalação do Arquivo Distrital numa das dependências contíguas à Biblioteca Municipal está em fase bastante adiantada, tudo fazendo prever que muito brevemente terá lugar a transferência dos livros.



Novo Internato Distrital de Aveiro — Habitação

Encontram-se já providos todos os lugares que o respectivo quadro comporta e adquiriu-se e está instalada a estantaria julgada necessária.

Os encargos correspondentes à instalação do Arquivo Distrital, cifraram-se em 1970 na quantia de 73 072\$60.

Atribuições de assistência

O encargo resultante da administração dos estabelecimentos assistenciais ascendeu a 1 591 084\$20, mais 211 405\$90 do que no ano anterior.

As Casa da Criança (Águeda, Albergaria-a-Velha e Mealhada) tiveram uma frequência média de 55, 45 e 78 crianças, respectivamente.

A exemplo do que tem acontecido em anos anteriores, funcionou por turnos a Colónia Balnear, nas instalações cedidas pela Assembleia da Barra, durante os meses de Julho a Setembro. Este benefício foi aproveitado por todos os menores das Casas da Criança e do Internato Distrital de Aveiro.

INTERNATO DISTRITAL

A população do Internato Distrital de Aveiro era em fins do ano de 1970, constituída por 143 rapazes. Destes, 116 estavam matriculados em estabelecimentos de ensino, assim distribuídos:

Primário oficial	90
Primário particular	10
Ciclo Preparatório	8
Ensino Técnico	5
Curso nocturno	3
	<u>116</u>

O aproveitamento dos mesmos internados foi o seguinte:

Primário oficial	41
Primário particular	7
Ciclo preparatório	4
Ensino Técnico	3
	<u>55</u>

Há 32 rapazes empregados nas seguintes profissões:

Carpinteiros	6
Empregados de comércio	3
Electricistas	2
Mecânicos	2
Barbeiros	1
Encadernador	1
Alfaiate	1
Pintor de automóveis	1
Fundidores	2
Cerâmicos	1
Cozinheiros	2
Empreg. Const. Civil	5
Paquetes	5
	<u>32</u>

As remunerações correspondentes a ordenados e salários dos internados são depositadas em conta aberta em nome de cada um na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. As respectivas importâncias são-lhes entregues, em regra, quando vão cumprir o serviço militar.

Em 30 de Dezembro de 1969, os depósitos dos internados somavam 32 925\$90 e no fim do ano de 1970, ascendiam a 115 179\$20.

BANDA DE MÚSICA

A Banda do Internato tomou parte em diferentes festas e solenidades, elevando-se a 41 o número de actuações (27 pagas e 14 gratuitas), atingindo a importância de 57 950\$00 a participação naquelas festas e solenidades.

NOVOS FUNCIONARIOS DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE FOMENTO

Acaba de assumir as funções de arquitecto de 1.^a classe dos Serviços Técnicos de Fomento o Senhor Gabriel António de Serpa Magalhães.

Dado o acentuado aumento de serviço, motivado pelas solicitações dos Municípios do Distrito, foi também contratado em regime de prestação de serviços o Senhor Arquitecto Augusto de Faria Monteiro Pacheco.

PÁGINA DE UM DIÁRIO NAÚTICO

Sob este título foi publicado um artigo no número dez de «Aveiro e o seu Distrito», constando do mesmo que é seu autor o Dr. Amadeu Eurípedes Cachim. Este nosso distinto colaborador, a quem devemos a entrega para publicação do original correspondente ao referido artigo — o que de certo modo motivou o lapso que nos propomos desfazer —, apressou-se a informar que o aludido artigo é da autoria do saudoso Professor Doutor Fernando Magano.

bibRIA

bibRIA

NA CAPA:

1 — Cruz Alta — Bussaco

2 — Monumento ao Dr. Alberto Souto — Aveiro

Sumário

	Página
★ Página Heráldica	3
★ O Marco Miliário da Mealhada	5
Por Artur Navega Corrêa	
★ Júlio Dinis — O médico das almas simples	7
Pelo Dr. António Tavares Simões Capão	
★ Antologia Aveirense	21
★ Apontamentos para a história do Concelho (extinto) de Cortegaça	36
Pelo Dr. Albertino Alves Pardinhas	
★ Eduardo Cerqueira	40
★ Ainda a «Praça Velha» — Vila da Feira	46
Por Roberto Vaz de Oliveira	
★ Distrito de Aveiro — Em muitos aspectos o terceiro do País	57
Por Eduardo Cerqueira	
★ Duas importantes Aras Romanas de Vila da Feira	59
Por José d'Encarnação	
★ Notas sobre a Vista-Alegre — A Capela da Senhora da Penha de França	62
Pelo Dr. Frederico de Moura	
★ Vária	67